



Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 739
26 de Fevereiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL

APROVADAS TRÊS RESOLUÇÕES

SITUAÇÃO POLÍTICA

Governo Cavaco Silva agrava e desestabiliza a situação nacional

ANIVERSÁRIO DO PARTIDO

67 anos de luta ao serviço do povo e do país

XII CONGRESSO FESTA DO «AVANTE!»

XII Congresso marcado para 1 a 4 de Dezembro

12.ª Festa do «Avante!» marcada para 9 a 11 de Setembro

Em foco

COMÍCIOS COMEMORATIVOS 67.º ANIVERSÁRIO

LISBOA

5 DE MARÇO
CAMPO PEQUENO

PORTO

6 DE MARÇO
PALÁCIO DE CRISTAL

Editorial

O Partido na defesa do regime

Numa conjuntura dominada pela notável movimentação social de massas contra a política cavaquista e empolgado já pelas celebrações festivas do 67.º Aniversário da sua fundação, o PCP, com a reunião plenária do seu Comité Central dos dois últimos dias, acaba de proceder ao exame aprofundado da situação política nacional e à definição das tarefas centrais imediatas e a médio prazo que ela coloca aos comunistas portugueses, nas quais se inscrevem com particular realce as da preparação e realização do seu XII Congresso marcado para os dias 1 a 4 de Dezembro. Foi uma reunião vinculada ao reforço do Partido e à defesa do regime democrático constitucional saído da revolução de Abril.

No momento em que uma furiosa campanha ideológica e política contra o PCP se desenvolve de maneira insidiosa nos órgãos de comunicação social enfeudados à direita e outros mais ou menos empenhados no anticomunismo, a reunião do CC do PCP assume um significado especial e constitui um ponto de referência da saúde e da coesão do nosso Partido, da necessária e clara resposta dos comunistas aos desafios da hora presente.

Nas páginas deste número do nosso jornal são publicados os documentos e resoluções saídos da reunião. O seu estudo e a adequação das formas de os tornar conhecidos das massas populares e da opinião democrática e de levar à prática as resoluções neles contidas constituem um dever indeclinável de todos os militantes comunistas e das suas organizações.

A análise da situação actual e os seus desenvolvimentos previsíveis confirmam plenamente as conclusões anteriores do CC do PCP.

Ao cabo de sete meses, após as eleições de 19 de Julho do ano passado, os factos comprovam que a base social e política que garantiu a vitória eleitoral de Cavaco e do PSD se restringiu sensivelmente.

Como causa mais saliente desta redução da base de apoio da equipa governante está «o conflito insanável entre a política do Governo Cavaco/PSD e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições» — diz-se na Resolução do Comité Central.

A expressão mais evidente deste conflito é dada pelo ascenso da luta da classe operária e de outros trabalhadores, dos agricul-

tores e outras camadas sociais profundamente lesadas pela política de restauração dos monopólios, e do seu poder, em que se empenham Cavaco Silva, o seu Governo e o seu partido.

A corajosa e vigorosa luta dos trabalhadores da Carris, da INDEP, da CP, do Metro, da Transtejo, dos CTTs, da Siderurgia Nacional, da Covina, dos descarregadores do Porto de Setúbal, da Função Pública, dos professores, dos trabalhadores da saúde e de outros sectores sociais e profissionais (como os advogados, os «croupiers» dos casinos e outros), através de greves extraordinariamente participadas, manifestações, desfiles, concentrações e vigílias mobilizam centenas de milhares de participantes e estão abalando os fundamentos do Governo cavaquista e fazendo amadurecer as condições políticas para uma necessária mudança.

O CC do PCP denuncia os propósitos cavaquistas de restaurar o capitalismo monopolista de Estado, implícitos na contra-revolução legislativa e na imposição pela maioria do PSD na Assembleia da República de leis abertamente inconstitucionais.

Com a sua dócil maioria, o Governo cavaquista já fez passar na generalidade, na AR, o pacote das reprivatizações; já entregou na mesa da AR o abominável pacote laboral que colocaria os trabalhadores à inteira mercê da exploração e desenfreada repressão patronal e estatal e os despojará dos direitos e garantias sociais conquistados; já apresentou à comunicação social o pacote de leis agrárias que se destinam a acelerar a destruição da Reforma Agrária e à rápida reconstituição dos latifúndios, a agravar a situação dos rendeiros e pequenos proprietários, a impor a concentração forçada da propriedade agrícola através da lei do emparcelamento rural, a apropriação privada pelos grandes proprietários rurais dos baldios do povo, as indemnizações aos grandes agrários expropriados pela Reforma Agrária.

O Governo já anunciou para breve toda a «pacotada» contra-revolucionária abrangendo, além do atrás enunciado, novas leis contra o poder local democrático, contra a democraticidade das leis eleitorais, novas leis da justiça, da saúde, da educação, da habitação, da comunicação social que se propõe fazer aprovar nos próximos seis meses.

O Governo cavaquista sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés e intensifica o processo restauracionista pela via legislativa enquanto dispõe da maioria absoluta da Assembleia da República.

O CC do PCP renova a acusação à política do Governo PSD/Cavaco Silva (baseada nos pacotes inconstitucionais, no plano da subversão da Constituição, nos ataques às liberdades, aos direitos pessoais e dos trabalhadores, aos próprios direitos da oposição democrática e na submissão ao imperialismo) de provocar a desestabilização económica e social e do funcionamento das instituições democráticas e construir uma ameaça crescente à independência nacional.

A determinada resistência dos comunistas em convergência com outros partidos democráticos no plano institucional tem estorvado os planos do Governo mas é manifestamente insuficiente para por si só impedir contra o indigno comportamento ditatorial da maioria cavaquista na Assembleia da República.

Torna-se cada vez mais evidente que só a conjugação da luta de massas e da pressão extraparlamentar do povo com a luta institucional na Assembleia da República pode criar um sério obstáculo aos intentos restauracionistas de Cavaco e do seu Governo.

Esta conjugação é tanto mais necessária quanto se vai aproximando a revisão constitucional que, a colher o apoio de círculos da oposição, poderá levar a uma completa desfiguração e subversão do regime democrático.

A marcação para este ano do XII Congresso do Partido obedece à urgência da sua realização e tem em conta, além disso, por um lado as inadiáveis e decisivas tarefas do Partido na conjuntura política actual e por outro lado as incertezas acerca da revisão constitucional.

O facto de o CC do PCP atribuir uma tal importância às incertezas de revisão constitucional na marcação da data do Congresso mostra a profunda sensibilidade do nosso Partido às ameaças de destruição do regime democrático implícitas no projecto de revisão dos partidos da direita que não podem contudo operá-la sem a votação dos dois

Resumo

17

Quarta-feira

As greves na CP e na Transtejo registam uma adesão de cem por cento; a Festru denuncia paralisação do Metro como «uma manobra grave» da respectiva gerência ■ Procuradoria-Geral da República emite parecer considerando que «os baldios estão fora do comércio jurídico, sendo absolutamente inalienáveis» ■ São absolvidos os 4 jornalistas da RTP julgados devido a uma reportagem sobre as «FP-25» ■ Aumentam os transportes colectivos na covilhã ■ É adiada «provisoriamente» a viagem do «Barco da Paz» que deveria levar deportados palestinianos de regresso à pátria devido a pressões de toda a ordem feitas por Israel ■ Começa a ser debatida na URSS a reforma do ensino secundário e superior ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da América Central reúnem-se em El Salvador para debater a aplicação do plano de paz na região ■ É iniciado o desmantelamento dos mísseis «SS-12» na RDA ■ Oposição sul-coreana rejeita lugares no governo de Roh Tae-Woo.

18

Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova o «pacote agrícola» a enviar à AR ■ Câmara Municipal do Porto anuncia providência cautelar contra a usurpação dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade ■ O Ministério Público pede entre 18 a 20 anos de prisão para o ex-guarda fiscal acusado de ter morto a tiro um menor de 16 anos em Janeiro do ano passado ■ Tem lugar a segunda audiência do caso D. Branca ■ A CNA toma posição contra a aplicação «dos estabilizadores agrícolas» e o pagamento de indemnizações a terras em pousio ou para florestação, considerando que tal agravará a instabilidade na agricultura ■ «Verdes» anunciam movimento contra ampliação do Campo de tiro de Alcochete ■ Centenas de pessoas são espancadas pela polícia no Soweto, após serem expulsas das suas casas ■ Recomeçam as negociações entre o governo da Nicarágua e os «contras», na Cidade da Guatemala ■ O secretário-geral do PCUS defende a livre confrontação de ideias para defender o carácter marxista-leninista da «perestroika».

19

Sexta-feira



Começa o Congresso do PS, com a aprovação do relatório do secretário-geral, Vitor Constâncio ■ Recomeçam as negociações salariais nas empresas dos transportes após instruções do Governo aos respectivos conselhos de gerência ■ As listas uni-

tárias ligadas à CGTP ganharam, este ano, 18 das 21 eleições no distrito do Porto, revela a USP ■ Ferrovários concentram-se junto à residência oficial do Primeiro-Ministro e anunciam greve para segunda-feira ■ Helmut Kohl encontra-se com Reagan e reafirma apoio ao tratado INF entre a URSS e os EUA ■ Começa em Madrid o XII Congresso do PCE ■ Em Angola desde ontem, o secretário-geral da ONU critica Pretória pela sua política na Namíbia e a agressão a Angola ■ Polícia israelita decide enviar 1500 agentes para Jerusalém durante a visita de Shultz ao país ■ Morre em Paris o poeta René Char.

20

Sábado



O II Encontro Extraordinário da Reforma Agrária, em Alcácer do Sal, decide promover uma marcha para Lisboa aquando a discussão na AR do «pacote agrícola» do Governo ■ O Conselho Nacional do PSD admite coligações com o PS, CDS e PRD nas eleições autárquicas para fazer diminuir a influência do PCP ■ Sandinistas e «contras» aceitam uma trégua de 30 dias ■ A força Aérea sul-africana bombardeia alegados alvos da SWAPO no sul de Angola, em retaliação pelo atentado bombista de ontem na Namíbia que matou pelo menos 18 pessoas ■ As chuvas torrenciais que assolam o Brasil desde quinta-feira provocaram já centenas de mortos e milhares de desalojados.

21

Domingo

Termina o VII Congresso do PS, com a reeleição de Vitor Constâncio que encerrou os trabalhos com um discurso crítico em relação ao Governo ■ Álvaro Cunhal afirma, num encontro de Pescadores em Lisboa, que «os trabalhadores que votaram em Cavaco Silva voltam-se agora contra o Governo e a sua política» ■ Quarenta e cinco conselhos directivos dos baldios do distrito de Coimbra, reunidos na Lousã, decidem conjugar esforços para defender a lei dos baldios em vigor ■ O candidato da esquerda George Vassiliou, ganha as eleições em Chipre ■ Manifestação em Viena exige demissão do presidente Kurt Waldheim ■ Começam em Moscovo conversações entre Schultz e Chervadnaze sobre desarmamento ■ Julio Anguita é eleito secretário-geral do PCE ■ Tropas israelitas matam dois jovens palestinianos e ferem outros três nos territórios ocupados.

22

Segunda-feira

Greves na CP, Metro e Transtejo registam adesões de cem por cento ■ Sindicato dos Magistrados do Ministério Público defende «suspensão imediata» do decreto que aumenta as

custas judiciais por limitar «gravemente o acesso dos cidadãos aos tribunais» ■ UGT diz rejeitar terceira versão do «pacote laboral», enquanto a CGTP protesta por não ter ainda tido acesso ao documento ■ É anunciada a segunda edição do Festival Juvenil «Amar o Tejo Viver a Paz», de 4 a 10 de Abril ■ Shultz afirma que as conversações em Moscovo tiveram «resultados positivos» ■ A Angop anuncia que as FAPLA abateram dois aviões sul-africanos a leste de Cuito Cuanavale.

23

Terça-feira



A CGTP-In qualifica como uma atitude autoritária e antidemocrática do Governo a discriminação intencional de que foi objecto, na distribuição da nova versão do pacote laboral, considerando que, «com esta atitude, o Governo dá mostras da sua incapacidade de coexistir democraticamente com aqueles que têm, à partida, pontos de vista diferentes dos seus» ■ A oposição abandona em bloco o plenário da Assembleia Geral da Madeira, no início do debate do Plano Ordinário para 1988, como protesto pela decisão do PSD de impor um regimento adicional que reduz drasticamente os tempos de intervenção de todos os partidos da oposição ■ Um porta-voz militar sul-africano admite que três soldados das FFAA de Pretória morreram no sábado passado em combates no Sul de Angola; entretanto uma fonte do Estado-Maior General do Exército moçambicano anuncia que 18 terroristas da Renamo se entregaram às autoridades na província de Manica.

24

Quarta-feira



Termina uma reunião, de dois dias, do Comité Central do PCP; em conferência de Imprensa foi anunciado que a direcção do PCP decidiu marcar para os dias 1 a 4 de Dezembro próximo a realização do XII Congresso do Partido e, ainda, a realização da Festa do «Avante!» nos dias 9 a 11 de Setembro, «inserindo a preparação do XII Congresso como tema político central da Festa» ■ O Ministério dos NE da RDA anuncia em Berlim que se irá dar início, amanhã, à retirada dos mísseis soviéticos SS-12 estacionados em Waren, no Nordeste do país, e em Bischofswerda, nos arredores de Dresden ■ Os seis países do Báltico-Albânia, Bulgária, Grécia, Roménia, Turquia e Jugoslávia — iniciam, em Belgrado, a sua primeira reunião desde o final da II Guerra Mundial.

terços dos deputados, apenas possível se o PS se entender com o PSD para a liquidação das conquistas democráticas de Abril inscritas na Constituição.

Semelhante sensibilidade não apareceu, por exemplo, no Congresso do PS no último fim-de-semana, o que é tanto mais preocupante quanto se manifestaram naquele conclave do PS tendências para compromissos com o PSD perigosas para a ordem constitucional expressa na lei fundamental do País.

É uma dificuldade real para que o Congresso possa definir em todos os aspectos a orientação do Partido para os anos próximos.

E tanta importância dá o CC do PCP a essa definição que encara mesmo, caso bruscas alterações positivas ou negativas na situação política o imponham, a necessidade da realização ulterior de um Congresso Extraordinário.

A realização do Congresso nas condições consideradas pelo CC do PCP determinou decisões que — já em alguns aspectos em curso desde a sua última reunião — norteiam desde já o trabalho do Partido com aquele objectivo.

A recolha de dados e elaboração de documentos seguir-se-á a elaboração das Teses a apresentar pelo CC, o debate no Partido e a eleição dos delegados.

Simultaneamente com a dinamização e calendarização dos trabalhos preparatórios do Congresso, o CC decidiu harmonizá-los com a intensa actividade partidária na actual conjuntura nacional.

A lista das iniciativas políticas do Partido incluída na Resolução do CC (publicada noutro lugar) é elucidativa. Tais iniciativas constituirão uma contribuição de valor fundamental para a preparação do Congresso.

Os «profetas da desgraça» que vaticinam o «definhamento» e a «crise interna» do PCP têm nesta reunião do CC e nas suas resoluções vasta matéria para digestão.

A firme vontade de vencer as dificuldades e as deficiências actuais, o reforço da democracia interna do Partido, a determinação de o colocar à altura das suas responsabilidades históricas, ganha de maneira crescente o grande colectivo marxista-leninista dos comunistas portugueses e caracterizarão sem dúvida as celebrações do 67.º Aniversário do nosso Partido.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 739

26 de Fevereiro de 1988

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



2.º Encontro Nacional das Pescas

PCP aponta perspectivas



Uma estratégia baseada na defesa dos nossos recursos e dos interesses da economia nacional foi apontada no último fim-de-semana em Lisboa pelo 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas, promovido pelo PCP para debater as questões mais sentidas do sector e procurar colectivamente as vias de uma intervenção eficaz nesta área. A estratégia proposta pelos comunistas sublinha, naturalmente, a ocupação da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), entendida em termos de exploração racional pela frota nacional, a harmonização dos interesses da artefisania e das pescas industriais e a defesa dos direitos dos trabalhadores do mar como eixos essenciais duma política democrática, responsável e dinâmica para este importante sector da economia portuguesa.

O 2.º Encontro decorreu na Junta de Freguesia de Alcântara e reuniu camaradas e amigos dos diferentes centros piscatórios do País, trabalhadores, técnicos e especialistas das pescas. Ao longo das intervenções proferidas na tarde de sábado e na manhã de domingo, sobressaiu o conhecimento directo das realidades e a clarificação de propostas objectivas para a solução dos problemas fundamentais com que se debate o sector. Os sintomas de crise nas pescas, os recursos e a investigação pesqueira, a situação da pesca artesanal, o cerco e as conservas, o arrasto costeiro e a concorrência espanhola, a pesca do largo, a aquacultura, o movimento cooperativo as lotas e as infra-estruturas portuárias, a administração pública, as consequências da adesão à CEE e as condições de vida e de trabalho foram temas em análise pelos participantes neste encontro nacional.

O camarada Álvaro

Cunhal falou no encerramento dos trabalhos (ver pág. 4). Na sessão de abertura interveio o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Partido.

Para além de uma abordagem mais desenvolvida às conclusões, intervenções e documentação do encontro, que faremos em próxima edição do «Avante!», avançamos desde já alguns comentários que estiveram em destaque nesta iniciativa do PCP.

A penetração espanhola

A produção estagnou, situando-se na ordem das 250 000 toneladas de pesca desembarcada, e acentuou-se o declínio de segmentos significativos da nossa frota. As importações aumentaram rapidamente, atingindo as 150 000 toneladas anuais com um valor da ordem dos 60 milhões de contos, ultrapassando já o valor bruto das capturas nacionais. A penetração espanhola assume aspectos de progressiva colonização.

O desmantelamento do sector empresarial do Estado com encerramento de grandes empresas de pesca industrial, privou o País de um instrumento importante na dura competição internacional da pesca do largo.

O pacote regulamentar recém publicado revelou-se sem fundamento científico, socialmente injusto, e nocivo para os recursos, pela confusão e indisciplina que está a provocar.

Os pescadores são dos poucos trabalhadores em Portugal que não estão enquadrados na Lei Geral do Trabalho, continuando submetidos a um Regulamento de inscrição Marítima que é na prática uma sobrevivência da antiga sujeição à autoridade militar.

A contratação colectiva é praticamente inexistente e surgem presentemente novas formas de exploração dos trabalhadores.

As condições de segurança, higiene e conforto a bordo são das mais precárias, e faltam apoios e coordenação em terra para salvamento, sendo a sinistralidade elevadíssima e com pesadas consequências: morrem no mar mais de trinta pescadores por ano. Aos pescadores o Governo aplica o regime discriminatório de impedimento de actividade na pesca após a reforma.

Portugal dispõe da maior Zona Económica de toda a Comunidade Económica Europeia. Não obstante, o Governo não apresenta uma estratégia de superação da crise e desenvolvimento do sector, e não articula as políticas praticadas em cada uma das sub-áreas da nossa ZEE não conseguindo assim dar resposta eficaz ao problema da ocupação da nossa Zona Económica Exclusiva, no respeito pela diversidade e interesses regionais.

Sem firmeza para contrapor uma política nacional às exigências de Bruxelas, subordinado aos ditames dos grandes armadores e particularmente do seu chefe, França Morte, este Governo publicou nova regulamentação mal adaptada às realidades do sector, e tomando claramente partido contra as pescas artesanais para deixar o campo livre aos arrastões dos armadores capitalistas.

O Governo Cavaco, sob uma fachada de modernidade, representa, de facto, um Poder ao serviço de interesses do passado, e incapaz de realizar um projecto verdadeiramente nacional, de superação da crise do sector e de desenvolvimento das pescas nacionais.

Problemas do Mundo Contemporâneo



VSEVOLOD KNIGJINSKI

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

300 páginas — 750\$00



— PCP

Imunidades

Segundo o «Expresso», o Primeiro-Ministro Cavaco Silva «decidiu escrever uma carta ao presidente da Assembleia da República, solicitando que o Parlamento isente Helena Roseta da imunidade parlamentar, de modo a que esta deputada possa responder em tribunal pela acusação de injúrias e difamação ao Governo». Que injúrias? O «Expresso» explica: «Estão em causa as afirmações de Helena Roseta, proferidas quinta-feira da semana passada (há 15 dias, portanto), na Assembleia, em que o Governo é acusado de traficar influências, a troco de dinheiro entregue ao PSD.» Mais adiante o mesmo semanário adianta que «a maioria social-democrata está em condições de optar por essa deliberação» e adverte: «Mas será a primeira vez que tal acontecerá na Assembleia da República, o que significaria o abrir de um precedente.» Há vários carrinhos que confluem para esta encruzilhada.

Num, viaja o próprio «Expresso» quando fala em «precedentes». O folhoso periódico de Pinto Balsemão — num acto jornalístico que, diga-se de passagem, lá na casa tem largos e experimentados precedentes — manipula o adjectivo de modo que não pareça um carro a ser posto à frente dos bois. Ou seja: ao advertir que a maioria social-democrata estará a abrir um precedente se concretizar a isenção da imunidade parlamentar a Helena Roseta, «esquece» (e faz o leitor esquecer-se) que antes deste hipotético precedente, existe outro nada hipotético, por que é bem real — o facto de, na ainda breve história do nosso regime democrático, Cavaco Silva ter sido o primeiro chefe de Governo (3.º órgão na hierarquia do Estado) a pedir a penalização de um membro da Assembleia da República (o 2.º órgão na hierarquia do Estado). Assim, quem embarcar neste «carrinho» do «Expresso» fica a considerar-se bestialmente bem informado, ungido de objectividade jornalística e, certamente, com uma alta opinião da seriedade com que tal semanário trata os assuntos, denunciando o que é preciso, doa a quem doer.

Sem beliscar quem, efectivamente, abriu um escandaloso precedente...

E quem o abriu foi o Primeiro-Ministro Cavaco Silva. Que viaja num carro muito maior — o do poder — tão grande que arrasta, pela trela, objectividades jornalísticas de alto coturno.

Ora é este precedente aberto por Cavaco Silva que importa apreciar.

Pretender retirar imunidades a um representante do 2.º órgão de soberania do Estado é, em si mesmo, um acto político grave que, em qualquer parte do mundo, apenas se justifica em circunstâncias verdadeiramente excepcionais — e, no mínimo, tão graves, do ponto de vista jurídico-constitucional, como a própria pretensão. Que fez Helena Roseta de excepcional, na sua bancada parlamentar e no uso das atribuições de deputada, para desencadear tal fúria no Primeiro-Ministro e lhe inspirar a gravidade de tal pedido? O que Helena Roseta fez, foi acusar o Governo de traficar influências, a troco de dinheiro entregue ao PSD.

Ora acusar o Governo disto ou daquilo não tem nada de excepcional, é o pão nosso de cada dia na Assembleia da República ou em qualquer parlamento. E se o «isto» ou «aquilo» está devidamente fundamentado ou necessita ser claramente provado, é questão que compete à própria Assembleia da República averiguar, no exercício normal das suas competências. É para isso que lá estão os deputados e, através deles, os partidos — incluindo o PSD. Perante isto, que fez Cavaco Silva, o democrata? Foi pessoalmente à Assembleia da República refutar as acusações da deputada, esclarecendo este órgão de soberania (a que está subordinado) e o País? Esperou que o grupo parlamentar do seu partido o fizesse?

Ordenou, ao menos, que o grupo parlamentar do PSD exigisse, na sede própria, esclarecimentos e provas à deputada pelas suas acusações, assumindo cada um as suas responsabilidades no quadro legítimo da Assembleia da República?

Não. Cavaco Silva quis processar Helena Roseta. Quis «requisitá-la civilmente», para a levar a tribunal. Olhando os órgãos de soberania como empresas públicas, metendo a Carris e S. Bento debaixo da mesma batuta, olhando os deputados como grevistas e tratando todos como «subversivos», desde que o acusem ou contrariem.

Continue assim que vai bem, sr. Primeiro-Ministro. Mas não se admire quando um dia destes o povo português lhe retirar... a imunidade.

■ H.C.

José Vitoriano: A importância do sector

O camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Partido, falou no primeiro dia do Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas. Já de seguida apresentamos algumas das passagens mais significativas dessa intervenção.

A importância do sector pesqueiro não pode ser vista apenas em função da sua participação no PIB nacional, que anda à volta de 1%. Ela deve ser vista não tanto em função disso, mas do que representa em termos sociais para as numerosas comunidades piscatórias que se estendem ao longo de toda a nossa costa, abrangendo cerca de 40 mil pescadores e as suas famílias, e ainda das muitas dezenas de milhares de postos de trabalho em actividades directas ou indirectamente ligadas às pescas e delas dependentes. Por outro lado, trata-se de um sector fundamental em termos de abastecimento alimentar da população portuguesa (...)

A produção estagnou (...). Nalguns subsectores retrocedeu. A própria frota, de que se diz que 70% tem mais de 20 anos, se viu reduzida em numerosas unidades e reduzido ficou o volume das capturas. É o caso da pesca do largo com o abate recente de 9 ou 10 unidades bacalhadeiras (e várias outras são candidatas ao abate), devido à redução das quotas atribuídas pela CEE e à anulação de acordos com o Canadá, em cujos portos hoje não podemos entrar na sequência da nossa integração naquela organização europeia. É ainda o impasse das negociações com Marrocos, a perda de posições na Mauritânia, ausência de acordos com outros países africanos onde tradicionalmente Portugal pescava, o mesmo acontecendo com os de expressão oficial portuguesa. Ainda neste subsector da pesca do largo consumiu-se a destruição de quase todas as empresas nacionalizadas, com graves reflexos na produção pela extinção da SNAP e da CPP, grandes empresas de pesca do largo com uma frota totalizando várias dezenas de barcos que foram vendidos ao desbarato.

No arrasto costeiro assiste-se à transferência para espanhóis, por venda, de barcos que somam já duas dezenas, com o respectivo alvará, que continuam a pescar nas nossas águas, sob a bandeira portuguesa, procurando espécies mais ricas como pescada e outras, mas vão descarregar o peixe em Espanha.

No cerco, assiste-se ao desaparecimento contínuo das traineiras, umas por abate outras por reconversão para outras pescas. Sabe-se que, por exemplo, em Lagos já não há nenhuma traineira, as duas últimas foram abatidas recentemente, e em Portimão todos os armadores requereram o abate das suas.

Importações

Em consequência destas quebras na produção aumentaram consideravelmente as importações, sendo a Espanha o nosso principal fornecedor. Em valor importa-se hoje já tanto ou mesmo mais

do que se pesca, atingindo em 1987 o valor do peixe importado os 50 milhões de contos.

Para se ter uma ideia da evolução das importações bastará dizer que nos primeiros 6 meses de 87 esse valor duplicou em relação a igual período de 86, pois passou de 12,7 para 25 milhões de contos. E o défice destes primeiros 6 meses de 87 foi superior ao défice de todo o ano de 86, tendo atingido 20 milhões de contos enquanto o de todo o ano de 86 fora de 17 milhões.

Como se verifica, um sector em que a balança comercial era tradicionalmente favorável, atinge hoje défices de dezenas de milhões de contos e cuja tendência é para continuar a subir, como mostram os exemplos atrás citados. Este também é um sinal do estado em que se encontram as pescas em Portugal, pese embora a demagogia dos anúncios publicitários do Governo na RTP a que assistimos quase todas as noites sobre as maravilhas que estão vivendo as pescas.

A tudo isto veio juntar-se esse péssimo negócio que foi a nossa entrada no Mercado Comum (...)

As nossas águas foram reabertas a uma frota espanhola de cerca de 100 barcos, a nossa ZEE franqueada a espanhóis e franceses que ali vão pescar o atum, enquanto projectos de armadores portugueses para atuneiros são chumbados pela mesma CEE. (...)

É conhecida a importância que sempre teve no nosso País a pesca artesanal no conjunto das pescas nacionais. Entretanto, com o 25 de Abril, essa importância aumentou bastante dado que registou um desenvolvimento considerável.

Ocupando mais de dois terços dos nossos pescadores, a pesca artesanal contribui com cerca de um quarto de todo o peixe descarregado nos nossos portos, mas com um valor proporcional muito maior visto que se trata geralmente de espécies de mais elevado valor comercial e descarregado e consumido em fresco. Ela é o ganha pão de mais de 30 mil pescadores e uma importante base de abastecimento de peixe fresco às populações.

É necessário ter em conta que a importância e o peso relativos da pesca artesanal no conjunto das pescas nacionais têm aumentado à medida que se reduz a pesca do cerco, a longínqua e mesmo a do arrasto, pelas causas que atrás anotámos.

Na própria Secretaria de Estado das pescas se diz constatar que a pesca artesanal «é sem dúvida o segmento da frota mais significativo».

Perante isto era natural que o Governo, que qualquer governo, tomasse medidas de apoio a esta pesca, sem



deixar, naturalmente, de ao mesmo tempo acautelar a defesa dos recursos. Mas não é assim (...)

Muitos milhares de pescadores e suas famílias encontram-se perante a ameaça do desemprego e da fome.

O estímulo ao abate de barcos com retirada da célula aos pescadores para que não possam voltar a pescar, assim como a mesma medida aplicada a todos aqueles que se reformem, têm por objectivo acabar com a pesca local.

Além disso, a contínua redução da frota do cerco (traineiras) pelo abate ou transformação e ainda a degradação cada vez maior da que ainda existe está por um lado a constituir mais um foco de desemprego no sector e por outro a pesar seriamente, de modo negativo, no volume das capturas, pois é sabido que só o cerco contribui com cerca de um terço para o total das descargas de pescas nos nossos portos. Mas está ainda a ameaçar a capacidade de abastecimento em matéria-prima à indústria conserveira, também ela em ruína progressiva.

Já vimos que também aqui a nossa entrada na CEE foi de consequências muito negativas, na medida em que consagrou condições de exportação altamente desfavoráveis em relação a outros países produtores, como Marrocos, que não sendo da CEE tem uma quota anual de 14 mil toneladas livre de direitos, enquanto nós, membros da Comunidade, temos uma quota de apenas 5 mil. Acontece ainda que à indústria conserveira portuguesa não foram concedidos subsídios pela CEE, enquanto que países como a França e a Itália os têm tido para a sua indústria de conservas de sardinha, através de subsídios para redução do preço da matéria-prima.

Atenção à sardinha

A continuar o desaparecimento da nossa frota de cerco é de prever e de temer que com a sardinha do nosso mar venha dentro de algum tempo a passar-se o mesmo que se passa hoje com o atum, e com a mesma justificação. Como o stock da sardinha existe e nada indica que venha a desaparecer, se nós não a pescamos, a CEE entrega-la-á a outras frotas que virão ocupar as nossas águas. E se nós mais tarde quisermos reocupá-las, a CEE impedir-nos-á disso, alegando que lhe perdemos o direito, pelas mesmas razões que chumba os projectos que armadores nacionais apresentam para a construção de atuneiros. É que hoje a área, embora seja na nossa ZEE, está ocupada pelas frotas espanhola e francesa (...)

A crise nas pescas é em larga medida consequência da política do Governo e de outros que o antecederam, que destruíram o sector nacionalizado, que não têm sabido ou querido defender

com empenhamento os interesses nacionais nas negociações com a CEE ou com os outros países da CEE; que não se têm preocupado com a ocupação da nossa ZEE pela frota pesqueira nacional; que não promovem o desenvolvimento da investigação científica para conhecimento aprofundado dos nossos recursos vivos marinhos em todo o nosso mar incluindo a ZEE nacional — a maior dos países da Comunidade Europeia e uma das maiores do mundo, o que aliás servirá de justificação à SEP para a ausência de dados; que não incentivam o desenvolvimento de outras fontes de produção e abastecimento de pescado, como a aquacultura; que praticam uma política de favorecimento dos grandes patrões do armamento pesqueiro, dos Franças Morte, em prejuízo dos pequenos e dos pescadores, grande parte dos quais pretendem eliminar da actividade (...)

E os pescadores?

Os pescadores foram ao longo dos anos do fascismo uma das classes mais exploradas e oprimidas do País.

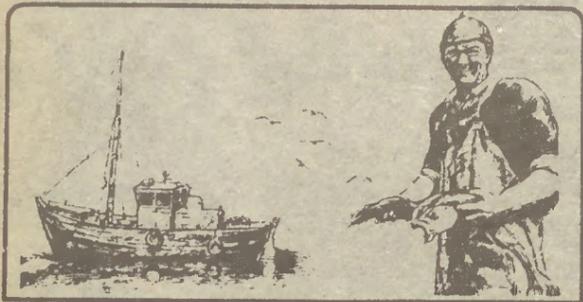
Mas apesar de impedidos de se organizarem sindicalmente e de submetidos à dura violência do império tenreirista os pescadores de Norte a Sul do País levaram a cabo numerosas e grandes lutas em defesa dos seus direitos, lutas muitas vezes vitoriosas e em que tiveram sempre o apoio e a solidariedade do Partido Comunista Português (...)

A ofensiva contra as conquistas de Abril desencadeada desde 1976, e que hoje assume o ponto mais alto até agora com o Governo de Cavaco Silva, tem impedido que importantes e justas reivindicações dos pescadores e dos outros trabalhadores das pescas sejam satisfeitas.

Os pescadores e a grande maioria dos trabalhadores das Pescas continuam sem uma lei que regule especificamente as suas relações de trabalho, sendo a contratação colectiva inexistente para muitos milhares de pescadores. A aprovação do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca, projecto já várias vezes apresentado pelo PCP na AR mas nunca discutido, é uma exigência justa dos pescadores.

Uma outra reivindicação das mais prementes da classe é a aprovação de uma lei sobre segurança a bordo das embarcações, lei que crie e garanta os meios de salvacão em caso de naufrágio para que não continuem a morrer tantos pescadores em naufrágio só porque os meios de salvacão não chegaram ou chegaram tarde. Também sobre esta matéria o PCP já apresentou na Assembleia da República um projecto que não chegou a ser votado para não ser rejeitado e seguiu para uma comissão que não lhe ligou mais (...)

PCP



Álvaro Cunhal

A política de direita degrada toda a vida nacional

A política de direita degrada toda a vida nacional. O Encontro abordou com amplitude e profundidade os problemas existentes no sector das Pescas e sublinhou justamente problemas específicos que exigem, em conformidade, soluções específicas. Entretanto, as causas mais profundas dos problemas, as razões mais profundas das dificuldades, os traços essenciais da crise, não são exclusivos nem específicos das pescas. Essas causas, essas razões, esses traços, nós encontramos em todos os ramos e sectores da economia nacional. Se falamos de recursos naturais

entregues ao estrangeiro, se falamos de meios de produção e de investimentos, se falamos da situação e das condições de vida do povo trabalhador, encontramos nas minas, na indústria, na agricultura, nos serviços, panorama idêntico ao que verificamos nas pescas. O mesmo se passa quanto às consequências da entrada de Portugal na CEE. É preciso que todos os portugueses tomem consciência de que, pela mão dos governos e das forças políticas que conduziram Portugal à integração e a aplaudem, Portugal submetendo-se à supranacionalidade da CEE, abdicou do poder soberano de decidir da sua política

económica, da sua política industrial, da sua política agrícola, da sua política de pescas.

São palavras do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, na intervenção proferida no 2.º Encontro Nacional das Pescas, em Lisboa. Aqui deixamos aos nossos leitores dois apontamentos desse discurso pronunciado já na fase de encerramento do encontro, no passado domingo, na JF de Alcântara. Além da temática

relacionada com esta oportuna iniciativa do PCP, Álvaro Cunhal abordou a situação política e social do País, salientando a dado passo:

«O terreno eleitoral que Cavaco Silva alcançou em 19 de Julho está a reduzir-se rapidamente, abre fendas por todos os lados e já treme debaixo dos pés do Governo.»

Governo Cavaco não quer nem saberia adoptar uma verdadeira política de pescas

(...)
Este Encontro, tal como muitas outras importantes iniciativas do PCP que dia a dia se desenvolvem por todo o País, constitui, em si mesmo, uma resposta séria e responsável à violenta campanha actualmente em curso contra o nosso partido.

Este Encontro e muitas outras iniciativas confirmam que o Partido, ao mesmo tempo que toma medidas para o seu reforço, está voltado para fora, para a vida, para os trabalhadores, para as massas, incontestavelmente na vanguarda da luta popular e democrática, em defesa dos interesses do povo português e de Portugal.

O Encontro adiantou algumas grandes linhas essenciais para uma política de pescas capaz de vencer e ultrapassar a grave crise que o sector atravessa e de assegurar que as pescas portuguesas assumam na economia e na vida nacional o papel correspondente às potencialidades que o País oferece.

Antes de mais, impõe-se pôr fim à política seguida pelo Governo do PSD de Cavaco Silva e designadamente à atitude de capitulação ante os interesses da CEE e à submissão e sacrifício dos interesses das pescas e dos pescadores aos interesses dos grandes capitalistas.

Impõe-se que Portugal adopte uma política de pescas conforme com os interesses portugueses — da nossa economia, do nosso desenvolvimento, da nossa independência nacional, do bem-estar do nosso povo e designadamente do bem-estar dos pescadores e outros trabalhadores do mar.

Impõe-se renegociar os acordos com a CEE lesivos dos interesses nacionais.

Impõe-se readquirir os direitos de que fomos esbulhados nas nossas próprias águas territoriais, designadamente na ZEE e criar meios necessários para que Portugal possa tirar os benefícios correspondentes.

Impõe-se reclamar e obter contrapartidas válidas às concessões feitas por Portugal.

Impõe-se realizar um trabalho sério de investigação,

inventariar os recursos e geri-los racionalmente, defender espécies que possam estar ameaçadas (...)

Impõe-se a formação profissional (...). Impõe-se proceder à renovação da frota pesqueira, assegurando a complementaridade da pesca do largo, de arrasto, de cerco e artesanal.

Impõe-se o apoio do Estado às iniciativas válidas para o avanço do processo produ-

tivo, como é o caso das cooperativas (...)

Impõe-se uma revisão vigorosa dos planos relativos às infra-estruturas e que melhoramentos nos portos e nas lotas, realizados com investimentos públicos, não venham a ser entregues ao capital privado (como pretende fazer o Governo em relação a tudo o que é rentável).

Impõem-se medidas que assegurem o melhoramento

das condições de vida e de trabalho dos pescadores, com legislação apropriada que garanta a contratação, salários e benefícios justos, a segurança social, o direito ao descanso.

Impõe-se a criação de meios que garantam a segurança e a defesa da vida dos pescadores, designadamente meios navais e aéreos de salvagem em caso de naufrágio (...)

Impõe-se pôr fim à proibição aos pescadores reformados de exercerem actividades.

Impõe-se (...) a recuperação e modernização da indústria de conservas de peixe.

Impõe-se o desenvolvimento da aquicultura como complemento das pescas (...) segundo propostas concretas que o Encontro avançou relativas ao ordenamento, à

definição de áreas e aptidões, à defesa do meio ambiente, à investigação, às infra-estruturas e à formação técnica e profissional.

Existe uma política capaz de assegurar às pescas portuguesas um desenvolvimento florescente para bem do povo português e de Portugal. E as conclusões do Encontro que acabam de ser aprovadas indicam linhas essenciais que nenhuma entidade responsável poderá de futuro ignorar.

O Governo do PSD de Cavaco Silva, servindo o grande capital e submetido aos interesses da CEE, não só não quer como seria completamente incapaz de adoptar e realizar uma tal política.

Só um Governo democrático com uma política democrática será capaz de resolver os problemas das pescas e dos pescadores. Lutar pela solução dos problemas das pescas é lutar pela formação de um Governo democrático. Pela luta do povo chegará a hora em que um tal Governo será formado (...)

Da intervenção de Álvaro Cunhal no encerramento do 2.º Encontro Nacional das Pescas, promovido pelo PCP em Lisboa



«O nosso Encontro mostrou que ninguém melhor que os pescadores conhece os problemas das pescas e está em condições de apresentar, com apoio científico e técnico adequado, as soluções fundamentais para os problemas existentes», observou Álvaro Cunhal

Três acusações

(...)
Não são acusações gratuitas que fazemos. As intervenções e conclusões do nosso Encontro constituem uma inapelável acta de acusação à política de Pescas dos governos de direita e designadamente do Governo do PSD/Cavaco Silva.

Um Encontro não é um tribunal. Mas do exame objectivo dos problemas das Pescas realizado no Encontro decorrem três acusações principais ao Governo do PSD.

Primeira acusação:

O Governo do PSD de Cavaco Silva, no seguimento da política de governos anteriores, é responsável por sacrificar os interesses nacionais a interesses estrangeiros e à supranacionalidade da CEE, entregan-

do ao estrangeiro recursos de vital importância para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Ninguém poderá dizer que fazemos esta acusação sem provas.

No nosso Encontro foram apresentadas provas esmagadoras.

Prova desta acusação é a aceitação dos termos do Tratado de Adesão à CEE e dos Acordos com a CEE altamente lesivos dos mais elementares interesses de Portugal, tratados e acordos que vieram agravar ainda mais a grave situação existente nas Pescas portuguesas, como o camarada Rogério Brito largamente referiu.

É a cedência à CEE, designadamente à Espanha, de recursos fundamentais das águas territoriais portuguesas incluindo a ZEE, sem contrapartidas válidas.

É a aceitação de uma desigual e injusta partilha de recursos, como no caso da pesca do bacalhau, cuja situação se agrava com importações crescentes e com o abate (financiado pela CEE) de barcos antigos da frota sem renovação correspondente.

É a aceitação de ruinosas concorrências do pescado importado no nosso próprio mercado interno, também sem nenhuma contrapartida válida nas exportações portuguesas de pescado e de conservas, de tal forma que (conforme foi citado no Encontro) nos primeiros 7 meses de 1987 as importações de peixes, crustáceos e moluscos passou de 19,6 para 31,7 milhões de contos (mais 61 por cento relativamente a igual período do ano anterior) enquanto as exportações conheceram apenas o ligeiro aumento de

5,3 para 6,4 milhões de contos — pelo que o saldo negativo da balança respectiva subiu de 14,3 para 25,3 milhões de contos.

Foi a aceitação passiva da ordem de Bruxelas para que os «fundos estruturais» para investimentos não sejam utilizados no projecto (cujo carácter prioritário foi salientado no Encontro) de construção de uma frota de atuneiros/pelagregreiras, essencial para assegurar o aproveitamento por Portugal das riquezas piscatórias das suas águas.

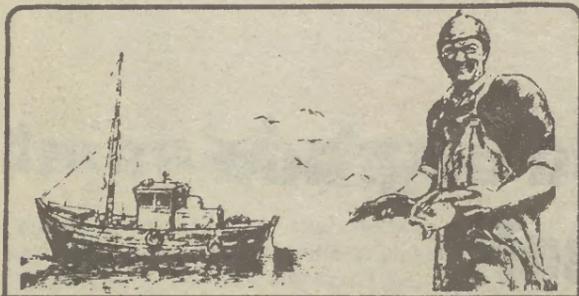
É a situação criada ao arrasto costeiro pela concorrência espanhola em termos intoleráveis, com a invasão das nossas águas territoriais — conforme referiram os camaradas Manuel Pereira Marques, de Matosinhos, e o camarada José Tavares Marques, de Olhão, falando dos Acordos fronteira-

ços. Tal o significado da venda das capturas no mercado português, a compra de arrastões costeiros portugueses que, depois de vendidos a espanhóis, continuam a pescar em águas portuguesas, com bandeira portuguesa e com licenças portuguesas...

É a aceitação de uma situação discriminatória em relação às conservas de peixe, uma vez que, enquanto a Portugal (agora membro da CEE) foi atribuída uma quota livre de direitos de 5000 toneladas, a Marrocos, que não pertence à CEE, foi atribuída (como lembrou o camarada António Paiva, de Peniche), uma quota de 14 000 toneladas.

É bem certo que a «Europa Azul» está a tornar-se negra e bem negra para





Portugal e para os pescadores portugueses.

Segunda acusação:

O Governo do PSD de Cavaco Silva, no seguimento da política de governos anteriores, é responsável por entregar ao grande capital bens e recursos que pertencem ao País, de forma que os meios de produção e as riquezas se concentrem nas mãos dos grandes.

Ninguém poderá dizer que fazemos esta segunda acusação sem provas.

Prova desta acusação foi o desmantelamento de grandes empresas (SNAPA, CP Pesca, Gelmar), susceptíveis de contribuir para um sector de arranque na pesca do largo, de uma política de pescas verdadeiramente nacional.

É a atitude negativa em relação à pesca artesanal, como referiu o camarada Leonel Cavaco, dos Olhos de Água, cujo importante papel foi sublinhado pelo camarada João Carrado, de Olhão, e cujas virtualidades e potencialidades o nosso amigo Vasco Valdez sublinhou nesta tribuna.

São planos para a redução e futura liquidação da pesca artesanal em benefício do grande armamento de arrasto — planos que por agora parcialmente fracassaram graças à luta dos pescadores e à acção do nosso Partido.

São os planos de privatização de lotas e vendagens e infra-estruturas rentáveis. E é lícito perguntar (como fez o camarada Manuel Fernandes Figueiredo na sua intervenção) se alguns melhoramentos que se têm efectuado em instalações e equipamentos não têm em vista a sua futura entrega de mão beijada ao capital privado.

Terceira acusação:

O Governo do PSD de Cavaco Silva é responsável por sacrificar interesses vitais dos pescadores, impondo aos que trabalham gravosas condições de trabalho e de vida, de que, entre outros, deram um esclarecedor panorama os camaradas Francisco Pereira, de Lisboa, e Manuel Baeta da Cruz, de Sesimbra.

Prova desta acusação são os despedimentos resultantes do abate de barcos bacalhoeiros, as remunerações insuficientes, insuportáveis condições de acomodação a bordo, a falta de apoio médico e (caso escandaloso), a perda de direitos em barcos portugueses navegando com bandeira do Panamá, como referiu o camarada Manuel Matos, de Aveiro.

Também ninguém poderá dizer que fazemos esta terceira acusação sem provas.

É a exploração desenfreada dos pescadores pelos grandes armadores.

É a venda dos arrastões aos espanhóis, o agravamento da situação dos que neles trabalham, pois, como camaradas referiram, deixaram de ter o controlo das vendas quando efectuadas em Espanha e deixaram de ser respeitadas as condições relativas ao descanso semanal.

É o desumano desprezo pela segurança e a vida dos pescadores, que os pescadores têm pago com naufrágios, mortos, sinistros e acidentes, de que o camarada José Vitoriano, a camarada Cristina Moço, Manuel Marques, de Aveiro e outros traçaram o terrível quadro.

É o desumano desprezo pela segurança e salvação da vida dos pescadores, desprezo ilustrado (como o camarada José Vitoriano teve ocasião de lembrar na sua intervenção) pelos 260 naufrágios, pelos 306 pescadores mortos em sinistros e acidentes, pelos 38 167 feridos em acidentes participados à Mútua no período de 1974 a 1984.

A prova está feita e mais que feita que o Governo de Cavaco Silva não serve as pescas nem os pescadores.

Certamente muitos pescadores votaram no PSD e em Cavaco Silva. Muitos estão já certamente arrependidos. Mas é necessário que tirem a lição de forma a que, em futuras eleições, não voltem a cometer o mesmo erro de votar naqueles que são os principais responsáveis das suas dificuldades (...)

Da intervenção de Álvaro Cunhal no encerramento do 2.º Encontro Nacional das Pescas, promovido pelo PCP em Lisboa.



O projecto de conclusões do 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas, lido por Jerónimo Teixeira, foi aprovado por unanimidade, tendo sido apresentadas 17 propostas de alteração e melhoramento do texto, 14 das quais foram contempladas

Conhecimento técnico responsabilidade e rigor

Uma caracterização sumária da crise em que se encontra o sector, recordando, nomeadamente, algumas linhas da análise desenvolvida pelo 1.º Encontro, realizado em Setúbal, em Novembro de 1983, é o capítulo de abertura do documento-base elaborado para o 2.º Encontro Nacional dos Trabalhadores das Pescas. São, ao todo, 11 capítulos, em 34 páginas de interessante leitura, ao longo das quais se evi-

dencia um profundo e rigoroso conhecimento técnico das questões essenciais que envolvem a actualidade piscatória no nosso país.

A responsabilidade e o rigor que caracterizam esta iniciativa, possíveis, entre outros aspectos, pela colaboração de especialistas, técnicos e trabalhadores amigos do Partido, estiveram patentes não só na documentação (em especial o documento-

base a que já aludimos) como no conjunto de intervenções registadas nos dois dias de trabalho. Vejamos alguns exemplos.

Da tribuna do Encontro falou-se da apanha das algas no concelho de Sesimbra, dos acordos fronteiriços e no concreto o acordo do Guadiana, da pesca artesanal, da artesanal longínqua, das lotas e vendagens, das questões de segurança, saúde e assistência, das

condições de vida e de trabalho, da pesca ao largo, do arrasto, do sector conserveiro, da pesca do cerco, da aquacultura, do movimento cooperativo das pescas, dos crustáceos, das organizações de produtores, etc.

A situação das pescas na Região Autónoma dos Açores e no distrito de Aveiro são outros exemplos de intervenções levadas ao encontro.

Lotas: privatização à vista

Nos últimos anos, a política do Governo para os Serviços de Lotas e Vendagens, tem sido a de preparar a privatização.

Nos pequenos portos, em que as Lotas apresentam resultados de exploração negativos, tem-se assistido ao colocar de duas alternativas: ou algum particular assume o serviço da Lota como comissionista, ou o serviço encerra. Ou desaparece, nesse caso, para além do controlo do Estado (estatística, segurança social, sanidade) ou passa a não se garantir a prestação de um serviço, importante para a classe piscatória, nestes casos pesca local, e quando é assegurado, pioram-se as condições do mesmo. Como se não bastasse já o facto de em tantas e tantas praias não existir a mínima infra-estrutura de apoio, só sendo possível sair para a pesca com bom tempo.

Nos grandes portos tem-se vindo a melhorar as instalações, equipamentos e

serviços das Lotas, sendo certo que a introdução de meios automatizados para apoio ao leilão do peixe garante maior verdade na formação do preço de venda. Também as condições de descarga e manuseamento têm, nalguns casos, melhorado.

Fica contudo a dúvida: será que estes investimentos não estão a ser acelerados porque se quer entregar à exploração privada estruturas modernas, rentáveis à custa de fundos públicos? Esta dúvida é alicerçada nas declarações de diversos responsáveis quando citam a prática doutros países da Comunidade e na própria legislação, ao referir «a entidade que explora as Lotas...», apontando para a privatização, sem acautelar que tais entidades sejam representativas da classe piscatória, dos produtores.

Pontualmente continuam também por resolver conflitos de interesses quanto aos meios e serviços prestados por algumas Lotas a diferentes frotas de pesca. Continuam a verificar-se incompatibilidades dos horários de certas Lotas, com o do labor dos pescadores, o que está na base de muitas «fugas». Faltam infra-estruturas de frio de apoio aos pescadores, já que as existentes são invariavelmente colocadas ao serviço dos intermediários.

Os investimentos do sector público em infra-estruturas portuárias de pesca envolvem para o ano em curso o Orçamento do Estado aprovado pela AR mais de 2,5 milhões de contos, sendo o custo total previsto perto de 19 milhões.

Estas infra-estruturas são, nalguns casos, mistas. Isto é, destinadas também ao comércio, casos de Portimão e Figueira da Foz.

Sem dúvida alguma que

os valores envolvidos representam uma despesa pública significativa. Contudo a operacionalidade dessas estruturas portuárias e mais a rentabilidade do investimento até agora efectuado são mais que duvidosas.

O Governo através do DL 348/86 pretende modificar toda a orgânica dos portos, dando autonomia às diversas juntas portuárias.

Porém, ao procurar estimular a concorrência entre os diversos portos é bem possível que esteja a condenar alguns à estagnação ou até ao seu encerramento. É inquestionável que as condições à partida, localização, equipamentos, vias de comunicação, etc., são diferentes.

O encerramento de portos na Inglaterra da Sra. Thatcher é exemplo que o Governo Cavaco pode vir a seguir.

Há ainda casos em que os estudos prévios não previram os impactos que a adesão à CEE provocou ou em que os estudos foram mal orientados.

O exemplo do porto de Portimão é caricato. Por um lado, sobredimensionado, por outro, ao pensar-se na dupla utilização (pescas/comércio) o falhanço foi total, já que as exportações não passaram de uma lírica previsão.

Por fim tudo aponta para a privatização de determinadas áreas e serviços portuários. Ou seja, o Estado acarretará com as obras de grande envergadura e elevado custo; entidades privadas recolherão os proventos da exploração do que for rentável e de reduzido risco.

(Do documento-base do Encontro Nacional)

É necessário...

- Continuar a lutar até à alteração do artigo 10.º do Decreto Regulamentar 40/86 (Reforma dos Pescadores);
- Que o Grupo Parlamentar do PCP leve novamente à Assembleia da República o Projecto de Lei da Segurança e o do Regime Jurídico do Trabalho a bordo;
- Lutar para que os pescadores que trabalham em empresas mistas, continuem sempre como trabalhadores portugueses, auferindo dos mesmos direitos que todos os outros pescadores portugueses;
- Exigir das autoridades marítimas uma fiscalização permanente sobre todos os arrastões pequenos e grandes;
- Um combate permanente ao Decreto 43/87 no que ele tem de negativo para as pescas portuguesas;
- Obrigar a que o Governo invista no INIP no sentido de este organismo ser apetrechado com os meios suficientes e para que possa esclarecer os pescadores portugueses em termos de stocks e onde se encontram;
- Protestar contra a venda de embarcações portuguesas aos espanhóis;
- Protestar contra as chamadas verbas dadas a fundo perdido para abatimento das embarcações, pois que isso só leva ao aumento desenfreado do desemprego e compromete seriamente a independência nacional.

Da intervenção de Carlos Espadilha — Sines



Os pescadores são dos poucos trabalhadores em Portugal que não estão enquadrados na Lei Geral do Trabalho, continuando submetidos a um Regulamento de Inscrição Marítima que é na prática uma sobrevivência da antiga sujeição à autoridade militar, lembra o documento de conclusões do Encontro

Trabalhadores

Os protestos têm efeito!

Os protestos dos trabalhadores têm efeito. E isso está-se a ver também agora, em relação ao pacote laboral. Mas, em vez de retirar as suas propostas (que, se fossem aplicadas, imporiam nas empresas o poder absoluto do patronato) e abrir um debate amplo sobre as leis laborais, o Governo prefere avançar com manobras mais sofisticadas de manipulação da opinião pública.

Foram primeiro as dúvidas postas a circular sobre a contemplação de algumas críticas ao anteprojecto do pacote, que depois não vieram a verificar-se no projecto posto à discussão; foi o senta-levanta (ou concerta-desconcerta) da UGT na Concertação, seguido das reuniões e segredinhos com o patronal Governo; agora, já falam por aí na terceira versão.

Se o objectivo é confundir os trabalhadores, enganando-se os senhores dos pacotes. Já foram derrotados, antes desta, quatro ofensivas de monta contra os direitos de quem trabalha. Neste pacote, já prepararam alguns recuos.

A luta continua, para que o Governo retire os seus projectos de alteração das leis laborais e possibilite um amplo debate sobre o tema, com a participação de todas as forças interessadas no progresso e na justiça social — como exige o movimento sindical unitário.

A terceira versão

O repúdio generalizado face ao pacote laboral e a luta contra ele desenvolvida pelos trabalhadores criaram reais dificuldades ao Governo para atingir os seus objectivos — afirma a Comissão Executiva da CGTP-IN, num esclarecimento sobre a falada «3.ª versão» das propostas de alteração às leis dos despedimentos, dos contratos a prazo, do *lay-off* e da protecção aos representantes dos trabalhadores.

Aquele facto explica — segundo a central — «a manipulação da opinião pública que está a ser feita, com informações ambíguas e contraditórias».

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — que reuniu ontem o seu Conselho Nacional — conclui que

«o Governo, ao esconder à CGTP-IN e aos trabalhadores essa 3.ª versão, pretende, com o apoio de alguns parceiros sociais, manter o seu objectivo de precarizar em absoluto o emprego e permitir ao patronato despedir quem, como e quando quiser».

Face às afirmações públicas de dirigentes da UGT e da CCP (confederação patronal do comércio) de que teriam já em seu poder o novo documento do Governo e às notícias surgidas em órgãos de comunicação social, a central unitária esclareceu no dia 22 que «ainda na passada sexta-feira, no final da reunião do CPCS, o ministro do Emprego afirmou à CGTP-IN não existir ainda qualquer outra versão do pacote laboral e que só em meados da presente semana ela seria distribuída aos chamados parceiros sociais».

No entanto, «a confirmar-se esta situação», a CGTP considera estar-se «perante um comportamento do Governo, no mínimo, pouco sério e claramente antidemocrático».

Beja sai à rua amanhã

Por iniciativa do plenário de sindicatos (4 de Fevereiro) e da União Distrital, Beja sai amanhã à rua para protestar contra o pacote laboral e exigir a estabilidade do emprego, dizer não ao pacote agrícola e reclamar a reali-

zação completa da Reforma Agrária, o desenvolvimento económico e social do distrito e a defesa do regime democrático.

A concentração/manifestação inicia-se às 15 horas, no Largo Rainha D. Leonor, frente ao museu.

O plenário de sindicatos analisou a situação social no distrito e discutiu as consequências que viriam da aplicação do pacote laboral e do pacote agrícola e da revisão da Constituição pretendida pela direita. Foram igualmente analisados os efeitos do decreto regulamentar 36/87, que restringiu o acesso ao subsídio de doença.

Tém vindo a encerrar empresas (e o documento distribuído aos jornalistas cita exemplos, como a **Metalúrgica Alentejana**, a maior empresa da metalurgia no distrito e a única com secção de fundição; a **Consol**, integrada no perímetro de rega de Odivelas e que tinha uma capacidade de transformação de 1200 hectares de tomate, garantindo trabalho por cerca de 6 meses a 2500 trabalhadores e pequenos seareiros; a **Euro radial**, que era a melhor empresa de recauchutagem do Sul do País), mas não foram criadas alternativas de emprego. «Das poucas empresas existentes — alertam os sindicalistas — muitas delas, se não forem tomadas medidas, seguirão o mesmo caminho».

A política de ataque à Reforma Agrária, por outro lado, levou já à destruição de 58 UCPs/Cooperativas e liquidou 7 mil postos de trabalho.

Aumenta assim o desemprego não sazonal, estimando os sindicatos e a União que os trabalhadores sem emprego sejam no distrito cerca de 16 mil — uma percentagem de 27,3%. «Se este número não é mais elevado, tal facto deve-se às centenas de trabalhadores que são obrigados a emigrar, quer para o estrangeiro, quer internamente, nomeadamente para o Algarve» — refere o documento.

A resposta do Governo a



Na Covilhã cerca de 2 mil pessoas participaram na manifestação de sábado, dia 20, contra o pacote laboral, respondendo com grande combatividade ao apelo da União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco

esta difícil situação — a que se juntam ainda, como recordam os sindicalistas de Beja, os problemas dos jovens e dos reformados — é brindar os trabalhadores com os pacotes laboral e agrícola. O resultado da aplicação dos projectos de Cavaco Silva e do PSD seria a implantação «das leis da selva no mercado de trabalho» e a «legalização de todas as ilegalidades já praticadas pelo actual ministro da Agricultura e a destruição da Reforma Agrária».

O plenário concluiu que «os trabalhadores e o povo do distrito de Beja não estão condenados a viver na miséria e subdesenvolvimento que o Governo Cavaco Silva nos quer impor», reafirmando que «temos soluções para resolver os problemas, o que passa inevitavelmente por uma política diferente, que tenha em conta os interesses da nossa região e do nosso País». Referem-se depois algumas dessas propostas, «dezenas de vezes apresentadas aos órgãos do Poder, mas que têm caído em ouvidos moucas».

Foi face a esta situação que o plenário decidiu desenvolver uma campanha de informação sobre a política e as propostas legislativas do Governo, efectuar plenários nos locais de trabalho e marcar a manifestação de amanhã.

Évora

Também a União dos Sindicatos do Distrito de Évora

decidiu marcar para o dia 5 de Março, sábado, na capital do distrito, uma concentração/manifestação contra o pacote laboral. Até lá, decorre uma campanha de informação, com reuniões e plenários de trabalhadores.

Hoje reúne no Teatro Garcia Resende, a partir das 10 horas, o plenário de activistas sindicais. **Para amanhã está marcada uma concentração concelhia em Torres Novas.**

Os sindicatos do distrito iniciaram já a preparação das comemorações do 1.º de Maio, que se iniciarão a 29 de Abril e culminarão com uma concentração/manifestação e convívio cultural em Évora.

Uma delegação da União Sindical reuniu no dia 12 com o governador civil, a quem entregou as conclusões do Encontro Regional sobre segurança social e emprego (30 de Janeiro, Montemor-o-Novo). Acompanhada de uma representação do sindicato dos têxteis, a delegação da USDE discutiu com o engenheiro Mira Brinquinho o encerramento da Law's Apparell, a situação da Cooperativa Hortícola do Divor e o problema do desemprego na região.

No final da reunião — informou a USDE — o governador civil confirmou que o problema do desemprego vem do facto de a oferta de mão-de-obra ser maior que a procura, confirmou a abertura prevista de uma empresa italiana de montagem de tractores e afirmou que «o Alqueva é para ser feito».

Metalurgia

Para ontem a Federação e os activistas sindicais metalúrgicos convocaram uma jornada nacional de luta, com paralisações de trabalho e outras acções de norte a sul do País e uma concentração em Lisboa, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Tal como a jornada de dia 4, esta iniciativa inclui, entre os seus objectivos a luta contra o pacote laboral, pelo direito ao trabalho e por mais emprego, pelo pagamento dos salários em atraso, pela rápida revisão da contratação na metalurgia, pela defesa do sector empresarial do Estado.

O pacote laboral, as privatizações, a «lei das baixas», a tentativa de impor um tecto salarial e outros aspectos graves da política de Cavaco Silva e do PSD continuam a suscitar a condenação de trabalhadores dos mais diversos ramos de actividade, nomeadamente nas reuniões efectuadas de 11 a 13 de Fevereiro no Nordeste Transmontano com a participação de dirigentes da CGTP-IN; dos trabalhadores agrícolas de Viana do Alentejo e Cabeção (Évora); do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa; da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos; do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos; do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro; da comissão sindical (Zona Norte) do Banco Fonsecas & Burnay.

Transportes: luta reabre diálogo



Representantes dos trabalhadores dos transportes deslocaram-se à residência oficial do Primeiro-Ministro (foto) após a reunião de ORT's, de dia 19, exigindo uma resposta à proposta de aumentos salariais apresentada ao Governo (10,2%). Nesse mesmo dia também ali estiveram centenas de trabalhadores ferroviários

«As tomadas de posição dos trabalhadores do sector de transportes e de outros sectores de actividade contra o pacote laboral e o tecto salarial que o Governo Cavaco Silva pretende impor obrigam o Governo a rever a sua política de confrontação e a seguir a via do diálogo» — afirmou a FESTRU depois de anunciar o reinício das negociações do acordo de empresa na Carris.

Segundo a Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos, «o recuo do Governo e da comissão administrativa deve-se à grande firmeza dos trabalhadores e da FESTRU, que denunciaram perante a opinião pública e órgãos do poder a ilegalidade da requisição civil, bem

como a prepotência e a falta de diálogo».

Também a CGTP-IN comentou a mudança de atitude dos responsáveis da Carris, bem como do Metropolitan, da CP e da Transtejo: «Independente dos resultados que se vierem a verificar nas negociações, esta mudança de comportamento só é possível face à luta desenvolvida pelos trabalhadores, à firmeza demonstrada, à compreensão e solidariedade da população e ao repúdio generalizado do recurso à repressão».

As greves de dias 17 e 22 na CP, no Metro e na Transtejo — em luta pela revisão dos acordos de empresa — tiveram a adesão praticamente de todos os trabalha-

dores e pararam totalmente os serviços. Para esta semana estavam previstos plenários nestas empresas com o objectivo de analisar a situação.

Os jornalistas da agência Lusa decidiram paralisar o trabalho ontem e nos próximos dias 1 e 2 de Março. O sindicato manifestou já o seu apoio a esta greve, recordando que parte significativa dos jornalistas da Lusa — que vencem diuturnidades pelos valores de 1986 — não teve qualquer aumento em 1987. A administração propôs «como posição final, intransigente, logo não negociável», um aumento de 6,75% na tabela salarial, considerado pelo Sindicato dos Jornalistas, «no mínimo, irrisório e inaceitável».

Trabalhadores

2.º Congresso dos Gráficos reúne este fim-de-semana

Com a participação prevista de cerca de duzentos delegados, realiza-se nos dias 27 e 28, nas instalações do INATEL na Foz do Arelho, o 2.º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. Os trabalhos iniciam-se, no sábado, às 14 horas e no domingo, às 9. Durante as 3 sessões vai ser apresentado e discutido o relatório de actividades e vão ser debatidos os estatutos e o regulamento eleitoral. O congresso discutirá ainda o programa de acção e elegerá o Conselho Nacional da Federação.

FEPES adia para Março encontro do sector automóvel

O Encontro Nacional dos Trabalhadores do sector automóvel representados pelos sindicatos da Federação do Comércio, Escritórios e Serviços, inicialmente marcado para 20 de Fevereiro, foi adiado, em princípio, para 19 de Março. Segundo a FEPES, «o adiamento resulta da necessidade de marcar o período de discussão, tendo em vista os seguintes objectivos: aprofundar o conhecimento da situação do sector nas suas várias componentes, desenvolver a mobilização e a participação dos trabalhadores do sector na luta mais geral dos trabalhadores portugueses contra o pacote laboral do Governo e em defesa da estabilidade e segurança no emprego e enquadrar as principais aspirações dos trabalhadores no processo de revisão do CCTV do sector».

Recordamos que se realiza hoje, a partir das 10 horas, na Sociedade Musical Capricho Setubalense, um debate sobre emprego precário, organizado pela União dos Sindicatos do distrito.

Sindicato dos Têxteis apela ao aumento da sindicalização

O Sindicato dos Têxteis do Porto e Aveiro «espera e deseja» que o crescimento da indústria têxtil no Marco de Canavezes «venha a contribuir para o desenvolvimento do concelho, da sua população e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores». Esta posição é expressa num comunicado apelando ao aumento da sindicalização na zona do Marco, distribuído no princípio do mês, e no qual o sindicato afirma que a concretização daquele objectivo «depende de muitas organizações e entidades, mas depende também muito especialmente dos próprios trabalhadores das empresas têxteis». «Só com o querer de cada um e de todos e com a sua união à volta do sindicato podemos conhecer-nos melhor uns aos outros, conhecer os nossos problemas, denunciá-los e combatê-los» — afirma a direcção sindical, depois de recordar que «há empresas onde não se pagam os salários contratuais, nem sequer o salário mínimo nacional; que recorrem quase todos os dias, e até aos fins-de-semana, ao trabalho extraordinário, não pagando como tal as horas extra; há mulheres, algumas jovens menores de 18 anos, a trabalhar de noite; o subsídio por trabalho nocturno não é pago; muitos trabalhadores não estão inscritos na segurança social, não podem por isso estar doentes, não têm nenhuns direitos sociais, o seu trabalho não conta para a reforma; há falta de condições de higiene e segurança; os direitos dos trabalhadores (sobre faltas, idas ao médico, assistência inadiável, amamentação, pagamentos das amas e outros) não são conhecidos dos trabalhadores e não são pagos nem respeitados pelas empresas».

Também no princípio de Fevereiro a imprensa deu a conhecer um relatório da RFA (Werner International, citado pelo diário económico francês «Les Echos») que indicava ser a mão-de-obra têxtil portuguesa das mais baratas a nível mundial: o custo de uma hora de trabalho de um operário da indústria têxtil foi em Portugal, no ano de 1987, de 253 escudos, incluindo os encargos sociais, valor equiparado ao que se pratica na Coreia do Sul e inferior aos de Taiwan, Hong Kong e Tunísia.

«Que futuro para a Vicominas e os seus 107 trabalhadores?»

«Que futuro para a Vicominas e os seus 107 trabalhadores?» — pergunta-se num comunicado do Sindicato da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro, no qual se exige a viabilização da Vicominas — Minas da Campeã e o pagamento dos salários e subsídios em dívida. «O Governo de Cavaco Silva não autoriza a Secretaria de Estado da Energia a viabilizar a nossa empresa. A população de Vila Real vai assistir assim ao fim dos fornos eléctricos mais modernos da Europa» — denuncia-se naquele documento, divulgado alguns dias depois da visita do Primeiro-Ministro à capital transmontana. Os trabalhadores e o sindicato recordam que «quando em 1980 foi reconvertida a produção de gusa na actual fábrica de silício metálico, o então ministro do Trabalho do Governo AD, Eusébio de Carvalho, prometeu-nos a manutenção da nossa empresa. Depois, sucessivos governos nos têm prometido a viabilização». Mas, conclui o comunicado, «hoje podemos dizer que mentiram e mentem com quantos dentes têm (sobretudo quando há eleições à porta). Não cumprem as promessas, têm adiado sucessivamente a resolução do problema».

Governo não cumpre promessas feitas aos professores

«O Ministério da Educação não cumpriu a promessa de dar a conhecer até 31 de Janeiro a versão I do projecto de Estatuto da Carreira Docente» — constatou o Secretariado Nacional da FENPROF na sua reunião do passado dia 19. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa havia já alertado para o facto de que não foi cumprido também o compromisso assumido pelo ME de entregar até 15 de Janeiro o projecto do novo modelo de formação em serviço.

No dia 21 de Janeiro — informa o SPGL — foi publicado o Decreto-Lei 18/88, que regulamenta os concursos e no qual não são estabelecidos prazos para os professores efectuarem a formação em serviço.

Formação em serviço

Quanto ao Ministério da Educação, uma nota divulgada na sexta-feira afirma que «na ausência de medidas adequadas e atempadas, estabelece várias fórmulas para a avaliação dos professores», tentando cobrir assim o facto de alguns docentes não terem tido acompanhantes da prática pedagógica.

Assim, na opinião do SPGL, o que vai acontecer no próximo ano lectivo é que «centenas de professores concluirão o primeiro ano de formação desconhecendo como irá decorrer o segundo», enquanto «milhares de professores provisórios se efectivarão e, em consequência disso, adquirirão o direito de fazerem a sua formação».

Na segunda-feira, dia 22, o SPGL realizou uma assembleia regional de professores em que foi reafirmada a reivindicação do cumprimento da Lei de Bases do sistema educativo, que prevê o mês de Julho de 1991 como prazo para os professores fazerem a sua formação. Na reunião foram ainda tratados o próximo concurso e formas de acção a desenvolver para alterar aspectos do recente diploma que o regulamenta e que são considerados lesivos de direitos adquiridos pelos docentes.

Um dia não basta

O Secretariado Nacional da Federação analisou a situação actual do ensino, especialmente a forma como decorreram os debates de 9 de Fevereiro (dia «D») sobre a reforma educativa, reafirmando a necessidade de prosseguir a apreciação do tema, «já que a complexidade dos assuntos em discussão não se compadece com a curta paragem das escolas, antes implica o aprofundamento das discussões que agora se iniciaram».

No entender do Secretariado Nacional da FENPROF «urge clarificar a responsabilidade institucional dos diversos intervenientes neste processo, nomeadamente do próprio Ministério da Educação, da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, do Conselho Nacional de Educação e dos grupos de trabalho responsáveis pela elaboração dos textos que estiveram, e estão, em debate».

Ainda em relação ao dia «D», na nota divulgada no final da reunião sublinha-se que «só a intervenção da FENPROF e dos seus sindi-

catos de professores explica que a discussão sobre a reforma do ensino tenha saído dos gabinetes e vindo para as escolas» e critica-se «veementemente» a parca distribuição pelo Ministério dos materiais de apoio à discussão.

A FENPROF informou entretanto que o Ministério da Educação, na sequência das diligências efectuadas pela Federação — que chamou a atenção dos responsáveis ministeriais para o facto de que «a marcação de um único conselho escolar especial (3 horas apenas) para debater tão importante matéria, além de insuficiente, é discriminatória em relação a outros sectores de ensino» — decidiu conceder também ao ensino primário a suspensão de actividades lectivas durante um dia para discussão da reforma educativa. «Mais uma vez a acção rápida da FENPROF e dos professores que ela representa resolve positivamente uma ajustada exigência dos docentes» — afirma a Federação.

Um caso à parte

Os docentes do ensino primário com o curso especial do Magistério (3 anos, com matérias curriculares e as mesmas disciplinas do curso geral), que são, na sua maioria, pro-

fessores eventuais vindos das ex-colónias, são um caso à parte — foi denunciado numa reunião de mais de uma centena de professores nestas condições promovida no dia 11 de Fevereiro pelo sindicato da Grande Lisboa.

Ao contrário do que estipula o Decreto-Lei 111/76, que criou aquele curso, os docentes que o frequentaram não são considerados professores do ensino primário em igualdade de circunstâncias com todos os outros colegas, havendo diferenças salariais de 9 a 18 mil escudos (início e topo da carreira).

Iniciativas

A aplicação do imposto profissional aos professores do ensino particular, incidindo sobre 50% dos rendimentos de trabalho em 1987, bem como a situação geral dos docentes do ensino particular e das instituições privadas de segurança social, foram discutidas anteontem à tarde numa reunião promovida pelo SPGL, na sua sede.

Este sindicato realizou no dia 8 um seminário muito participado sobre gestão democrática nas escolas. Inicialmente marcado para a Biblioteca Nacional, acabou por ocupar a Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, uma vez que o número de inscrições ultrapassou todas as expectativas dos organizadores.

Aos cerca de 400 professores foram dados a conhecer os resultados de um inquérito efectuado pela FENPROF e que permitiu concluir, nomeadamente, que a gestão demo-

crática implantada com o 25 de Abril «deu origem a uma nova relação entre os diversos sectores da escola, alterando significativamente a situação que existia anteriormente, marcada pelo difícil relacionamento decorrente de um modelo de gestão autoritário e fechado sobre si próprio».

Os professores inquiridos consideraram como principais limitações à integral democracia e à eficiência do funcionamento dos órgãos de gestão a insuficiência de verbas, a falta de apoio do ME e a carência de instalações. Só que os governos, afirmou-se na intervenção do SPGL, «têm feito tentativas, não para melhorar a legislação existente, mas para pôr em causa a participação dos professores na construção de uma escola verdadeiramente democrática».

Além dos debates nas escolas, os sindicatos e a FENPROF têm marcadas outras iniciativas: ontem e anteontem — encontros sobre gestão democrática em Santiago do Cacém e Setúbal; ontem e hoje — um seminário sobre a Lei de Bases do sistema educativo, em Faro; na primeira semana de Março — um encontro sobre educação pré-escolar em S. Miguel, seguido, na segunda semana, de encontros sobre reorganização curricular em S. Miguel, na Terceira e no Faial. De 3 a 18 de Março a reestruturação curricular no ensino básico, a Lei de Bases e o ensino primário vão estar em foco nos encontros distritais a realizar em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

**A. Paulo Amorim Indeferido o despedimento**

Depois de 4 meses de luta marcada por grande unidade e combatividade, os trabalhadores da empresa corticeira A. Paulo Amorim e Filhos, de Moselos (Feira — Aveiro), viram agora reconhecida a sua razão: a Secretaria de Estado do Emprego indeferiu o processo de despedimento colectivo de 85 pessoas, das 196 que trabalhavam naquela firma.

A 22 de Outubro a administração iniciou o processo de despedimento, alegando dificuldades económicas e concorrenciais. Os trabalhadores não aceitaram tais argumentos e iniciaram desde logo a luta em defesa dos postos de trabalho.

Apoiados pelo Sindicato dos Corticeiros do Norte e pela União dos Sindicatos de Aveiro, contando com a solidariedade da classe corticeira e de muitos camaradas de outros sectores profissionais, bem como de organizações cívicas, religiosas e políticas — o PCP, entre outras acções, apresentou na Assembleia da República dois requerimentos ao Governo —, os trabalhadores da A. Paulo Amorim e Filhos efectuaram greves a 100 por cento, concentrações e desfiles junto ao Casino de Espinho, onde jantavam a associação patronal da indústria corticeira e membros do Governo, desfiles em Aveiro e Idas à delegação do Ministério do Trabalho e ao Governo Civil, participação na manifestação distrital de 6 de Fevereiro, combate persistente na comunicação social e uma vigília em Moselos na passada sexta-feira (na foto).

Trabalhadores

Privatizar... os lucros (12)

Subverter a democracia

As propostas de lei apresentadas pelo Governo para o sector empresarial do Estado «visam restabelecer de forma deliberada o poder económico dos grandes grupos monopolistas, com a submissão do poder político ao poder económico e a consequente subversão do regime democrático», pelo que não devem ser aprovadas e aplicadas — concluíram os representantes dos trabalhadores do SEE, reunidos no dia 18 de Fevereiro em Lisboa.

A reunião de ORTs do sector empresarial do Estado foi convocada pela CGTP-IN, federações e uniões sindicais e coordenadoras regionais e sectoriais das comissões de trabalhadores, na sequência do plenário de 15 de Outubro de 1987, para **analisar a ofensiva do Governo contra o SEE** nomeadamente as propostas desde então apresentadas na Assembleia da República para possibilitar a

transferência para o sector privado de 49% do capital social de qualquer empresa pública nacionalizada, a alienação de qualquer participação detida pelo Estado ou pelo SEE no capital social das sociedades e a entrega ao sector privado dos órgãos de comunicação social escrita pertencentes ao Estado) e a **resposta dos trabalhadores**.

No final da reunião de quinta-feira os representantes dos

trabalhadores deslocaram-se à residência oficial do Primeiro-Ministro para entregar o parecer e as resoluções aprovadas.

Mas, na linha dialogante do «eu falo para a televisão, vocês calam-se ou eu calo-vos» — objecto de uma resolução em que os membros das ORTs do SEE manifestam a sua «inteira solidariedade para com todos os trabalhadores em luta» e condenam o comportamento do Governo face aos diversos conflitos laborais, «designadamente pela sua postura de autoritarismo, confrontação e desrespeito pelos direitos e liberdades sindicais» —, nem Cavaco Silva nem ninguém a seu mando recebeu os documentos.

Estes foram, no entanto, entregues na Comissão Par-

lamentar de Economia e Finanças, onde os membros das ORTs do SEE reiteraram o pedido de audiência já formulado anteriormente.

No percurso do Sindicato dos Gráficos até S. Bento os representantes dos trabalhadores das empresas públicas distribuíram um documento comentando as propostas de lei do Governo para o sector.

Respeitar a Constituição

«No respeito pela Lei Fundamental» a Assembleia da República não deve aprovar as propostas de lei apresentadas pelo Governo, que «violam flagrantemente a Constituição da República, designadamente os artigos 80.º, 81.º, 83.º e 290.º» — reclamam os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado no parecer aprovado relativamente às propostas de lei 16/V, 17/V e 18/V.

As propostas do Governo — afirma-se no documento — visam dar ao poder económico uma «nova e alargada dimensão» que lhe possibilitará «de forma decisiva» não apenas subtrair-se à submissão ao poder político, como «operar a radical alteração dos termos da subordinação» impostos pela alínea a) do artigo 80.º, da Constituição.

Por outro lado, o Governo atenta contra o princípio da coexistência dos diversos sectores de actividade económica, o qual garante a não hegemonia do sector privado; com a sua propos-

ta de transformação das empresas públicas em sociedades anónimas (18/V) pretende «recolocar o sector privado em inequívoca posição de domínio de toda a actividade económica nacional», em detrimento dos sectores público e cooperativo.

É igualmente afrontado pelas propostas governamentais o princípio constitucional da apropriação colectiva dos meios de produção mais importantes, princípio que — recordam os ORTs do SEE — faz parte dos limites materiais da revisão constitucional definida no artigo 290.º da Lei Fundamental.

As propostas vão ainda contra o princípio da planificação democrática da economia e acarretariam um «sensível decréscimo da intervenção democrática dos trabalhadores».

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, zelar pela eficiência do sector público é uma das tarefas prioritárias do Estado no campo económico e social (artigo 81.º). Contudo — acusam os representantes dos trabalhadores — esta obrigação é «frontalmente contrariada pelo Governo na sequência, aliás, de uma prática reiterada voltada para a destruição do sector público».

É também um dever prioritário do Estado, segundo o mesmo artigo 81.º, impedir a reconstituição de monopólios privados e reprimir os abusos do poder económico. «Ora na iniciati-

va governamental é perceptível o intento 'desnacionalizador' e o propósito de, pela reprivatização à *outrance*, colocar o Estado na impossibilidade real de impedir e reprimir os abusos de posição dominante que daí inevitavelmente decorrerão» — afirma-se no parecer.

No entender dos membros dos organismos representativos dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, as propostas de lei do Governo violam ainda o disposto no artigo 83.º da Constituição, uma vez que «só pela subsistência das nacionalizações (ou mesmo, inclusive, pelo seu reforço) é possível garantir a apropriação colectiva dos principais meios de produção e a sujeição do poder económico ao poder político».

Prosseguir a luta

Os ORTs do SEE decidiram ainda na reunião de 18 de Fevereiro «prosseguir o esclarecimento da opinião pública, alertando-a para a gravidade da ofensiva contra o SEE», «prosseguir a mobilização dos trabalhadores em cada empresa para a continuação da luta pela defesa da mesma e dos interesses dos trabalhadores» e «reafirmar a inteira disponibilidade e empenhamento em todas as acções e lutas mais gerais pela defesa do SEE e dos direitos e liberdades dos trabalhadores, como partes integrantes do regime democrático constitucionalmente consagradas».



Vai prosseguir a luta em defesa do sector empresarial do Estado, vai prosseguir o esclarecimento da opinião pública e a mobilização dos trabalhadores — decidiu o plenário de ORTs do SEE (foto da concentração no Porto dia 6 de Fevereiro)

Pessoal civil dos departamentos militares

Ilegalidade afecta 10 mil pessoas

«Chegou-se a uma situação de quase esvaziamento da legislação própria regulamentadora das condições de trabalho do pessoal civil ao serviço de estabelecimentos e departamentos militares, com óbvias repercussões negativas, tanto para uma eficaz gestão do pessoal, como para os interesses e direitos dos trabalhadores» — afirma a Federação da Função Pública, numa nota de imprensa em que alerta para a situação de ilegalidade em que o Ministério da Defesa mantém cerca de 10 mil pessoas.

Após a publicação, em Dezembro, de um acórdão do Tribunal Constitucional declarando que o Estatuto do Pessoal Civil dos serviços departamentais das Forças Armadas não está de acordo com a lei fundamental do País, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública renovou o pedido de entrevista ao ministro da Defesa, «com vista à abertura do diálogo que permita o encontro de soluções legislativas adequadas à regulamentação das condições de trabalho daquele pessoal» — informa-se na nota da FNSFP.

Desde então já passou mais de um mês, mas «mantém-se o silêncio daquele responsável ministerial e entretanto os problemas continuam a avolumar-se».

RDM para civis é inconstitucional

Depois do acórdão de Dezembro — revela a Federa-

ção — «os responsáveis militares consideram reposto em vigor o estatuto anterior, que havia sido revogado em 1982, e defendem que, em matéria disciplinar, se aplique aos trabalhadores civis o Regulamento de Disciplina Militar».

Os trabalhadores e os sindicatos, face a tal actuação, solicitaram ao presidente da Assembleia da República que suscite junto do TC a apreciação da constitucionalidade do estatuto reposto, o qual, entendem as organizações sindicais, «enferma dos mesmos vícios» que o que foi declarado inconstitucional em Dezembro, pois também não teve a participação dos trabalhadores e suas organizações na sua elaboração.

Mais recentemente — acrescenta a FNSFP — foi publicado outro acórdão do TC declarando também inconstitucional o artigo do

RDM que alarga a aplicação deste regulamento aos trabalhadores civis.

Os sindicatos responsabilizam pelo arrastar desta situação o Ministério da Defesa, «pela sua obstinada recusa em ouvir as estruturas representativas dos trabalhadores e, pela via do diálogo, ter efectuado a revisão da legislação que desde há muito era reclamada».

No passado dia 10 o assunto foi objecto de uma conferência de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

A FNSFP, por seu turno, manifestou a sua disposição de recorrer a «outras instâncias nacionais e internacionais com vista à resolução destes problemas e, ao mesmo tempo, encarar com os trabalhadores a possibilidade de outras formas de luta se a situação se vier a prolongar».

Função pública prepara III Congresso

Os sindicatos da Federação da Função Pública estão a preparar o III Congresso desta estrutura, marcado

para 10 e 11 de Março em Lisboa, no auditório do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), e que tem como grandes temas — segundo uma nota da FNSFP — «melhorar os serviços públicos, dignificar a profissão e defender os direitos dos trabalhadores».

Melhorar os serviços é uma «necessidade premente» que a população pode actualmente testemunhar,

afirma a Federação, referindo os serviços de saúde «que se degradam dia-a-dia», a educação «que não satisfaz», a justiça que encaixou, a segurança social que se tornou «uma insegurança».

Dignificar a profissão e defender os direitos dos trabalhadores é para a FNSFP «uma exigência», como mostra o retrato que apresenta

da situação laboral na função pública: «O emprego precarizou-se, o poder de compra dos salários diminuiu, as carreiras só têm um fim — a estagnação. Por outro lado, estímulos materiais e profissionais não são dados aos trabalhadores. Estes antes são confrontados com distorções e injustiças salariais, más condições de higiene e segurança no trabalho e ausência de formação profissional.



Os trabalhadores da função pública participaram activamente nas manifestações de 6 de Fevereiro contra o pacote laboral (foto do desfile em Lisboa, na Avenida da Liberdade)

Poder Local

Lomba (Gondomar)**Uma freguesia transformada
um exemplo do trabalho CDU**

A freguesia da Lomba, situada na margem Sul do Douro e isolada, pelo rio, do resto do concelho de Gondomar, é hoje uma freguesia diferente.

Votada ao esquecimento durante anos e anos, as suas esperanças de desenvolvimento encontraram resposta no trabalho realizado pela equipa de eleitos pertencentes à CDU que, desde as últimas eleições autárquicas, tomaram nas suas mãos os destinos da freguesia. Dos seus problemas, da obra realizada, das perspectivas para o futuro nos falou o camarada Joaquim Viana, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba. Deputado municipal e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, o camarada Joaquim Viana é o candidato da CDU a Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, segundo foi anunciado no Encontro da CDU realizado naquele concelho, no passado sábado. Do Encontro da CDU em Gondomar se dá conta noutra local. É da Lomba, um exemplo concreto de como é possível, em pouco tempo, alterar para melhor a vida das populações, que vamos agora tratar em particular.

«Avante!» — A primeira questão que te colocamos tem a ver com os principais problemas com que a Junta de Freguesia se debateu ao longo destes dois anos, com os resultados obtidos, com o que significou para a população da Lomba ter uma Junta da CDU.

Joaquim Viana — A Freguesia da Lomba esteve esquecida antes do 25 de Abril e continuou esquecida depois, por muito tempo. Creio que por duas ordens de razões: primeiro, porque as pessoas que estiveram à frente da autarquia, sempre homens do PSD, não ligavam nenhuma às questões da população; segundo, porque a Lomba é a freguesia de Gondomar mais distante da sede do concelho e é aquela que em termos eleitorais menos interessa a quem tem o poder, pois sendo a terceira maior em área, é a que tem menos população — tem 17 km², para uma população na ordem dos 2000 habitantes.

É evidente que uma freguesia numa situação destas, e ainda por cima essencialmente rural, tinha problemas de toda a ordem. Basta dizer que o correio ainda se recebia no homem do tascó. Apenas uma ou duas ruas estavam pavimentadas e não havia ligação entre os vários lugares. Só um lugar tinha acesso a transportes públicos, o que obrigava a que as crianças fizessem 6 km a pé, todas as manhãs, para ir à escola. Desde a falta de assistência às más condições nas escolas, todos os problemas eram uma realidade na Lomba. Praticamente em nada se avançou durante anos e anos e nós herdámos uma freguesia numa péssima situação, com enormes problemas.

Isso obrigou, numa primeira fase, a um trabalho exaustivo de levantamento e à definição posterior de prioridades na nossa intervenção concreta que se revestiu, essencialmente, na realização de obras por administração directa, com a participação activa das populações, e na insistência junto à Câmara e outras entidades, como os Correios, a Delegação Escolar, etc., para que fossem resolvidos os problemas da sua competência.

Definimos uma linha de orientação que nos levou a que, logo durante o primeiro ano de mandato não tivéssemos parado. E o balanço que fazemos é altamente positivo. Só em matéria de calcetamento e pavimentação de ruas construímos à volta de 80 mil metros quadrados. Mexeu-se em tudo. Nós costumamos afirmar que a Lomba está radicalmente transformada. E está. Quem conhecia a Lomba antes e quem conheça a Lomba hoje, nota que há uma transformação radical, em todos os seus aspectos.



Caminhos, lavadouros, até marcos do correio, têm sido obras da Junta CDU da Lomba. Em um especial apoio ao desporto. Na foto, um campo de jogos

Hoje já se lá vai colher o lixo, como em qualquer outra freguesia de Gondomar. Hoje, as pessoas já têm a sua caixa individual de correio, pois foram construídos oito blocos de apartados rurais, em diferentes zonas da freguesia. Hoje já há mais lugares servidos de transportes públicos. As obras da Câmara não ficam no esquecimento, passaram a ser tratadas como as obras de qualquer outra freguesia, em pé de igualdade. A título de exemplo, as obras da Câmara inscritas no Plano de 1985, foram todas executadas, o que nunca aconteceu antes. E esta linha tem-se mantido, na realização de obras por administração directa, com a participação activa das populações, e na insistência junto à Câmara e outras entidades, como os Correios, a Delegação Escolar, etc., para que fossem resolvidos os problemas da sua competência.

luz eléctrica, prometemos que íamos dar-lhe solução, e demos. Estão a ser construídas centrais elevatórias, condutas e depósitos para tratamento de água e pensamos que, durante este ano, ficará resolvido o problema da distribuição de água ao domicílio. Isto quando, desde a Câmara PSD, tudo estava entravado. Com a acção da CDU foi possível realizar obra que ultrapassou já investimentos na ordem dos 40 mil contos. Refira-se ainda que foi já no nosso mandato que se deixou de reunir na casa do Presidente da Junta, como até vinha acontecendo, porque foi concluída a construção do edifício da Junta, num valor de oito mil contos.

AV. — Como é possível que uma Junta com um orçamento que não ultrapassou os quatro mil contos, tenha conseguido avançar com um plano tão vasto de obras, num tão curto prazo de tempo?

JV. — Na Lomba temos conseguido fazê-lo e isso só tem sido possível com a intervenção da população.

Os nossos Planos e Orçamentos têm ultrapassado, no dobro, o que por lei nos é transferido da Câmara. É outra linha de actuação da Junta — fazer as obras e solicitar subsídios a várias entidades. A própria população tem ofe-

AV. — A realização do 1.º Encontro das Colectividades da Lomba, cujas conclusões foram largamente noticiadas nos jornais, tornou público, igualmente, o grande apreço das organizações populares pelo trabalho da Junta. Queres referir-te, agora, a alguns aspectos da actividade desenvolvida com as colectividades, no âmbito da cultura e desporto?

JV. — É a trabalhar em perfeita interligação com as forças vivas de uma freguesia ou de um concelho que se resolvem os problemas das populações. Por sabermos isto, e porque eu próprio sou dirigente, há mais de 10 anos, da mais antiga colectividade da Lomba, a Junta apoiou o seu trabalho nas organizações populares. Apoiar, no sentido de contribuir para a dinamização das suas actividades, para que ocupem o espaço que lhes cabe na freguesia, para abrir novos espaços de acção, envolvendo a juventude, os reformados, todos os moradores.

Desde que a CDU tomou nas suas mãos os destinos da Lomba, criaram-se mais quatro organizações populares, além das três que já existiam. Num lugar com tradições, e em que não havia nenhuma colectividade, apareceu a Associação Recreativa de Areja.

foi a criação de infra-estruturas, foi ter iniciado a construção com total aproveitamento. Neste momento, as colectividades da Lomba não estão de costas voltadas umas para as outras, avançam com iniciativas em conjunto, trabalham em perfeita colaboração, sem atropelos.

E a Junta pode justamente orgulhar-se de também aí ter dado contributo importante.

AV. — Foi recentemente aprovado o Plano de Actividades e Orçamentos para 1988. quais são as questões prioritárias que o Plano aponta para serem resolvidas durante este ano?

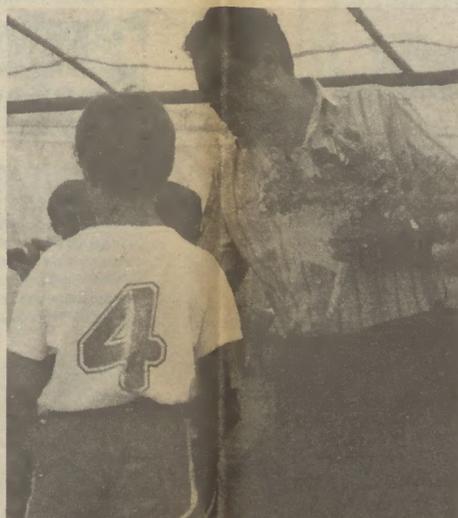
JV. — O nosso Plano de Actividades e Orçamentos vem no seguimento dos que apresentámos em anos anteriores, se bem que algumas das questões estejam facilitadas porque resolvidas. Continuamos a apostar fortemente, na resolução da nossa rede viária que ainda está em alguns pontos muito degradada. Outra linha de acção foi fazer com que a Câmara fizesse constar do seu Plano, as obras por nós consideradas prioritárias e isso aconteceu. Agora o nosso papel é fazer com que a Câmara as execute. São obras que têm a ver não só com a rede viária mas também com outros aspectos. Por exemplo, a Escola Primária de Areja, na área do ensino, cuja construção vai a concurso dentro de dias, tanto quanto sabemos. E ainda uma outra questão que é o problema do turismo. Nós continuamos a defender e a exigir que a Câmara avance, com outras entidades ligadas ao turismo, para a construção de um parque de campismo na Lomba.

Vamos também tentar resolver, definitivamente e de uma forma eficiente, o problema da limpeza da freguesia. São estas, portanto, as linhas gerais do nosso Plano. De novo apontamos em termos de Orçamento para verbas muito superiores, mas não de vir subsídios, naturalmente, que não de permitir que ele se concretize.

Sendo um ano mais fácil do que os anteriores, 1988 não vai deixar de ser um ano que vai exigir muito de nós. E vontade de trabalhar não nos falta.

AV. — Por fim, a última questão relaciona-se com o concelho de Gondomar, a dissolução da câmara pelo governo PSD/Cavaco Silva, embora aguardando parecer do Presidente da República, aponta com alta probabilidade para a realização de eleições. Entretanto, no Encontro da CDU, realizado no passado sábado, foi anunciado que aceite o convite que te foi formulado para seres o candidato da CDU a Presidente da Câmara Municipal de Gondomar. Qual a apreciação que fazes de toda esta situação?

JV. — É pública a posição da Comissão Concelhia do Partido e a da CDU sobre a



O apoio aos jovens é reconhecido por todos. Especialmente pelos jovens

dissolução da Câmara de Gondomar. Eu próprio, na altura em que foi anunciada, a considereei como uma manobra movida por interesses partidários, mesquinhos e uma intromissão centralista que fere a autonomia do Poder Local.

A interrupção da actividade da Câmara por vários meses para a realização de eleições, apesar do funcionamento de uma comissão administrativa, implica praticamente a paralisia da vida autárquica das freguesias e do concelho, com nefastas consequências para a resolução dos problemas da população.

A haver penalização pelas irregularidades contidas, ela devia recair sobre o responsável da não aprovação atempada dos Planos e Orçamentos, ou seja apenas sobre o Presidente da Câmara. Os eleitos da CDU, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal tomaram muitas vezes posição clara sobre o assunto e, portanto, não é correcto que se pretenda penalizar quem não teve responsabilidades nesses atrasos e que até os denunciou com grande frontalidade e na altura própria.

Mas já que o Governo quer precipitar eleições, espero que o povo de Gondomar aproveite a oportunidade que tem pela frente para penalizar aqueles que no passado e no presente têm impedido e bloqueado o desenvolvimento do concelho.

Todas as intervenções realizadas no Encontro da CDU em Gondomar foram unânimes em considerar que é preciso acabar com o subdesenvolvimento, é preciso criar condições favoráveis para as pessoas, é preciso transformar Gondomar. Essa transformação só é possível com a CDU. A alternativa CDU para Gondomar é outra forma de encarar e resolver as coisas. Uma outra realidade bem diferente.

Com isto, não estou a pensar apenas no trabalho realizado pelas Juntas de Freguesia de S. Pedro da Cova e da Lomba onde existe maioria CDU, porque seria injusta da minha parte. Estou a pensar nos locais onde a CDU não sendo maioritária se afirma com trabalho, honestidade e competência, nas outras autarquias do concelho, nas colectividades, nos Serviços Municipalizados, na Assembleia Municipal e na própria Câmara. Veja-se, por exemplo, quanta dedicação, quanta

animação e quanto trabalho foram dispensados pelos vereadores da CDU nos pelouros da Limpeza e do Turismo da Câmara Municipal de Gondomar.

Trata-se, portanto, de transmitir a todos, pessoa a pessoa, colectividade a colectividade, nos cafés, nas aldeias, no cinema, no escritório, na fábrica, no campo, no clube, no mercado, em toda a parte, que a alternativa se chama CDU, a força capaz de fazer avançar o progresso, com vontade e capacidade para desenvolver Gondomar.

Criticando «a manobra do Governo ao provocar a queda da autarquia, só porque nela o PSD está em minoria», a CDU afirma, ao mesmo tempo que «não teme a realização de eleições e que está confiante em que o

Praça da Liberdade

A luta continua

O impressionante quadro actual da luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações concretas e contra o pacote laboral, da resistência popular à política do Governo, do descontentamento e da perda de apoios da direita em larguíssimos sectores da sociedade — inclusive em áreas que apoiaram activamente o PSD nas últimas eleições —, vem confirmar inteiramente, e muito mais cedo do que se poderia prever, a justiça da análise feita pelo PCP logo após o 19 de Julho.

A saber:

- 1 — O carácter conjuntural dos resultados eleitorais;
- 2 — a falta de correspondência desses resultados com a correlação real das forças políticas e sociais;
- 3 — o facto da votação do PSD não poder de maneira alguma ser interpretada como apoio aos objectivos e planos da direita de subversão do regime democrático;

4 — a possibilidade real, através da luta de massas, da acção nas instituições democráticas, e do reforço do PCP, de resistir com sucesso à concretização dos objectivos da direita, e de criar condições para uma futura alteração do quadro eleitoral num sentido favorável ao campo da democracia que possa dar o suporte de um governo democrático.

Os trabalhadores e o povo português, o nosso Partido, temos pela frente uma luta complexa e difícil. Mas seria um gravíssimo erro na avaliação da situação, julgar a direita mais forte do que ela na realidade é, e subestimar as forças e energias do movimento operário e popular e a possibilidade do campo da democracia defender com sucesso o regime democrático consagrado na Constituição.

A luta continua.

Como aprendemos tantas vezes, a maior ou menor prazo, vai ser à luta quem acabará por decidir o rumo dos acontecimentos.

É com razões para redobrada confiança que estamos a chegar ao fim do Inverno e se começam a observar as primeiras cores da nova Primavera.

■ E.C.

Encontros CDU**Gondomar**

O Encontro da CDU de Gondomar, que decorreu no passado sábado, durante a tarde, na Escola Preparatória de Rio Tinto, contou com a participação muito viva de mais de duzentos activistas que, em mais de uma dezena de intervenções, deram balanço da actividade da CDU e debateram em profundidade os principais problemas do concelho.

A discussão e aprovação por unanimidade de uma proclamação ao povo do concelho de Gondomar constituiu um importante passo no caminho do esclarecimento da população acerca dos acontecimentos mais recentes na Câmara de Gondomar.

«O Governo, numa actualização antidemocrática, ao serviço dos interesses partidários do PSD e de grandes interesses capitalistas no concelho de Gondomar e na região do Porto decidiu, contra a opinião da maioria esmagadora da Assembleia Distrital, dissolver a Câmara Municipal de Gondomar e convocar eleições», começa por referir a Proclamação, que reafirma mais adiante a posição já tomada pública pela CDU de que «a concretizar-se tal acto, recorrerá para os tribunais, pois o Governo não provou existirem irregularidades graves nem a existência de dolo».

«A população de Gondomar tem pela frente a possibilidade de eleger uma Câmara diferente e melhor do que a Câmara actual, com uma nova dinâmica, com uma renovada capacidade de acção e de diálogo com as Juntas de Freguesia, com o movimento popular, com os trabalhadores da autarquia e com as populações e com uma gestão clara e aberta», tal é a proposta da CDU ao povo de Gondomar, tendo em conta a alta probabilidade de a curto prazo se realizarem eleições.

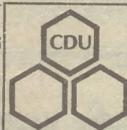
O exemplo dado pelas Juntas de Freguesia de S. Pedro da Cova e a da Lomba, duas juntas CDU em

biidade de a curto prazo se realizarem eleições.

Resolver os problemas

Os principais problemas que enfrentam as doze freguesias do concelho de Gondomar, «cujas resoluções é essencial para o bem-estar das populações e que podiam estar já há muito resolvidos», questões como a habitação, o ensino, a saúde (necessidade da construção de um hospital concelhio), problemas de desenvolvimento (grandes vias de comunicação, desenvolvimento industrial, fomento do turismo, entre outros), e a defesa do património e meio ambiente, são consideradas na Proclamação como necessitando de resposta por parte da Câmara «quer pela sua acção própria, quer por uma acção energética junto do poder central».

O exemplo dado pelas Juntas de Freguesia de S. Pedro da Cova e a da Lomba, duas juntas CDU em



Gondomar, coíhe «a opinião unânime de que resolveram em pouco tempo problemas gravíssimos» e isto porque os eleitos pertencentes à CDU «se dedicam com honestidade e competência a resolver os problemas do povo, porque são homens e mulheres que enfrentam as dificuldades com a decisão de as vencer, porque têm capacidade de diálogo com os vários órgãos de poder e organismos oficiais, porque trabalham sempre com as populações».

Joaquim Viana — candidato da CDU

«A CDU convidou Joaquim Viana, deputado municipal, presidente da Junta de Freguesia da Lomba e presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, um homem profundamente ligado à vida e ao trabalho pelo desenvolvimento de Gondomar, com reconhecida experiência e provas dadas nas autarquias, com a energia e a capacidade necessária para

enfrentar os problemas e os resolver, para candidato pela CDU à presidência da Câmara Municipal de Gondomar».

Ao informar a população de que o convite foi aceite, a CDU anuncia que «com a indicação deste prestigiado cabeça de lista e os restantes candidatos que oportunamente serão divulgados, pretende dar uma importante contribuição para uma nova vida em Gondomar, para a resolução com trabalho enérgico, com honestidade e competência, dos problemas do concelho e das suas freguesias».

A CDU — Unidade e Trabalho

«A CDU é um espaço aberto à participação de todos os democratas dispostos a unir vontades e empenhos em trabalhar para resolver os problemas das populações», refere, ainda, a Proclamação aprovada que lembra «o desprezo pela resolução dos problemas e a amarga experiência da Câmara presidida pelo PSD e a atitude de boicote sistemático ao funcionamento dos órgãos autárquicos em que estão em minoria e que «a gestão do PS tem dado inúmeras provas de incompetência e compadrio».

Assim «a CDU apresenta-se ao povo de Gondomar com provas dadas nas autarquias, provas de honestidade, trabalho e competência, com a disposição de ser a alternativa real para a Câmara, para resolver verdadeiramente os problemas, para desenvolver Gondomar».

Finalmente «a CDU apela a todos os que comungam das preocupações com os problemas do concelho e que estão dispostos a unir vontades e esforços, para que se integrem na CDU, para que participem na sua actividade, para que contribuam com a sua opinião e a sua experiência para construir uma nova vida para Gondomar».

Gaia

Realizou-se no dia 21 de Fevereiro, durante a tarde, um Encontro Concelhia da CDU em Vila Nova de Gaia, que teve por finalidade debater os principais problemas do concelho e discutir as linhas de actuação futura da CDU.

Na sequência do Encontro foi dada uma conferência de imprensa na qual os vereadores da CDU, lida Figueiredo e Maurício Ferraz, Manuel Russo, da Assembleia Municipal de Gaia e Alberto Andrade, da Comissão Coordenadora da CDU, divulgaram à imprensa as principais conclusões do debate realizado.

O balanço do trabalho da CDU nas freguesias, com especial destaque para a de Avintes e para aquelas em que a CDU tem elementos nas Juntas, bem como o papel por vezes determinante dos eleitos nas Assembleias de Freguesia e o seu contributo para a resolução dos

desenvolvimento do concelho foi alvo das maiores críticas. Não só porque para o presente ano as transferências de verbas para o município a partir do OGE teve um aumento de apenas 2,29%, como também pelo facto de o PIDAAC não consagrar nenhuma verba para as instalações (cujas obras foram iniciadas há vários anos) e equipamento do Hospital de Valongo, as condições de degradação em que se encontram vários centros de

saúde no concelho, bem ainda a falta de resposta por parte da administração central a fortes carências no campo da habitação social, estruturas de apoio à infância e transportes dentro do concelho. A informação de que o Governo prepara o encerramento do Matadouro de Valongo, com consequências extremamente negativas para o abastecimento e economia do concelho, foi também alvo da maior atenção.

Finalmente, a conclusão de que o reforço, consolidação e alargamento da CDU é condição determinante para a defesa dos interesses do concelho, de que a realização e participação neste Encontro é expressão de grande confiança.

problemas mais sentidos da população de Gaia.

Igualmente a política da Câmara e a intervenção das diversas forças mereceu especial atenção no Encontro que analisou problemas como o saneamento e abastecimento de água, «que ainda hoje continuam por resolver por manifesta falta de empenhamento e má política do PS e PSD, partidos que têm estado à frente da Câmara», segundo refere a nota à imprensa.

Foi realçado o bom trabalho dos pelouros que a CDU ocupa na Câmara — Ambiente e Jardins / Desporto e Tempos Livres —, a sua dinâmica e alcance junto das populações, bem como o importante papel dos vereadores na denuncia dos aspectos negativos da administração PSD no concelho e na feitura de propostas e apontar de medidas em todas as restantes áreas da responsabilidade da Câmara.

A necessidade de melhorar a informação e, na linha do reforço e dinamização da CDU, avançar com a criação, desde já, de comissões de apoio e a realização de encontros, visitas de eleitos e debates — sobre a Área Urbana e Zona Histórica, Saneamento e Transportes — foram outros pontos importantes da discussão no Encontro.

O Encontro da CDU em Gaia decidiu que a coligação concorrerá a todos os órgãos autárquicos do concelho nas próximas eleições e por último «apelou para a necessidade de, a partir de agora, todos os que estão com a CDU dedicarem o máximo de atenção e esforço à grande batalha das próximas eleições autárquicas e tudo ser feito para que os eleitos e também os não eleitos da Coligação continuem, como até aqui, a trabalhar para resolver os problemas do concelho».

PCP

Administração pública

em debate por iniciativa do PCP

A situação na administração pública foi tema de debate no encontro realizado no último sábado na Casa do Alentejo pelo Sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

Participaram na iniciativa mais de 100 quadros do sector, para além de outros democratas convidados. Em torno do documento-base elaborado para o encontro, foram produzidas duas dezenas de intervenções, regis-

tando-se bons apontamentos de análise e informação sobre os múltiplos problemas que se colocam à Função Pública. Brevemente será editada uma brochura com as conclusões, intervenções e documentação variada,

numa iniciativa do secretariado do encontro.

Já no período de encerramento, usou da palavra o camarada **Blanqu Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Contribuir para o entendimento entre os democratas

• Emprego precário na FP já atinge 81 mil trabalhadores

O Governo PSD/Cavaco Silva piorou as condições dos trabalhadores da Função Pública.

- Foi responsável pela manutenção de uma estrutura de carreiras e de quadros que impede uma normal promoção e é desincentivadora do trabalho criador, pelo aumento das injustiças salariais e pela incapacidade de estabelecer um verdadeiro plano de formação profissional.

- Foi responsável pelo crescimento galopante do emprego precário (tarefeiros, contratados e assalariados) com números que já hoje atingem 81 000 trabalhadores.

- Foi responsável por medidas e práticas que visavam limitar o direito ao exercício de liberdades constitucionais consagradas nos locais de trabalho e ao legítimo direito de participação das organizações sindicais na negociação colectiva das condições de trabalho.

- Amesquinhou os trabalhadores perante os utentes dos serviços, responsabilizando-os pela sua degrada-

ção e mau funcionamento, quando só ao Governo cabiam tais responsabilidades pelas medidas que adoptou e que levaram a essa situação.

- Agravou as condições de vida dos trabalhadores aposentados, nada tem feito, designadamente, para a recuperação das pensões degradadas.

Na sociedade portuguesa em geral são dramaticamente visíveis as marcas de classe desta política, apontada ao privilégio e à satisfação exclusiva dos grandes interesses privados, em detrimento dos interesses do povo português.

Tal quadro vem suscitando o descontentamento e protesto crescentes de vastos sectores, com particular destaque para a vigorosa oposição em inúmeras lutas operárias, envolvendo já muitas dezenas de milhares de trabalhadores em greves, concentrações e paralisações de trabalho, em alguns casos com grande repercussão na opinião pública. São lutas inteiramente justas, exclusiva-

mente determinadas pela tentativa governamental de impor ilegítimos «tectos salariais» e de violar direitos fundamentais dos trabalhadores.

Com a sua expressão própria, também a luta sindical dos sindicatos do Sector vem reflectindo um crescente ambiente de oposição e protesto, que a maioria eleitoral de carácter conjuntural alcançada pelo PSD nas últimas eleições legislativas se está a revelar incapaz de abafar e calar.

A unidade e a luta dos democratas da Função Pública é um imperativo da hora presente. Realizando este Encontro, colocando à discussão pelos seus militantes e outros democratas alguns aspectos centrais da actual política contra-revolucionária e seus efeitos na Administração Pública, o PCP propõe-se contribuir para esse necessário debate de ideias entre todos aqueles que se reclamam democratas consequentes, dispostos a unir esforços em defesa do património transformador e progressista da Revolução de Abril e

do regime democrático-constitucional que o nosso Povo conquistou.

A luta sindical em defesa dos legítimos direitos dos TFP's, a realização de diversificadas iniciativas — como este Encontro pode ser exemplo, tal como o foi o Encontro sobre a situação nas Alfândegas — que contribuam para caracterizar e denunciar o carácter retrógrado e violador dos interesses nacionais que caracteriza a política do Governo PSD, são importantes e indispensáveis passos para a mudança política que amadurece.

É um inalienável dever para todos os democratas lutar pela defesa do projecto de futuro inscrito na Constituição da República. Unir vontades, combater demissionismos e mobilizar energias é o caminho certo para acelerar a viragem democrática que os trabalhadores em luta nos apontam e pela qual vale a pena continuar a lutar.

(Do documento-base do encontro promovido pelo Sector da FP da ORL do PCP)

Trabalhadores a mais?

Apesar da incapacidade dos sucessivos governos para definir e implementar uma correcta política de recursos humanos para a Administração Pública e dos consequentes desequilíbrios na distribuição e aproveitamento das capacidades dos TFPs, através duma administração de pessoal que aplica a legislação vigente sem perspectivar reformas globais, a campanha de que «há trabalhadores a mais» promovida pelo governo carece de fundamento.

Ainda que não sejam per-

feitamente comparáveis os números (âmbito) das Administrações Públicas, os dados disponíveis evidenciam um claro distanciamento da Administração Pública Central em relação as suas congéneres da CEE.

Contrariando as afirmações «convictas» do Governo, as estatísticas oficiais relativas à situação dos efectivos em 31 de Dezembro de 1986, apontam para um número de TFPs por cada 1000 habitantes bastante inferior à média dos países da CEE.

Se tivermos presente que só nos Ministérios da Saúde e da Educação se concentram cerca de 72% do total de efectivos e que ainda por cima estes sectores apresentam carências manifestas de pessoal, lógico será concluir que não há TFPs a mais.

A realidade é outra e caracteriza-se, isso sim, por assimetrias de natureza geográfica, departamental e profissional a que acrescem um nível habilitacional reduzido de dezenas de milhares de trabalhadores.

Tais assimetrias denunciam, ainda, a prossecução duma política centralizadora ao nível da decisão, das atribuições e dos recursos, a existência de um poder local de pouca idade, a ausência de um poder regional e são o reflexo dos desequilíbrios regionais e do desenvolvimento do País.

A política do emprego de reduzir os TFPs é uma medida necessária para prosseguir o objectivo do «menos Estado», ou seja, para extinguir serviços de saúde, de educação, de segurança social, de habitação e da área económica.

Em contrapartida e paralelamente os mesmos governos desenvolvem e criam serviços dotados de grandes recursos humanos e financeiros, ou seja «mais Estado» designadamente na área das Contribuições e Impostos, aumenta o número dos quadros militares e paramilitares e cria os «serviços de informação». É a lógica do agravamento dos impostos e do reforço do aparelho repressivo.

(Do documento-base do encontro promovido pelo Sector da Função Pública da ORL do PCP)

Em preparação

5.ª Assembleia dos comunistas de Almada

Nos próximos dias 12 e 13 de Março vai realizar-se a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Inserida em toda a actividade corrente, na luta e no trabalho dos comunistas do concelho, a preparação da Assembleia, sobre a palavra de ordem «organizar para intervir, intervir mais e melhor, organizando a luta que a nova situação exige», conta com a participação e empenho dos militantes e organizações no vasto plano de trabalho iniciado no fim de Novembro de 1987.

Um dos objectivos centrais desta 5.ª Assembleia é o reforço orgânico do Partido por forma a assegurar uma intervenção mais intensa e ajustada à vida política e social do concelho, sublinha a organização de Almada, através da sua SIP, em contacto com o «Avante!».

Campanha de fundos da DORL: 32 mil contos

Tendo como lema: «1988 — Ano do XII Congresso — Para um Partido mais forte. Liberdade, Democracia, Socialismo», decidiu a DORL realizar uma grande campanha de fundos ao longo do primeiro semestre deste ano. Foi estabelecido 32 000 contos como meta a atingir.

Esta campanha visa apetrechar a DORL dos meios financeiros necessários à intensa actividade política que está chamada a desempenhar, face à ofensiva restauracionista do Governo PSD/Cavaco Silva — sublinha a Direcção Regional de Lisboa, que acrescenta:

É com empenho que as diversas organizações da ORL discutem as respectivas metas e o modo de atingir com êxito aquele objectivo.

Para além das iniciativas próprias de cada organização, das quais iremos dando notícia, encontram-se já distribuídos diversos materiais, nomeadamente:

- Uma rifa, cujo primeiro prémio é um automóvel Renault SL, ou o seu valor em dinheiro, a sortear em 26 de Fevereiro.
- Um cartão-compromisso, com seis mensalidades.
- Um postal com uma gravura da autoria de Rogério Amaral para contribuições superiores a 500\$00.

Foi ainda distribuído um cartaz para afixar nos Centros de Trabalho.

Encontra-se igualmente em preparação o lançamento da segunda rifa «Taluda das férias».

Estão em fase de distribuição na ORL diversos materiais do Partido destinados às bancas de rua que podem servir de suporte à divulgação de acção pública de propaganda.

De Coimbra à RDA Ceuta ou Jugoslávia

Andorra, Norte de África, Jugoslávia e RDA são as propostas de viagem e convívio que a Comissão Distrital de Coimbra do PCP propõe a todos os interessados para os próximos meses. No Centro de Trabalho da Rua da Sofia (n.º 73, 1.º), são prestados todos os esclarecimentos, mas algumas das informações essenciais já aqui ficam.

Assim, a excursão de Andorra — todas as viagens anunciadas pela Distrital do PCP serão realizadas em modernos autocarros de turismo — decorrerá entre 30 de Março e 3 de Abril, com passagens por Salamanca, Saragoça, Barcelona e Madrid. Transporte, alojamento e pequenos almoços, 20 mil escudos.

A viagem ao Norte de África/Mediterrâneo ocorrerá entre 9 e 12 de Junho. Os tradicionais feriados de Junho poderão assim ser aproveitados com uma deslocação a Sevilha, Torremolinos, Córdova e porto de Ceuta. Preço e condições são iguais aos da viagem a Andorra.

Entre 30 de Julho e 12 de Agosto será a vez da Jugoslávia, com visitas a várias localidades deste país socialista. Mas se a Jugoslávia e o Adriático são aliantes, que dizer do belo percurso que esta viagem proporciona: um verdadeiro passeio pela Europa, com passagens em Veneza e Marselha, por exemplo. Pensão completa nos sete dias de presença na Jugoslávia (com visitas diárias) e transporte, 67 500 escudos.

Finalmente, a visita à República Democrática Alemã está marcada para 30 de Julho e regresso a 10 de Agosto. Leipzig, Dresden e Berlim constam do itinerário, que inclui passagem por Paris. A permanência na RDA (sete noites) terá o regime de pensão completa, estando previstas visitas diárias guiadas. Preço: 67 500 escudos.

Atenção às facilidades de pagamento. Os interessados ainda estão a tempo... Boa viagem!



Luta, unidade e entendimento entre os democratas — uma proposta que os comunistas avançam para este sector que continua a ser desprezado pelo Governo (o exemplo dos 6,5% é flagrante)

PCP

A Madeira e as taxas de juro

Os comunistas explicam...

Os comunistas madeirenses reafirmaram a sua crítica frontal à política de elevadas taxas de juro que foram e estão a ser impostas à Região Autónoma da Madeira desde 1981. Em conferência de Imprensa realizada há dias no Funchal, a Direcção da Organização do PCP naquele arquipélago (DORAM) esclareceu a sua posição sobre «a questão da taxa de juro da dívida da Região», que tem sido «repetidamente focada nos órgãos de Comunicação Social».

Vejamos, em síntese, a posição assumida pela DORAM perante a opinião pública:

Como é do conhecimento geral, o PCP sempre se opôs frontalmente às elevadas taxas de juro que os sucessivos Governos da República têm imposto, à vida

económica portuguesa nomeadamente às Autarquias e Regiões Autónomas.

A comprová-lo está a luta travada pelas autarquias em que os comunistas e seus aliados se acham em maioria, bem como as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, e as posições assumidas pelo deputado do PCP na Assembleia Regional.

Face às posições agora tornadas públicas pelo Governo Regional e pelo Secretariado da Federação do PS,

não pode a DORAM do PCP deixar de lembrar que foram os governos em que o PSD participou que impuseram as altíssimas taxas de juro que agora estão a ser pagas pela Região Autónoma da Madeira.

De facto, foram os governos da ex-AD (PSD/CDS), do PS/PSD e agora o do PSD que impuseram essas taxas; isto é, sempre que o PSD esteve no Governo da República e fez parte de maiorias na Assembleia da

República as taxas de juro foram altíssimas.

Por outro lado, foram os dirigentes madeirenses do PSD, através do Governo Regional que, sem sequer negociarem devidamente e, por vezes até desprezando mecanismos legais que lhes possibilitariam melhores condições de crédito aceitaram as taxas de juro, contra as quais agora fugazmente parecem insurgir-se.

Como se verifica, dos grandes partidos nacionais,

só o PCP nada tem a ver com as elevadas taxas de juro praticadas contra os interesses das Regiões Autónomas e das Autarquias, contra os interesses do desenvolvimento económico e social do Povo português e, nomeadamente, do povo da Madeira.

A DORAM reafirma a sua disponibilidade de contribuir de todas as formas institucionais para que seja reduzida a elevadíssima taxa de juro paga pela Região Autónoma da Madeira.



O Guadiana em Mértola, uma bela imagem do Baixo Alentejo

Encontro sobre o desenvolvimento do Baixo Alentejo

Está marcado para 14 de Maio próximo um Encontro sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja.

Embora promovido pela Comissão Distrital do Partido Comunista Português, nele serão convidados a participar os outros partidos e forças democráticas do distrito, assim como o movimento sindical, as autarquias, as organizações da Reforma Agrária, dos agricultores e outras entidades ligadas, designadamente, ao ensino, à saúde e às questões de carácter social e económico.

Porquê este encontro?

Porque a política de direita e a adesão à CEE mantêm e agravam no Baixo Alentejo a tendência de desertificação económica e social. Os principais sectores da economia e os projectos estão a ser destruídos, estagnaram ou estão congelados.

Porque tarda a definição de medidas concretas e a sua execução, de forma a re-lançar a economia de re-

giões em situação de retrocesso económico e social, como acontece com o Baixo Alentejo.

Porque é preciso unir todos os esforços e vontades e criar uma forte corrente de opinião pública e instrumentos de intervenção, que informem da gravidade das coisas no plano social e económico e sejam interlocutores com vista ao desbloqueamento da situação.

O encontro terá um plenário de abertura e outro de

encerramento, entre as 10 e as 13 horas.

Os debates serão organizados em três painéis que procurarão apontar as grandes linhas de uma «carta de intenções e reivindicativa» para o desenvolvimento económico e social do distrito de Beja. O painel 1 tratará as questões ligadas às «actividades económicas»; o painel 2, a temática «para uma política de justiça social»; e o painel 3 as questões ligadas a uma política de qualidade de vida».

A Comissão Distrital de Beja do PCP espera e deseja a participação empenhada não só das organizações do Partido no distrito, como de todos os democratas empenhados no desenvolvimento da região. Pretende, igualmente, contar com o concurso de todos os técnicos e especialistas que queiram contribuir com os seus conhecimentos e vontade para abrir caminhos possíveis que arranquem o Baixo Alentejo da grave situação social e económica em que se encontra.

A sede da comissão organizadora do encontro funciona na Rua Dr. Pereira Coelho, n.º 1, 7800 Beja, Tel: 2 62 00. A comissão organizadora coloca-se desde já à disposição para prestar todas as informações ou fornecer quaisquer elementos relativos a esta iniciativa, que se deseja venha a constituir um contributo real para o desenvolvimento do Baixo Alentejo.



Beja, a capital

Assembleias Municipais de Bragança

Eleitos do PCP confiam no reforço da CDU

Continuam a verificar-se inúmeros casos de má gestão e irregularidades em Câmaras Municipais do distrito, como se verificou recentemente em Bragança, onde a CM pagou a uma firma empreiteira valores acima dos que lhe eram devidos — observa uma nota divulgada há dias pela Comissão Distrital de Bragança do PCP com as conclusões da reunião, que decorreu em Alfândega da Fé, de eleitos comunistas em Assembleias Municipais daquele distrito transmontano.

Nessa reunião procedeu-se ao balanço do trabalho dos últimos dois anos, considerado positivo e no essencial de grande importância para a defesa dos interesses das populações e para a democratização da vida autárquica.

Os eleitos da CDU, apesar de largamente minoritários

nas Assembleias Municipais do distrito desenvolveram um apreciável trabalho, com a apresentação de propostas e sugestões, críticas e moções.

A luta travada em torno do Orçamento do Estado e das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro recebeu um generalizado apoio, tendo sido apresentadas e aprovadas moções em Assembleias Municipais, nomeadamente em Bragança, Mirandela, Freixo de Espada-à-Cinta e Alfândega da Fé.

Com as quebras reais nas transferências para os Municípios, o Governo PSD/Cavaco Silva criou novas dificuldades às autarquias, que irão receber aumentos nominais muito abaixo da inflação oficialmente prevista, situando-se os aumentos entre 0,34% (Bragança) e 3,71% (Alfândega da Fé).

Os eleitos da CDU, têm-se

assumido de facto como a verdadeira e em muitos casos única oposição aos executivos e maiorias do PSD e do CDS, já que o PS por vezes é conivente com a gestão de direita ou tem uma actuação passiva e sem intervenção (exemplos: Assembleias Municipais de Mirandela, Alfândega da Fé e Freixo de Espada-à-Cinta e Câmaras de Mirandela e Bragança).

Os eleitos do PCP concluíram ainda pela necessidade de dinamizar o trabalho da CDU, melhorar a informação e o contacto com as populações e procurar aumentar a troca de experiências, trabalhando desde já para que nas próximas eleições autárquicas se reforcem as posições da CDU nas oito Assembleias em que está presente e sejam eleitos membros da CDU nas restantes quatro.

Comício do Campo Pequeno (5 de Março)

DORL, DORS e JCP à conversa com o «Avante!»

Camaradas das Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal e também da JCP estiveram na redacção do «Avante!» para uma (animada) conversa sobre a preparação do grandioso comício de 5 de Março no Campo Pequeno, um dos muitos actos públicos que assinalará o 67.º aniversário do PCP. Recordou-se desde já que no dia seguinte (6 de Março) decorrerá no Porto, no Palácio de Cristal, outro comício também com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

Os elementos de animação do comício, a decoração do Campo Pequeno (pequeno só no nome, porque a casa tem capacidade para uns bons milhares de pessoas!), as acções de divulgação do comício nos distritos de Lisboa e Setúbal, o significado político desta realização «seis meses depois do



António Abreu e Jorge Cordeiro (DORL), João Bernardini, Fernando Rocha e Vítor Proença (DORS) e António Ramos (JCP) na redacção do «Avante!»

19 de Julho», os convites dirigidos a muitos democratas — personalidades e organizações progressistas, as iniciativas próprias e criativas da juventude em perspectiva para esta jornada, a organização dos transportes (além das excursões, haverá um comboio especial da linha da Azambuja/Vila Franca de Xira) e outros aspectos de interesse foram detalhadamente abordados pelos camaradas que nos visitaram.

Desta conversa daremos conta no próximo número do «Avante!», já nas vésperas de um comício que vai animar a tarde lisboeta (e não só) a 5 de Março.

Dentro das nossas possibilidades, daremos na Agenda uma informação tanto quanto possível completa das numerosas realizações que em todo o País se preparam para assinalar com entusiasmo mais um aniversário do PCP.

Assembleia da República

Agendado para hoje Combate à exploração do trabalho infantil

A formação de uma Comissão Nacional para a Abolição do Trabalho Infantil a quem competirá designadamente desenvolver amplas campanhas de esclarecimento quanto às graves consequências do trabalho precoce, a criação de incentivos ao cumprimento da escolaridade obrigatória e a reparação dos danos às crianças que já foram vítimas da exploração do seu trabalho, constituem algumas das medidas previstas no projecto de lei visando o combate à exploração do trabalho infantil cuja discussão está agendada para o plenário de hoje, sexta-feira, da Assembleia da República.

A iniciativa é do Grupo Parlamentar do PCP que assim retoma um projecto também da sua iniciativa apresentado na legislatura anterior, elaborado na altura com a preocupação de debelar o flagelo que sobressaia particularmente dramático no conjunto de fenómenos anómalos existentes no âmbito das relações laborais. De então para cá a exploração do trabalho infantil tem continuado a ser uma dura realidade do quotidiano — pese embora as constantes denúncias das mais diversas organizações de carácter social e sindical — para a qual a resposta do Governo se limitou a uma proposta de au-

torização legislativa onde se anuncia apenas o agravamento das multas àqueles que se servem da exploração da mão-de-obra das crianças.

Este estado de coisas torna assim mais imperioso, na opinião do PCP, a apresentação do presente projecto, necessidade acrescida com a precarização das relações laborais que o Governo procura fomentar, a instabilidade no emprego, as dificuldades crescentes no acesso ao ensino e a contenção dos salários.

Considerando que o trabalho infantil é um dos «mais graves sintomas da crise», o PCP recorda no preâmbulo

do seu projecto que ele está «directamente ligado à situação de pobreza que alastra», pobreza esta que por sua vez não é alheia ao desmantelamento do aparelho produtivo.

Por outro lado, acentua a nota de introdução ao diploma, esta realidade é também causa do agravamento da situação de pobreza, já que o trabalho infantil é efectivamente utilizado para «baratear a mão-de-obra», ou seja, para manter os salários dos adultos num baixo nível.

Mas mais grave que tudo isto são sem dúvida as graves consequências que advêm para as crianças da exploração a que são sujeitas, tanto de um ponto de vista físico como psíquico, quer ainda quanto ao seu futuro e formação.

«O trabalho infantil desencoraja a criança, prejudica, quando não inutiliza, a sua aquisição de conhecimentos», salienta o projecto que acentua ainda que a criança objecto desta exploração «fica privada do ensino escolar, fica condenada na maior parte das vezes, a trabalhos

não qualificados, muitas vezes os mais pesados e insalubres».

Para o PCP importa simultaneamente tomar medidas que impeçam que nos «afastemos cada vez mais dos princípios» constitucionalmente estabelecidos — «as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado», diz o artigo 69.º — medidas essas que no seu entender devem passar por «uma ampla campanha de informação sobre os perigos futuros a que estão sujeitas as crianças que já vendem a sua força de trabalho».

A atribuição de subsídios escolares às famílias em situação de pobreza constitui por último outra importante medida advogada pelo PCP por forma a possibilitar aos filhos o acesso à escola, crianças «minguadas de esperança e de futuro» por uma grave crise social que leva muitas vezes os pais «quantas vezes com a morte na alma» a socorrerem-se do rendimento de mais uns braços para completarem o magro rendimento familiar.

Custas judiciais Ataque à advocacia e denegação da Justiça

Alvo anteriormente de críticas provenientes de todos os quadrantes, o decreto-lei que aumenta as custas judiciais e que foi chamado terça-feira para ratificação no plenário da Assembleia da República voltou unanimemente a ser condenado pelos partidos da oposição.

Considerado um violento ataque ao exercício da advocacia e uma verdadeira denegação da Justiça para os cidadãos, o presente decreto-lei culmina um conjunto de diplomas genericamente conhecidos por «pacote da Justiça» (novo Código do Processo Penal, Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais e estatuto dos funcionários judiciais), cuja aprovação desencadeou desde logo o mais generalizado protesto, designadamente por parte dos profissionais do foro.

Enchendo por completo as galerias destinadas ao público, envergando toga, os advogados acompanharam o debate juntando assim a sua voz aos que reclamam a revogação de um diploma que ao elevar para valores inaceitáveis as custas judiciais (impedindo na prática o acesso aos tribunais) acaba ao fim e ao cabo por colidir com direitos, liberdades e garantias dos cidadãos constitucionalmente consagradas.

Para isto mesmo chamaria a atenção a deputada comunista Odete Santos ao referir que o efeito conjugado do «pacote da Justiça», aprovado pela maioria, significa a «pulverização do direito de acesso aos tribunais, a inversão do disposto no artigo 20.º da Constituição». «Nesse sentido — sublinhou — é o mais desvalorizado abrir de portas à resolução selvagem dos litígios, ao predomínio da força bruta nas relações civis, económicas e sociais.»

Com inteira razão o afirmou se pensarmos, com efeito, que os aumentos exorbitantes previstos no decreto podem atingir percentagens que multiplicam por três, quatro, cinco, seis vezes e mais o valor actual, seja numa acção de divórcio, numa impugnação de despedimento ilegal, numa intervenção como assistente das vítimas de difamação, injúria, ofensas corporais e outros crimes ou num processo para o Supremo Tribunal de Justiça.

A este importante assunto voltaremos na próxima semana dando a conhecer, designadamente, alguns exemplos concretos deste brutal encarecimento da Justiça.

Ao revogar decreto do Governo Projecto do PCP visa garantir protecção na doença

O plenário da Assembleia da República apreciou ontem um projecto de lei de revogação do decreto regulamentar sobre a atribuição do subsídio de doença. Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, pretende-se com este diploma pôr termo a um decreto governamental que veio introduzir profundas alterações nos requisitos e no cálculo do subsídio de doença, agravando consideravelmente a sua atribuição.

Desde a sua entrada em vigor, particularmente afectados têm sido os trabajado-

res em situação de trabalho precário, os rurais e domésticas, para lá de quantos se viram confrontados com doenças ou acidentes de longa duração e ainda as mulheres trabalhadoras com licença de maternidade.

Na origem desta situação que tem privado milhares de trabalhadores do subsídio de doença está o facto do decreto regulamentar exigir no seu articulado que no terceiro e quarto mês anteriores à baixa o utente tenha quinze dias de descontos por traba-

lho efectivamente prestado. No regime anterior, recorda-se, eram suficientes seis meses de inscrição na Segurança Social e entrada de contribuições de oito dias no decurso dos três meses anteriores à verificação da doença.

Fortemente contestada é ainda a forma utilizada quanto à determinação do salário médio para efeitos de atribuição do montante do subsídio, valor que anteriormente era calculado na base do terceiro e quarto meses anterio-

res ao da baixa e que agora passou a incidir sobre os seis meses mais antigos em oito, o que significa em muitos casos a redução do valor do subsídio de doença.

Entendendo que o decreto põe em causa um dos direitos fundamentais dos trabalhadores — a protecção na doença — o Grupo Parlamentar do PCP defendeu a sua revogação, dando deste modo corpo a uma reclamação insistentemente feita nos últimos meses pelo movimento sindical unitário.

Em defesa da saúde PCP requer inquérito à política de sangue

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou no final da semana passada na Mesa da Assembleia da República e requereu a apreciação urgente do inquérito parlamentar com vista ao completo apuramento de ilegalidades, anomalias e outros factores de alarme da opinião pública nas colheitas e transfusões de sangue.

A iniciativa do PCP destina-se a apurar as responsabilidades do Governo na condução da política nacional de sangue, nomeadamente no que se refere ao acompanhamento e controlo dos serviços prestados pelas instituições oficiais e privadas de saúde.

Ainda recentemente, a este propósito, o ex-presidente do

Instituto Nacional do Sangue, Benvindo Justiça, chamara a atenção para as insuficiências de financiamento e de meios técnicos e humanos colocados ao serviço da instituição a que presidia, alerta que lhe valeu a exoneração por despacho da ministra Leonor Beleza.

Para o PCP, a recolha, controlo e utilização do sangue constituem uma «questão de saúde pública» de relevante interesse que diz respeito a todos os portugueses, não podendo deste modo a sua resolução passar por medidas retaliatórias e administrativas do Governo dirigidas contra quem afinal tem a obrigação de denunciar as ilegalidades que se cometem.

Política económica ao serviço do grande capital

Já evidente na execução do Orçamento do Estado de 1987, a **derrapagem não controlada** na política económica e financeira do Governo apresenta novos sintomas, particularmente visíveis no agravamento da **balança comercial**, na **política monetária**, na estagnação da **taxa de inflação**, no descalabro da **Bolsa** e na injusta **política de rendimentos**. Resultado da orientação política do Executivo de Cavaco Silva, esta ideia vai ganhando força e adeptos — pese embora as tentativas pouco consistentes de prova em contrário feitas pelo ministro Cadilhe — e chegando com crescente nitidez ao conhecimento público, facto que por sua vez não estará a ser alheio ao crescente nervosismo ultimamente evidenciado por alguns membros do Governo.

No debate suscitado pelo CDS na passada semana na Assembleia da República em torno das orientações governamentais na área da política económica e financeira vários destes aspectos da

realidade presente foram referidos por deputados das bancadas da oposição, os quais não pouparam críticas aos resultados da política económica do Governo, dando-se ainda de acordo num

aspecto central: em termos globais esta política não serve.

Octávio Teixeira, definindo a posição do PCP, diria mesmo que é pelo receio de que o povo português tome pleno conhecimento «desta política global de reconstrução da «aristocracia da alta finança» e do benefício dos grandes grupos económicos e da especulação que o Governo mostra progressivamente mais nervosismo e irritação».

Antes, porém, com números e factos, já o deputado comunista pusera o dedo na ferida, passando em revista vários aspectos da vida económica e financeira que comprovam a sua efectiva derrapagem não controlada.

E começou por lembrar a

execução orçamental do ano passado e o desvio negativo de 100 milhões de contos nas receitas cobradas, a transferência de 1988 para o Orçamento do Estado de 1987 de cerca de 13 milhões de contos do Imposto Sobre Produtos Petrolíferos e a obtenção, por antecipação, de 10 milhões de contos aos resultados do Banco de Portugal. «Assim é fácil dispensar revisões orçamentais. Convenhamos, porém que não são sérios os processos utilizados», diria Octávio Teixeira.

No que diz respeito à **Bolsa de Valores**, a vaga especulativa que grassou até ao início de Outubro do ano passado é elucidativa na opi-

nião do deputado comunista da política governamental para o sector, resultado da «desregulamentação, da ausência de fiscalização e de actuações contraditórias por parte do Governo e dos privilégios objectivamente concedidos a alguns grupos económicos».

Quanto às **contas externas**, Octávio Teixeira sustentou que o «agravamento de 90 por cento do défice da balança comercial é absolutamente insustentável a médio prazo», sendo revelador da «cada vez menor participação da produção nacional na satisfação da procura interna», enquanto que a **política monetária** que vem sendo seguida, designadamente a política de crédito,

sustentou, «tem vindo a agravar os excessos de liquidez do sistema monetário e tem conduzido à diminuição do crédito interno disponível para as pequenas e médias empresas, provocando-lhes sérias dificuldades que necessariamente se repercutem na esfera produtiva».

Alvo de análise foi ainda a **política de rendimentos**, política que na opinião de Octávio Teixeira tem agravado a injustiça social como facilmente se comprova pelo «elevado incremento da chamada "poupança" das empresas», cujo peso no PIB triplicou em dois anos enquanto que no mesmo período se assistiu à baixa contínua do peso dos salários.

Terra

Em luta contra «pacote agrícola»

Reforma Agrária marchará para Lisboa!

Alcácer do Sal viu no passado sábado desfilar pelas ruas uma multidão compacta e escura de mais de mil pessoas e soube logo que toda aquela gente era e não era dali: a maioria esmagadora não pertencia à bela vila do Sado porque tinham vindo, em delegação, de toda a zona da Reforma Agrária, para o seu II Encontro (Extraordinário) realizado no Cine-Teatro local, mas, em certo sentido, eram todos dali, porque Alcácer do Sal também tem a ver com a Reforma Agrária.

O que a vila anfitriã do Encontro não soube na altura (à excepção dos que puderam assistir aos trabalhos, por uma «nesga» do atafalhadíssimo Cine-Teatro) é que uma manifestação muito maior do que aquela — tão grande que levará toda a Reforma Agrária — marchará sobre Lisboa logo que o Governo apresente para discussão na Assembleia da República o seu anunciado «pacote agrícola» que pretende, pura e simplesmente, liquidar esta grande conquista de Abril e reconstruir, sem «nuances», o latifúndio nas terras do Sul.

Foi esta a resposta dada pelos trabalhadores da Reforma Agrária às pretensões do Governo de Cavaco Silva, neste Encontro convocado extraordinariamente para discutir e tomar posição sobre, precisamente, o pretendido «pacote agrícola» do actual executivo. Lema da iniciativa: «Não à nova lei do latifúndio/Com a Reforma Agrária, lutar pelo progresso do País».

Quando falámos em «nesgas» no Cine-Teatro onde decorreu o Encontro, não o fizemos com sentido figurado: as instalações foram manifestamente insuficientes

para albergar os 1100 delegados das UCP's e Cooperativas Agrícolas, os quase 100 convidados e as numerosas pessoas que procuraram assistir aos trabalhos. A aglo-

meração era tanta, que os serviços de apoio à iniciativa se viram forçados a controlar com rigor as entradas — a partir de certa altura só tinham acesso os portadores de cartão de delegado ou convidado. É verdade que uma boa instalação sonora debitava com clareza, para o exterior do edifício, as intervenções que se iam produzindo, mas... não é a mesma coisa, né?

Por este pormenor se pode avaliar o impacto deste Encontro e o empenho com que foi vivido, o que, não constituindo novidade (todos os Encontros da Reforma Agrária são fortemente participados), não deixa de merecer referência, sobretudo quando se sabe que o que no momento está em causa é a luta contra a pretensão do Governo em liquidar a Reforma Agrária de uma penada legislativa.

Foi exactamente para debater as anunciadas medidas legislativas do Governo de Cavaco Silva conhecidas por «pacote agrícola» que este II Encontro (Extraordinário) da Reforma Agrária foi convocado pela Federação Nacional



Após o Encontro, a enorme multidão saiu em cortejo pelas ruas de Alcácer do Sal, gritando bem alto a sua disposição de lutar em defesa da Reforma Agrária. A marcha terminou em frente aos Paços do Concelho, onde a presidente da edilidade, Graciete dos Santos Barão, recebeu as conclusões do Encontro e manifestou a solidariedade do município na defesa da Reforma Agrária

das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA), Secretariado e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul e Sindicatos dos Trabalhadores de Agricultura de toda a zona de Intervenção da Reforma Agrária, dando atenção particular à nova proposta de Lei sobre a Reforma Agrária contida no referido «pacote», e definindo, através do Encontro, as correspondentes medidas e iniciativas de luta. Encontro onde foram produzidas cerca de 30 intervenções, quer de representantes das UCP's e Cooperativas descrevendo, por dentro, a realidade da Reforma Agrária, quer de sindicatos agrícolas, da CGTP-IN e de dirigentes e deputados de partidos políticos (nomeadamente os deputados Rogério de Brito e João Amaral, do PCP, e Manuel Alegre, do PS), solidarizando-se com a luta em defesa desta conquista de Abril.

Amnistiar-se a si próprio

E quanto a iniciativas de luta, uma foi definida em concreto pelo Encontro: a realização de uma «Marcha da Reforma Agrária para Lisboa», até à Assembleia da República, percorrendo a pé diversos troços do percurso e coincidindo com a abertura do debate do «pacote agrícola» do Governo naquele órgão de soberania. Dos diversos «considerandos» que explicaram a proposta desta iniciativa (aprovada por unanimidade e aclamação) um merece particular destaque: a que denuncia o facto de o Governo pretender amnistiar-se a si próprio com esta nova lei do latifúndio, «abafando» com ela «a gravidade da ofensiva contra a Reforma Agrária que se prolonga há mais de 11 anos, na base das maiores ilegalidades, corrupção, desrespeito pelos tribunais, abusos de poder, repressões e escândalos».

A proposta da «Marcha da

Reforma Agrária para Lisboa» faz também um apelo concreto «à solidariedade activa de todos os trabalhadores, das fábricas e dos serviços, da Cintura Industrial de Lisboa e de Setúbal, de agricultores, juventude, movimento sindical e operário, CGTP-IN, Poder Local, organizações, movimentos, partidos e personalidades democráticas».

E reclama:

«À Assembleia da República, Tribunal Constitucional, Presidente da República, que não aceitem aprovar, legitimar ou promulgar uma lei que, sendo claramente inconstitucional, rompe com o regime democrático construído com Abril, constitui um perigo para a estabilidade democrática, gera desemprego, põe em causa o desenvolvimento da agricultura do Alentejo e Ribatejo».

Quando tudo isto se puser em movimento, será que Cavaco Silva ordenará que a «Marcha da Reforma Agrária» seja... requisitada civilmente? ■

HC

A verdade nua e crua

Numa «Proclamação», o Encontro denunciou alguns aspectos da criminosa ofensiva governamental contra a Reforma Agrária e desmontou a cínica demagogia que procura mistificar a realidade que se vive nos campos do Alentejo e Ribatejo. Para que conste, aqui transcrevemos alguns passos significativos desse documento.

- O processo de destruição da Reforma Agrária tem sido feito na base das maiores ilegalidades, corrupção, desrespeito pelos tribunais, abusos de poder.
- Só o Supremo Tribunal Administrativo proferiu mais de 460 decisões favoráveis, não tendo o Governo cumprido nenhuma sentença.
- A Procuradoria Geral da República decidiu abrir três processos-crime contra a Ministério da Agricultura por ilegalidades praticadas contra a Reforma Agrária, na sequência das participações elaboradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.
- A Alta Autoridade Contra a Corrupção tem nas mãos várias investigações em curso. O ministro chega ao ponto de assinar despachos em branco para mandar entregar terras aos agrários.
- O Estado deve às UCP's/Cooperativas mais de 35 milhões de contos, que se recusa a pagar e nem o acerto de contas quer fazer.
- Sucessivos governos destruíram 248 UCP's/cooperativas, retiraram 770 300 hectares, liquidaram mais de 55 000 postos de trabalho.
- Agricultores que foram aliciados para pedir terras da Reforma Agrária estão a ser expulsos dessas terras, para também serem entregues aos grandes agrários.
- Hoje, no Alentejo e Ribatejo, já há outra vez proprietários que, sozinhos ou com a família, têm tanta terra como o concelho de Lisboa.
- Hoje, no Alentejo e Ribatejo, há nas mãos dos agrários mais de 200 herdades abandonadas ou subaproveitadas, que quando estavam na posse da Reforma Agrária produziam pão, carne e leite.
- Hoje, no Alentejo e Ribatejo, há mais de 40 000 desempregados dos quais 60%

- não recebe qualquer subsídio de desemprego. A juventude foge dos campos: metade dos agricultores tem mais de 55 anos. O trabalho precário aumenta nas herdades privadas.
- Hoje mantêm-se 302 UCP's/Cooperativas com 360 000 hectares de terra e cerca de 17 000 trabalhadores.
- A Reforma Agrária realizada no Alentejo e Ribatejo criou emprego estável, promoveu a melhoria das condições de vida, aumentou e desenvolveu a produção, introduziu novas culturas, criou obras sociais — creches, centros de dia para a terceira idade, cooperativas de consumo, talhos, etc. — trouxe uma nova esperança à vida!
- Na Reforma Agrária têm lugar todos os que trabalham e aproveitam a terra — assalariados rurais, agricultores, UCP's e Cooperativas Agrícolas, explorações privadas.
- O Governo e a CAP dizem que em virtude de Portugal ser membro da CEE não podem existir UCP's/Cooperativas no País! É falso! Não há nenhuma disposição na CEE que impeça a existência da Reforma Agrária!
- O Governo proíbe as UCP's/Cooperativas de candidatarem projectos de investimento aos fundos da CEE, mas em contrapartida só 4 agrários de Montemor-o-Novo recebem mais de 800 mil contos.
- O Governo fala tanto na necessidade de termos uma agricultura moderna, europeia e competitiva mas propõe-se liquidar as UCP's/Cooperativas Agrícolas que são das explorações agrícolas do País que em melhores condições estão e que maiores potencialidades apresentam para competir com as empresas agrícolas de outros países mais desenvolvidos.

Intervenção de Ângelo Veloso

Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP, produziu uma intervenção no Encontro de Alcácer do Sal, de que apresentamos alguns extractos.

(...) A nossa firme opinião é que há condições para resistir e derrotar de novo os planos de destruição da Reforma Agrária.

(...) A direita, o grande capital, os grandes agrários e o seu Governo, não têm força para, sozinhos, rasgarem a Constituição, nem têm força para impor uma política inconstitucional. Não têm o

apoio social e político dos trabalhadores e do povo português, como o demonstra a pujança das lutas que em todos os sectores sociais se travam contra a política do Governo. Não têm o apoio social e político dos povos do Alentejo e do Ribatejo. Não dominam os órgãos de Estado a quem cabe defender e fazer cumprir a Consti-

tuição. Não têm os 2/3 de deputados necessários para retirar a consagração constitucional da Reforma Agrária, ou para impor a revisão inconstitucional da Constituição da República. Isto significa que se o movimento operário e popular, se os trabalhadores, se todos os partidos democráticos opuserem uma firme barreira à ofensiva do Governo — unidos, combativos e determinados — a reacção será de novo derrotada (...)

Baldios de Aveiro

Várias dezenas de representantes dos Baldios do Distrito de Viseu participaram domingo passado num Encontro em Vale de Cambra, onde analisaram a situação dos Baldios no Distrito, os novos perigos que se colocam à administração democrática pelos Conselhos Directivos, Compartes e Povos surgidos com os projectos de Lei do

PSD, CDS e PS, e aprovaram por unanimidade um comunicado a enviar aos órgãos de soberania.

O Encontro verificou «a existência de vários atropelos à actual legislação sobre os baldios, por parte de várias entidades, a que urge pôr cobro» e decidiu «da disposição dos Baldios do Distrito, numa

ida conjunta com todos os Baldios do País à AR, como forma de sensibilizar os deputados para a necessidade de manter a actual legislação dos baldios». Foi ainda marcada uma reunião dos Conselhos Directivos dos Baldios do Distrito para o próximo dia 6 de Março, em Albergaria da Serra.

Internacional

O XII Congresso do PCE

Decorreu em Madrid, de 19 a 21 de Fevereiro, o XII Congresso do Partido Comunista de Espanha, em que participaram 619 delegados em representação dos 62 mil militantes do PCE.

O Congresso aprovou por ampla maioria o relatório do secretário-geral cessante, Gerardo Iglésias, e elegeu o novo comité central e o secretário-geral, Julio Anguita.

Julio Anguita, conhecido como «califa vermelho», distinguuiu-se como alcaide de Córdoba e como presidente da coligação «Esquerda Unida» na Andaluzia.

O PCP esteve representado no XII Congresso do PCE pelo camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

Na saudação enviada pelo CC do PCP ao XII Congresso do PCE afirma-se que é «com o mais vivo interesse que em Portugal seguimos a evolução da situação política» em Espanha e «a acção desenvolvida pelo PCE em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, contra as mais graves consequências da política do governo do PSOE, contra a presença em

Espanha de bases militares dos EUA e em defesa da soberania nacional, pelo progresso social e a paz».

A saudação, que expressa «votos para que os esforços tendentes à reunificação dos comunistas de Espanha se desenvolvam num sentido positivo», refere ainda a situação criada em Portugal após as eleições legislativas de 19 de Julho de 1987, «em que o PCP e as forças democráticas sofreram uma pesada derrota e o PSD alcançou a maioria na Assembleia da República».

Após salientar o descontentamento crescente contra a política do Governo, bem como «a resistência e a luta popular e democrática» que se trava em Portugal, subli-

na-se que «a luta em defesa da soberania nacional e por uma política externa de independência, paz e amizade com todos os povos, assume particular importância».

No que se refere à situação

te-americanos. Outras importantes negociações de desarmamento estão em curso. Graças à decisiva contribuição da URSS e outros países socialistas, abrem-se as reais perspectivas de operar uma

O Secretariado do CC do PCP enviou a Julio Anguita, secretário-geral do PCE, o seguinte telegrama: «Por motivo da sua eleição como secretário-geral do PCE enviamos as fraternais saudações dos comunistas portugueses, votos de grandes sucessos e expressamos a vontade de reforçar as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos.»

internacional, a saudação ao PCE afirma a dado passo:

«A luta em defesa da paz e para impedir o holocausto nuclear registou nos últimos tempos importantes vitórias em que avulta, pelo seu extraordinário alcance e significado político, o acordo entre os EUA e a URSS sobre a eliminação dos mísseis de médio e curto alcance soviéticos e nor-

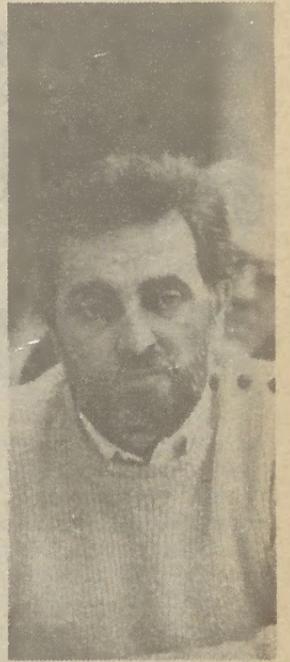
viragem no clima internacional no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica.»

«Entretanto o imperialismo e em primeiro lugar os EUA, continua a aspirar à superioridade militar-estratégica, projecta e põe em prática novas linhas de corrida armamentista, insiste na sua política agressiva na América Central,

no Médio Oriente, na África Austral, em relação ao Afeganistão, com o objectivo de fazer retroceder o processo de emancipação nacional e social.

«Numa tal situação o PCP considera necessário prosseguir e intensificar a luta pela paz e a solidariedade para com os povos vítimas das ingerências e agressões do imperialismo e agir permanentemente no sentido da unidade de acção de todas as forças do progresso social e da paz. O fortalecimento da cooperação do PCP com os demais partidos comunistas e operários e o reforço da unidade do movimento comunista internacional constituem linha permanente e prioritária da acção do nosso Partido no plano internacional.»

A concluir, a mensagem do PCP salienta que «as relações entre o PCP e o PCE tiveram nos últimos tempos desenvolvimento positivo, confirmando que a existência de diferenças de opinião e mesmo divergências não de-



Julio Anguita, secretário-geral do PCE

vem impedir a troca de experiências, a cooperação e a solidariedade recíproca entre os partidos comunistas» e expressa a vontade «de prosseguir e reforçar as relações de fraternal amizade existentes entre os dois partidos».

A cimeira de Bruxelas — nota da SIP do PCP

A propósito da recente Cimeira de Bruxelas e das conferências de imprensa do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, sobre o assunto, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota que transcrevemos na íntegra:

Ao comentar os acordos da recente Cimeira de Bruxelas, o Primeiro-Ministro garantiu em termos peremptórios, em duas conferências de imprensa seguidas, que o conseguido foi um êxito para Portugal e para a Europa.

A prova dos factos mostra que não há razões para tal triunfalismo mas antes para redobradas preocupações. O clima de grande regozijo que o 1.º-Ministro emprestou às suas declarações, numa postura de inexcusável «contentamento» sem tradução na

realidade, só pode ser explicado por razões de consumo interno: tentar criar artificialmente um clima de confiança e de falsa prosperidade no momento em que o Governo se vê a braços com uma larga contestação social, com a desagregação da sua base social de apoio, com as bolsas de valores em descabro e com a actividade económica em nítida perda de «velocidade».

Quando o Primeiro-Ministro anuncia ao País que «as negociações em Bruxelas se

traduziram num aumento líquido para Portugal de 500 milhões de contos», esconde que estes 500 milhões constituem a soma de verbas já obtidas que foram retiradas aos fundos estruturais, a linha de crédito específico para o PEDIP e mais aquilo que deixará de pagar. Trata-se pois de um manobristo de números que manifestamente ludibria a opinião pública.

Na verdade, o que Portugal conseguiu obter nesta cimeira em relação aos fluxos a entrar foi somente uma linha de crédito específica de 18 milhões de contos anuais durante cinco anos e um reforço de verbas nos fundos estruturais pelo critério de

concentração geográfica. Quanto às restantes verbas do PEDIP, elas são no essencial subtraídas às dotações dos fundos a que já tínhamos direito, não havendo portanto nenhum acréscimo.

Não deixa de ser significativo que o Governo português se mostre aliviado por Portugal ir pagar nos próximos anos menos 40 milhões de contos de contribuição financeira e menos alguns milhões em relação aos atrasados e às restituições financeiras ao Reino Unido, o que veio revelar aquilo que o Governo português andava a negar: que Portugal estava obrigado a pagar, e substancialmente, para excedentes para os quais em nada tinha contribuído.

O que o povo português gostaria de saber é qual vai ser o saldo líquido entre os pagamentos e os recebimentos entre Portugal e a Comunidade nomeadamente a partir de 1991, tanto mais que Portugal não obteve nenhum abrandamento na diminuição das percentagens das devoluções das entregas a fazer pelo País a título de recursos próprios da CEE: 55% em 1988, 40% em 1989, 25% em 1990 e 5% em 1991.

Falar nas entradas sem revelar as saídas é pelo menos demagógico, como demagógico é escamotear a degradação da balança comercial

fruto da penetração de mercadorias da CEE que dia após dia vão substituindo a produção nacional. De facto, o défice comercial com a CEE que antes da adesão se situou nos 2 milhões de contos e que logo no primeiro ano se cifrou nos 98 milhões de contos deve ultrapassar em 1987 300 milhões, apontando estimativas optimistas para 1988 um défice de 600 milhões de contos!

Sem se minimizar o acréscimo do volume de verbas a entrar e das verbas a deixar de pagar por efeitos da cimeira, não se pode deixar de realçar o seguinte:

a) Sem a modificação do regulamento dos fundos estruturais, uma boa parte das verbas vão ser aplicadas, não para aumentar a produção e o aproveitamento dos nossos recursos, mas precisamente para o contrário.

b) A transferência de verbas para o PEDIP significa que verbas significativas dos fundos estruturais vão ser desviadas das infra-estruturas para as empresas privadas sem qualquer garantia de aplicação produtiva e não especulativa.

c) A experiência recente da aplicação das verbas dos fundos, nomeadamente do FSE em que cerca de 70% foram desbaratados, não dão qualquer garantia de aplica-

ção com critérios de desenvolvimento.

d) É de lembrar que Portugal após dois anos de integração ainda nem sequer conseguiu utilizar as verbas postas à sua disposição nas chamadas «ajudas de pré-adesão».

e) Não se pode considerar êxito e reconhecimento da especificidade de uma agricultura a obtenção de uma derrogação de dois ou três anos quando o que se impunha era um prazo bem maior e, bem mais importante do que isso, a modificação dos regulamentos relativos ao FEOGA e ao PEDAP.

Por último, ninguém pode considerar com objectividade que o cheque dado a Portugal é minimamente suficiente para realizar a coesão económica e social, isto é, para aproximar o desenvolvimento português da média dos países europeus de modo a que o País e o aparelho produtivo possam aguentar o embaite da abertura das fronteiras em 1992 por imposição do mercado interno.

Além de que não há cheque que pague a alienação da nossa soberania e a entrega do processo de desenvolvimento e da exploração dos nossos recursos e mão-de-obra às transnacionais que comandam o processo de integração.

Portugal livre e independente não tem preço.

Relações oficiais entre Portugal e Israel

— nota da SIP do PCP

1. A anunciada nomeação pelo Governo PSD de um embaixador de Portugal em Israel, lugar que se encontrava vago desde que em 1977 foram estabelecidas relações a nível de embaixada entre os dois países, constitui um acontecimento particularmente grave no plano político e diplomático, que não pode passar sem a firme denúncia e protesto dos comunistas portugueses.

2. O PCP chama a atenção para o facto de tal nomeação decorrer no preciso momento em que as autoridades sionistas de Israel levam a cabo uma repressão particularmente brutal contra as populações palestinas de Jerusalém, Cisjordânia e Gaza, que se levantaram contra o ocupante israelita.

Tal decisão do Governo do PSD constitui de facto um acto de aberto apoio à política expansionista e terrorista de Israel e um incentivo ao seu prosseguimento. A recente votação de Portugal na Comissão dos Direitos do Homem da ONU em Genebra contra resoluções condenando Israel pela repressão nos territórios palestinos ocupados confirma que assim é. Trata-se simultaneamente de mais um acto irresponsável de hostilidade para com o povo palestino e demais povos árabes, frontalmente contrário aos interesses

de Portugal e dos portugueses e ao desejável desenvolvimento de relações diplomáticas, políticas, económicas e culturais de Portugal com o mundo árabe. Ele só pode ser compreendido como expressão da política de submissão de Portugal ao imperialismo prosseguida pelo Governo do PSD e da sua estreita colaboração com a administração Reagan na estratégia do imperialismo norte-americano no Médio Oriente.

3. O PCP expressa a sua activa solidariedade à heróica luta do povo palestino dos territórios ocupados e à luta de todo o povo árabe da Palestina pelos seus direitos nacionais inalienáveis, incluindo o direito à edificação do seu próprio Estado independente e soberano.

O PCP considera que a inequívoca condenação da cruel repressão das tropas israelitas contra a população palestina de Jerusalém, Gaza e Cisjordânia e o apoio aos esforços tendentes à convocação de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, é a única atitude conforme com os interesses nacionais e de defesa da Paz.

Encontros de Álvaro Cunhal com delegações estrangeiras

Nos dias 18 e 19 de Fevereiro, Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, recebeu no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes delegações dos seguintes Partidos e Organizações:

Partido Comunista da União Soviética, dirigida por Yuri Zuev, director-adjunto do Departamento Internacio-

nal do CC do PCUS; **PAICV**, dirigida por Olívio Pires, membro da Comissão Política; **Partido do Trabalho da Coreia**, dirigida por Son Slong, membro do Comité Central; **Liga dos Comunistas da Jugoslávia**, dirigida por Vukafin Loncar, secretário executivo da presidência do CC; **Organização de Libertação da Palestina**,

dirigida por Abdul-Rahim, director do Departamento Político da OLP; **Partido Comunista Romeno**, dirigida por Nicolai Constantin, membro do Comité Político Executivo.

Os encontros realizados tiveram lugar no quadro das relações fraternais mantidas pelo PCP com os respectivos Partidos e Organizações.

Internacional

Debate no CC do PCUS

Que escola para a «Perestroika»?

«Há que colocar em primeiro plano a qualidade dos conhecimentos» — sublinha-se no relatório apresentado por Egor Ligatchov, membro do CC do PCUS e do secretariado, ao plenário do CC dedicado pelos comunistas soviéticos ao debate «sobre o evoluir da Reforma do ensino secundário e superior e as tarefas do Partido no domínio da sua concretização».

Aqui também as preocupações no plano da qualidade estão no centro dos debates.

«O caminho para a melhoria dos conhecimentos passa pela atribuição à escola de maiores direitos na escolha de formas de ensino, na experimentação de novas ideias de educação. Importa fazer tudo para que a Escola dispense a principal atenção ao desenvolvimento das faculdades individuais aos alunos».

Qual a razão de ser de um plenário do CC especialmente dedicado a problemas de ensino, num país que justamente se orgulha de contar com um dos mais cultos povos do mundo, com taxas de leitura particularmente elevadas, e onde são desconhecidos fenómenos comuns em vários países capitalistas desenvolvidos, os EUA nomea-

damente, de «analfabetismo funcional» (e crescente). A resposta está no próprio sublinhar da questão da qualidade.

E como no quadro do socialismo não é da elitização do ensino que se trata, a resposta neste plano aos desafios da revolução técnico-científica, assume uma enorme dimensão. É preciso capacitar todos para corresponder a tais desafios.

Todos. E não apenas uma elite.

No quadro da perestroika — um salto qualitativo do socialismo, em todos os domínios — a questão da preparação dos futuros trabalhadores e dos futuros cidadãos ganha uma particular acuidade.

Isto mesmo foi sublinhado por Ligatchov nos trabalhos do plenário, que lembrando que a escola soviética de todos os graus e especialização conta hoje com 54 milhões de estudantes, destacou: «o futuro do país, o próprio destino do socialismo, dependerá em grau decisivo da educação e formação profissional das gerações actuais e vindouras. A perestroika diz igualmente respeito à escola».

Num momento em que «uma instrução não inferior à secundária começa a tornar-se norma de vida», estão em causa, no fundamental, o «conteúdo da instrução, métodos de ensino e educação».

Assim, «impõe-se em, primeiro lugar, assegurar a formação da escola secundária como uma verdadeira base do sistema de educação ininterrupta dos cidadãos soviéticos». Ou seja, a escola deve dar a todos os jovens uma instrução secundária de qualidade. «O ensino secundário básico deve ser encarado como um nível socialmente necessário de conhecimen-



Os métodos e o conteúdo do ensino estão hoje na base dos debates sobre a escola na URSS

tos, de hábitos de trabalho, de desenvolvimento cultural e de pensamento independente».

É a partir desta base que se deverão desdobrar as opções. «A possibilidade de escolher, conforme os interesses pessoais e sociais, aptidões individuais e nível de preparação: o instituto superior ou a escola industrial, escola técnico-profissional ou a aprendizagem numa empresa».

As preocupações e planos em relação ao ensino de base (secundário) e o siste-

ma de formação profissional, junta-se um particular empenhamento nas transformações — já em curso — no ensino superior.

No fundamental, e nas palavras de Ligatchov, trata-se da realização da ideia leninista sobre a integração da educação, produção e ciência. «A tarefa reside hoje em assimilar um novo tipo de relacionamento do ensino superior com os ramos da economia nacional, aperfeiçoar o mecanismo da sua cooperação».

Todas estas componentes

da escola e do ensino se devem integrar na «criação de um sistema global de instrução permanente destinada a conjugar organicamente a educação pré-escolar, a formação secundária, profissional e superior, o enriquecimento constante dos conhecimentos e a elevação da qualificação dos trabalhadores. Este sistema deverá constituir um contributo prático para a concretização da política de reestruturação e da sua palavra de ordem — mais socialismo».

«Toque a reunir» das forças militaristas denunciado por Gorbatchov

Shultz, secretário do Estado dos EUA, esteve em Moscovo nos primeiros dias desta semana, no contexto da continuação e desenvolvimento do diálogo político soviético-americano ao mais alto nível, iniciado em Washington, e a preparação de mais uma cimeira entre os dois países, a realizar em Moscovo. Como temas centrais do debate, a redução para 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos, sob condição da observação e não abandono do tratado DAM dentro dos prazos estabelecidos, questões relacionadas com a cessação dos ensaios nucleares e conflitos de âmbito regional.

Também neste mês de Fevereiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Geoffrey Howe, se deslocou a Moscovo, no quadro dos contactos entre os países da NATO e a URSS e outros países socialistas. Visitas e encontros estes que vêm na sequência de outros que se têm vindo a concretizar num ritmo assinalável.

Em síntese — o diálogo prossegue, como indispensável componente da vida política internacional hoje.

E prossegue claramente reforçado por um tão decisivo impulso como foi o da cimeira de Washington.

O que de forma alguma significa que prossiga sem problemas.

Durante a visita de Howe a Moscovo, Gorbatchov sublinhou, na audiência realizada no Kremlin, que o diálogo não pode ser estéril, não se pode reduzir a palavreado a que se não sigam acções concretas.

E Gorbatchov aponta a dedo os factos. Sublinha: «aprovando em termos gerais o tratado INF (euromísseis), os dirigentes da NATO

começaram a comportar-se como se após a sua assinatura a situação na Europa piorasse». E refere, os elogios à política de «dissuasão nuclear» (que também aqui em Portugal se repetem), os planos de «compensação», os projectos de fabrico conjunto de armas sofisticadas, a aproximação franco-alemã.

E ainda o problema candente das armas químicas, os obstáculos levantados no caminho da sua interdição absoluta. Os protelamentos em relação à conferência de Viena sobre a redução das forças armadas e armamentos convencionais na Europa.

Estão assustados

Esta denúncia dos comportamentos dos países da NATO, pouco após a assinatura do Tratado de eliminação dos mísseis de médio e curto alcance, é particularmente analisada por Gorbatchov na importante intervenção proferida na sessão plenária do CC do PCUS sobre questões do ensino, «A re-

estruturação revolucionária e a Ideologia da renovação» (a que oportunamente voltaremos).

«A assinatura do tratado não é um pretexto para ficarmos sossegados e tranquilos. Pode dizer-se que ela deu início a mais uma etapa da luta pela paz e o desarmamento, inclusive na luta ideológica — diz Gorbatchov. — Logo após os primeiros dias de euforia, os

adversários da normalização das relações com a URSS começaram a «dar o toque de reunir», mobilizando as suas forças para a luta contra a ratificação do tratado. A administração norte-americana cumpre a sua palavra, defende o tratado, mas, ao mesmo tempo, faz coro com a retórica anti-soviética e anti-comunista desenvolvida pelas forças de extrema-direita. Fá-lo não só verbalmente como também com determinadas acções de estilo militarista utilizando o mesmo pretexto da «crescente ameaça soviética». Voltámos a deparar com provocações nas nossas fronteiras. A atmosfera que se criou durante a visita aos EUA certamente não agrada a alguns».

E Gorbatchov sublinha ainda: «Aumentou notavelmente o tom da actividade militarista na parte europeia da NATO. Apressam-se a organizar uma «compensação» para os mísseis que devem ser eliminados ao abrigo do tratado. Planeia-se modernizar e aumentar «outros» tipos de armas nucleares, sobretudo no mar e no ar, alegando cinicamente que elas não são abrangidas pelo tratado. Voltámos a ouvir Londres, Paris e a sede da NATO, Bruxelas, dizerem categoricamente «não» à recusa às armas nucleares, ainda que num futuro distante. As palavras de aprovação do

tratado e das conversações soviético-norte-americanas sobre a redução dos armamentos estratégicos estão a ser acompanhadas de declarações de que a França e a Grã-Bretanha não pretendem cessar o aumento das armas nucleares. Muito pelo contrário, exactamente após a assinatura do tratado, os Estados da NATO começaram a mostrar uma enérgica actividade na esfera da integração militar bi e multilateral».

Posição de força por parte do imperialismo? Dificuldades imprevisíveis no difícil e complexo caminho da paz?

Gorbatchov aprecia o sentido do que se está a passar num curto parágrafo: «Sabemos porque razão eles ficaram agitados. Não só porque o desarmamento ameaça os lucros do complexo militar-industrial e daqueles que vivem bem à custa dele, mas também porque têm medo do renascimento da força atractiva das ideias socialistas, do aumento do prestígio do socialismo como sociedade dos trabalhadores. Estão assustados pelo facto de voltarem a crescer as simpatias pelo nosso país, pelo facto de se assistir a uma nova «descoberta» da União Soviética».

Factos e ideias a testemunhar simultaneamente das potencialidades da época que vivemos, e dos difíceis caminhos que temos que percorrer para as realizar.

Da — justificada — euforia, com que foi recebido o Tratado assinado em Washington, para a liquidação de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa, nada por cá se sentiu, ao nível oficial. Muito pelo contrário. Agora, quando as forças mais hostis ao desarmamento, somam forças e preparam outras ofensivas, o Governo português testemunha claramente a sua opção belicista, de alinhamento total com as mais retrógradas posições do imperialismo.

Nestes dias, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, ao informar que Portugal aguarda a formalização de um convite para aderir à UEO («braço europeu» da NATO), fez questão de sublinhar que Portugal é «caso único» entre os países candidatos, bem distinto da Espanha, por exemplo, «que rejelta ad limine qualquer recurso ao armamento nuclear». O nosso país (ou seja, o Governo português) «nunca manifestou reservas» aos princípios da UEO, que incluem a aceleração, pelos países membros, do recurso a armamentos nucleares.

Internacional

«Este primeiro barco de regresso partiu bem», diz-nos José Bernardino participante no «Barco da Paz»

«Este primeiro Barco de regresso, partiu bem. Vai desencadear um muito mais amplo e continuado movimento de apoio por parte de todas as forças que estão do lado da justiça e dos direitos dos povos» — disse ao «Avante!» o camarada José Bernardino, em depoimento ao nosso jornal, testemunho da sua directa participação no «Barco da Paz», iniciativa da OLP, com o objectivo de alertar a opinião pública mundial para o problema dos deportados e para a questão central dos territórios ocupados.

José Bernardino, membro do CC do PCP, esteve no barco em representação do nosso Partido. E integrado num grupo de representantes de partidos e organizações — PS, PRD, MDP, JSD, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Professores, CGTP-IN, Comité de Solidariedade com os Direitos Humanos —, diversas personalidades e jornalistas.

O testemunho de José Bernardino

Estávamos ali, com eles, para participar e viver a viagem de regresso à terra, ao lar, no «Barco da Paz». Eles eram 130 das centenas de milhares de palestinianos que foram escuraçados, deportados, presos, torturados, assassinados, pelo Estado sionista de Israel — mas que continuam lutando pelo direito à autodeterminação, viver livremente na terra que desde sempre foi sua. Entre eles, velhos ou jovens, gente determinada a mostrar ao mundo a justeza da sua causa, pronta a arrostar a natureza criminosa dos propósitos e métodos do governo israelita, da sua Gestapo-Mossad. Vê-los, falar-lhes, é ter ainda mais razões para lutar com eles pelo seu povo.

Conosco gente de 20 países. Diferentes na opção política, na religião, na avaliação da situação ou das soluções — vinham manifestar o seu apoio de sempre ou ver com os seus próprios olhos para então poder julgar. Em volta, mais de uma centena de jornalistas, de jornais e da televisão da maior parte dos países europeus. Seriam as testemunhas.

Mais além, na Cisjordânia e na faixa de Gaza ocupadas, o levantamento popular. São nuvens de pedras da razão que defrontam as balas assassinas da repressão israelita, tanto mais bárbara quanto impotente de dominar a luta popular apesar de 20 anos de ocupação. A nossa viagem, todas as outras viagens de regresso, será por eles.

Do outro lado estão nervosos. Shamir, Peres ou seus kahanes defrontam os seus próprios mitos, os que «legitimaram» a ocupação da Palestina: vem aí o verdadeiro «Exodus», com gente que foi expulsa ou deportada da ter-

ra onde sempre viveu, e seus antepassados viveram e morreram, com gente que regressa, que vai regressar. Vêm sem armas, em barco de Paz. Trazem centenas de testemunhas e olhos da opinião pública. E até trazem cidadãos israelitas, dois deputados, e o presidente da Câmara da Nazaré.

No quartel-general das forças de ocupação israelita desencadeia-se enorme operação para impedir o Barco de partir. Junto do governo grego, com pouco êxito, pois este não age para proibir. Junto de governos ocidentais, consegue ao menos dificultar o frete de navios e, entre os mais dóceis, pôr as notícias em surdina. Os secretas da Mossad desdobram-se, os dinheiros e meios do imperialismo que estão por detrás de Israel tentam obstruir os esforços da OLP para que o Barco saia o mais depressa possível.

Em vão. No dia 14, o barco partirá de Chipre para Haifa. Alguns aviões preparam-se para partir de Atenas

para Chipre. Com eles e conosco. Desta vez não desembarcarão, não abraçarão os seus, nós não assistiremos à anunciada recepção das forças democráticas que resistiram à tremenda lavagem ao cérebro a que estão permanentemente sujeitas. Mas será um grande passo, carregado de simbolismo, uma antecipação de futuro inelutável.

Então cai a máscara. A mão do terrorismo israelita faz explodir a bomba, abre buraco de metro e meio no casco de ferro e grita: para a próxima será com as pessoas a bordo. Que melhor demonstração de total ausência de escrúpulos, de respeito pela pessoa e pelos direitos humanos? Os argumentos israelitas, dos que os apoiam, exibem-se à luz do dia: meia centena de assassínios nas últimas semanas nos territórios ocupados; um carro armado em Limassol; a bomba no Barco da Paz. Balas, gás lacrimogéneo, plástico...

Só que o feitiço se vira contra o feiticeiro: a explosão não impedirá a partida do barco, pôde apenas adiá-la, mas determina o pleno êxito político desta acção desencadeada pela OLP, fez com que este primeiro Barco alcançasse o rumo certo. Dias e dias a comunicação social do mundo olhou para a Palestina ocupada. Viu centenas de milhares de palestinianos exilados, espoliados, com os olhos postos no regresso. Viveu o levantamento popular e a impotência de Israel para o dominar.

Contactou a crueldade, a barbárie nazi, das forças repressivas do governo israelita e a protecção dos zelosos «defensores» dos direitos humanos.

Este primeiro Barco de Regresso partiu bem. Vai desencadear um muito mais amplo e continuado movimento de apoio por parte de todas as forças que estão do lado da justiça e dos direitos dos povos. Cabe a todos os que apoiaram e integraram os grupos dos diferentes países tornarem mais efectivo esse apoio. Em todo o mundo, em Portugal.

«A clara demonstração do divórcio existente entre o governo de Marcelo Caetano e as massas estudantis surgiu logo no início do novo ano escolar. A proibição da intervenção de um estudante na Abertura Solene da Universidade Clássica foi uma demonstração de prepotência fascista a que os estudantes reagiram prontamente boicotando a sessão. Assim, no momento em que, mais uma vez, os fascistas inauguravam em família a «Universidade Morta», alheia aos interesses dos estudantes, dos professores e da Nação, mais de 4000 estudantes e vários professores reunidos no edifício da Cantina da Cidade Universitária inauguravam a «Universidade Viva», aquela que quer abrir de par em par as suas portas aos progressos da ciência e a todos os filhos do povo português. Na poderosa marcha de silêncio que se seguiu, mais de 3000 estudantes, empunhando bandeiras nacionais e das Associações, reclamaram com cartazes em frente do edifício da Reitoria «Uma Universidade para a Nação!».

«Greve dos estudantes de Lisboa» — «Avante!», VI Série, n.º 462, Fevereiro 1974)

«Há 14 anos publicou o Governo uma «Lei de Melhoramentos Agrícolas» ao abrigo da qual se dizia ir realizar-se uma vasta obra de fomento por meio de empréstimos concedidos pelo Estado aos agricultores. Ao ser agora publicada uma nova «Lei de Melhoramentos Agrícolas», o secretário de Estado da Agricultura, eng. Quartim Graça, (...) referindo-se à «vasta obra de fomento há 14 anos iniciada» chegou ao ponto de dizer «não haver em qualquer parte da Europa forma mais social e compreensível de ajudar e incitar quantos se consagram às fainas agrícolas».

Porém, a realidade desmente por completo as palavras do eng. Quartim Graça. Ele próprio diz que o montante dos empréstimos concedidos foi, durante os 14 anos, de 468 503 contos (isto é, 8 vezes menos que o que se prevê gastar num ano — 1961 — só com as despesas de carácter militar e de «segurança» — 3 milhões e 925 mil contos).

Tendo em conta que há no nosso país, segundo as estatísticas oficiais, 853 568 explorações agrícolas, conclui-se que a média destes empréstimos por ano e por exploração agrícola foi de cerca de 40\$00!»

«Uma lei demagógica» — «Avante!», VI Série, n.º 297, 1.ª quinzena Fevereiro 1961)

Chipre Vassiliou é presidente Vitória do candidato apoiado pelo AKEL

George Vassiliou, candidato independente de esquerda às eleições presidenciais em Chipre, apoiado pelos comunistas (partido AKEL) e socialistas, foi eleito presidente de Chipre, à segunda volta do escrutínio. Vassiliou obteve 51,63% dos votos contra 48,37% do candidato de direita, Glafkos Clerides, da Aliança Democrática. Na primeira volta, George Vassiliou atingira os 30,09% dos votos, Glafkos Clerides, 33,34% e o presidente agora afastado, Spiros Kyprianou, não passaria à segunda volta com 27,29% dos votos.

Nas eleições parlamentares de Dezembro de 1985 — e valerá a pena comparar resultados, muito embora, como a nossa experiência in-

dica, seja diferente o conteúdo de cada processo eleitoral — o AKEL (que agora apoiou Vassiliou) havia obtido 27,43% dos votos, a

Aliança Democrática 33,56, e o Partido Democrático (Diko), de Kyprianou, uma percentagem ligeiramente superior à actual.

O Partido Socialista, que em 1985 havia obtido 11,07% dos votos, sofreu uma quebra de 2%.

Em mensagem transmitida pela televisão e pela rádio, logo após a sua eleição, o novo presidente cipriota, George Vassiliou, lançou um apelo de unidade à comunidade cipriota-turca, pedindo a colaboração de todos na concretização de um projecto de reaproximação de todos os cidadãos da República de Chipre.

George Vassiliou afirmou que a sua primeira tarefa, logo que assuma as funções presidenciais, no próximo dia 28, será formar um governo que reúna uma «aprovação geral» e convocar o Conselho Nacional, órgão em que se juntam representantes partidários e personalidades de Chipre, e que não funciona desde 1976, quando da morte do primeiro presidente do país, o arcebispo Makários.

Vassiliou sublinhou ainda que tenciona empenhar-se numa solução para o problema da divisão da ilha de Chipre, causada pela invasão, em 1974, e posterior ocupação turca da parte norte do território.

É de relembrarmos aqui que o povo cipriota é composto de dois grupos nacionais: cerca de 500 mil cipriotas gregos e 150 mil cipriotas turcos.

A independência do país, em Agosto de 1960, concretizou-se em termos difíceis para o povo cipriota. Em particular a Grã-Bretanha mantém bases militares no país, cuja utilização é ilegalmente facultada aos EUA, e ainda o direito de utilização, para fins militares, de estradas, portos e espaço aéreo.

A partir de 1974, o norte do país foi ocupado pela Turquia, numa zona que corresponde a 40% do território nacional e 70% do total da produção nacional. Entre os 500 mil cipriotas gregos do Sul, 200 mil são refugiados do Norte.

Saudação do PCP

O Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre o seguinte telegrama de felicitações:

«Os comunistas portugueses saudam a importante vitória de George Vassiliou, candidato de esquerda apoiado pelo AKEL, novo presidente de Chipre.»



Uma pequena concentração simbólica de protesto, realizou-se no passado dia 22, próximo da embaixada da África do Sul em Lisboa. Objectivo: afirmar a posição de democratas e pacifistas portugueses contra a agressão e invasão continuadas, intensificadas nos últimos dias, por parte do regime racista do «apartheid», no Sul de Angola, e manifestar a solidariedade com o MPLA e a República Popular de Angola.

Em Foco

Avante!

Ano 57 – Série VII

N.º 739

26 de Fevereiro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL

APROVADAS TRÊS RESOLUÇÕES

SITUAÇÃO POLÍTICA

Governo Cavaco Silva agrava e desestabiliza a situação nacional

ANIVERSÁRIO DO PARTIDO

67 anos de luta ao serviço do povo e do país

XII CONGRESSO FESTA DO «AVANTE!»

XII Congresso marcado para 1 a 4 de Dezembro

12.ª Festa do «Avante!» marcada para 9 a 11 de Setembro

Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política

O GOVERNO CAVACO SILVA

AGRAVA E DESESTABILIZA A SITUAÇÃO NACIONAL

O Comité Central do PCP examinou a evolução da situação política e social do País, concluindo que se confirmam os perigos e ameaças para o regime democrático decorrentes da ofensiva contra-revolucionária desencadeada pelos sucessivos governos e extraordinariamente agravada com o resultado das eleições de 19 de Julho. Mas o Comité Central salienta que se verifica, especialmente a partir do início do ano, uma mudança da atmosfera política, a intensificação da luta popular e o desenvolvimento de condições mais favoráveis à acção das forças democráticas para conter o processo contra-revolucionário e assegurar a defesa das conquistas do 25 de Abril.

Sete meses volvidos sobre a realização das eleições legislativas antecipadas, ressalta com grande evidência que a política do Governo PSD/Cavaco Silva não só se mostra incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, como constitui um grave factor de desestabilização da vida económica, social e política do País.

Esta nova situação apresenta dois traços característicos particularmente salientes:

— O ascenso da luta e da combatividade da classe operária e demais trabalhadores na defesa dos seus direitos e interesses fundamentais e das conquistas democráticas do nosso povo, bem como o recrudescimento da oposição de outras camadas da população a aspectos especialmente graves da política governamental.

— As visíveis dificuldades do Governo em face do crescimento da resistência popular e da agudização das contradições e conflitos de interesses na sua base eleitoral e no próprio campo da direita e o seu propósito de acelerar a ofensiva destruidora contra o regime democrático e as suas principais conquistas.

Tal é o quadro em que se desenvolve agora o conflito central da vida económica, social e política dos últimos onze anos: ou a consolidação ou a subversão do regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.

1

Intensificação da luta popular

O Comité Central sublinha que o ascenso da luta da classe operária, de outros trabalhadores, dos agricultores e outras camadas sociais influencia directa e indirectamente toda a vida política nacional.

Mais uma vez a classe operária se afirma como a vanguarda na resistência à ofensiva contra-revolucionária e na defesa das conquistas democráticas.

A luta da classe operária e de outros trabalhadores, pela sua extensão, diversidade, combatividade e unidade, anima a luta de outras classes e camadas sociais, abre perspectivas às forças da democracia na sua luta pela salvaguarda do regime democrático, e vem des-

mentir todos aqueles que já tinham decretado o fim da luta de massas.

Os trabalhadores lutam contra a prática dos tectos salariais que o Governo quer impor, contra uma política de rendimentos que visa degradar ainda mais os salários e aumentar os lucros do capital, pelo pagamento dos salários em atraso, pela defesa dos postos de trabalho e contra os despedimentos, pelo direito a uma segurança social condigna, contra a repressão e a violação de direitos e liberdades.

O Comité Central saúda a justa e corajosa luta de todos os trabalhadores, em particular os da Carris, da CP, do Metro, da Transtejo, dos CTT, da Siderurgia Nacional, da Covina, da INDEP, os descarregadores do Porto de Setúbal, da Autosil, da Cel-Cat, Sorefame, da Cometna, da Vodratex, das Minas da Panasqueira, os metalúrgicos, os trabalhadores da Administração Central e Local, apelando à solidariedade para com estes trabalhadores dos membros do Partido, dos democratas e da população em geral.

O Comité Central saúda também a combatividade e a firmeza da luta dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos em defesa da Reforma Agrária de que foi expressão o recente encontro de Alcácer do Sal e especialmente a decisão nele tomada da realização de uma marcha a pé para Lisboa.

O pacote laboral, com o qual o Governo pretende desferir um rude golpe contra os direitos dos trabalhadores e dos seus representantes eleitos, generalizando ainda mais os despedimentos e a precariedade do trabalho, aumentando o poder discricionário e repressivo do patronato, motivou um enérgico movimento de protesto à escala nacional, dos trabalhadores e diversos sectores sociais.

O anunciado propósito do Governo de proceder a alterações nos projectos de revisão da legislação laboral, designadamente no que se refere à lei dos despedimentos, se por um lado mostra que o Governo não pode ignorar o movimento de protesto que se gerou, por outro, visa desarmar a vigilância, desarticular a resistência aos seus projectos e favorecer as manobras demagógicas da UGT.

Pela sua natureza violenta contra os trabalhadores e seus direitos, por constituir uma das mais graves tentativas para liquidar direitos conquistados com o 25 de Abril, o movimento sindical e operário, largos sectores sociais e democráticos consideram muito justamente o pacote laboral apresentado pelo actual Governo como inegociável.

O Comité Central do PCP alerta contra possíveis ilusões, cedências e compromissos de forças políticas e sociais, salientando a grande importância das acções e da unidade já conseguida para derrotar os projectos do Governo, e apela ao prosseguimento e intensificação da luta:

A luta contra o pacote laboral é parte integrante da luta dos trabalhadores e dos democratas em defesa do próprio regime democrático.

As grandiosas manifestações de rua realizadas já no mês de Fevereiro, em várias capitais de distrito e outras localidades, com destaque para as de Lisboa e Porto, mobilizando milhares e milhares de pessoas de estratos

sociais muito diversos, contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva, são igualmente testemunho do crescente descontentamento popular e da determinação das massas em fazerem frente à ofensiva contra o regime democrático e suas conquistas.

Multiplicam-se igualmente as lutas dos agricultores em defesa da lei dos baldios, contra a eucaliptização indiscriminada, pelas reivindicações dos produtores de tomate, contra o encerramento das feiras de gado, pelo pagamento de indemnizações aos prejuízos causados pelas intempéries, contra a baixa no produtor de numerosos preços, pelo pagamento do gásóleo de 1987, contra os cortes de subsídios à produção, contra as consequências mais gravosas da adesão à CEE.

Expressão da amplitude do descontentamento com a degradação social, económica e política, são as acções de protesto contra a política governamental levadas a cabo por diferentes camadas da população, nomeadamente a luta dos eleitos autárquicos e das populações, contra a usurpação dos SMGE do Porto, contra os cortes e manipulação de verbas das autarquias, contra os abusos da tutela para dissolver órgãos autárquicos por motivos partidários; das 5 Câmaras com transportes colectivos por falta de pagamento de verbas inscritas no OE; dos médicos pela reestruturação das carreiras, pela gestão democrática dos hospitais, contra os actos prepotentes da Ministra e o negócio de venda do Hospital Júlio de Matos; dos advogados contra o agravamento das custas judiciais e contra as alterações introduzidas pela nova lei orgânica dos tribunais; dos professores pela aplicação democrática, participada e negociada da Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente as carreiras docentes, a estabilidade de emprego, a gestão democrática; dos trabalhadores da saúde contra as consequências dos cortes nas verbas do Orçamento de Estado; da juventude por emprego, contra a revogação da lei do subsídio de desemprego, por saídas profissionais para os jovens licenciados, contra a reestruturação elitista do ensino superior e a degradação das instalações escolares.

2

Conflito insanável reduz a base de apoio do Governo

O Comité Central do PCP sublinha que a presente situação continua o conflito insanável entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições.

Os tectos salariais e as discriminações dos aumentos de salários na Função Pública, o agravamento da carga fiscal, os aumentos de preços, os despedimentos e a

precarização do emprego, os salários em atraso, a repressão dos trabalhadores e as tentativas de silenciamento de quantos protestam contra a política governamental, a restrição e o condicionamento do subsídio de doença, a degradação dos serviços de saúde, o aumento das custas judiciais e das dificuldades no acesso ao direito, os ataques ao Poder Local e a redução das finanças das autarquias, a drástica restrição do crédito, a crise bolsista e a especulação fraudulenta, as suspeitas de corrupção levantadas em relação a diversos departamentos governamentais — todos estes aspectos largamente vulgarizados e sentidos da política governamental suscitam o descontentamento e a condenação da maior parte da população e provocam o descontentamento, a desilusão e a contestação de muitos que foram iludidos pelas promessas eleitorais do PSD.

Ao intensificar a política de concentração capitalista e de restauração monopolista que compreende o plano inconstitucional de privatizações e o recurso a odiosos instrumentos de exploração e transferência de mais-valia, o Governo PSD/Cavaco Silva lesa severamente não apenas os interesses da classe operária e outros trabalhadores mas também os interesses das classes médias e de outras camadas alheias ao grande capital que não pode deixar de ter tradução na posição destas classes e camadas face ao Governo.

Por razões inversas no campo da direita a política do Governo suscita também crescentes atritos e contestação. A radicalização do CDS visa fundamentalmente pressionar o Governo e chamar a si os que reclamam um ritmo mais acelerado no processo contra-revolucionário, traduzindo ao mesmo tempo, contradições, rivalidades e conflitos entre grupos de interesses do grande capital em relação à partilha do planeado bolo das privatizações e às protecções concedidas pelo Governo.

O crescente divórcio entre a política do governo e grande parte do eleitorado que o apoiou em 19 de Julho não pode ser ignorado pelo próprio Cavaco Silva que em intervenção recente alerta os deputados do PSD para a «incompreensão dos nossos eleitores».

Não o fez para considerar qualquer mudança da sua política, mas para precipitar a concretização do programa contra-revolucionário.

3

Nova escalada na ofensiva contra-revolucionária

O Comité Central do PCP acusa a política do Governo PSD/Cavaco Silva de provocar a desestabilização económica e social e do funcionamento das instituições democráticas, de atentar contra os direitos e liberdades dos cidadãos e de constituir uma ameaça crescente à independência nacional.

O Governo já fez votar na generalidade na Assembleia da República o inconstitucional «pacote» das privatizações que visa a destruição das nacionalizações e compreende a lei do leilão das empresas públicas de comunicação social (votos favoráveis do PSD e do CDS e os votos contra de toda a oposição); a lei de privatização de 49% do capital das empresas nacionalizadas (votos a favor do PSD e do CDS, abstenções do PS e do PRD e votos contra do PCP, «Verdes» e ID); a lei da entrega das participações rentáveis do Estado ao grande capital (com as mesmas votações).

Apresenta agora um pacote laboral revisto em compromissos com a UGT mas que a amplitude da luta dos trabalhadores impede a UGT de apoiar publicamente.

Propõe um pacote agrário que visa a liquidação inconstitucional da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio absentista e parasitário, o roubo dos baldios aos povos, a instabilidade e a expulsão de milhares de pequenos reprodutores, o emparcelamento à força das melhores terras em favor dos grandes proprietários.

Na mesma linha de ofensiva contra-revolucionária, o Governo já pôs em prática ou prepara outros «pacotes» de graves consequências para o nosso povo e os seus direitos como os «pacotes» da justiça, da saúde, da educação, da habitação e da comunicação social.

A actuação do Governo PSD/Cavaco Silva e de toda a reacção revela cada vez mais claramente que ao mesmo tempo que desenvolvem os preparativos para tentarem impor uma revisão subversiva da Constituição, procuram também através dos «pacotes» antecipá-la e facilitá-la em aspectos essenciais. Trata-se de a partir das posições do Governo e da maioria na Assembleia da República tornar as dificuldades dos dois terços necessários à revisão de qualquer norma constitucional, esvaziar antecipadamente e tanto quanto possível o conteúdo da revisão constitucional, comprometer o PS desde já



em alterações de facto à Constituição e, onde não conseguirem atingir esses objectivos, aumentarem o chamado «capital de queixa» contra a Constituição alimentando por esta forma a campanha para a sua revisão subversiva.

Simultaneamente o Governo desencadeia uma nova ofensiva contra as liberdades e direitos dos cidadãos e contra os próprios direitos da oposição na Assembleia da República.

A portaria de requisição dos trabalhadores da Carris automaticamente prorrogável é, na linha da brutal repressão e do uso inconstitucional do *lock-out* contra os trabalhadores da INDEP, um escandaloso atentado contra os direitos dos trabalhadores e especialmente contra o direito à greve que na concepção do Governo pode ser de facto abolido para os trabalhadores dos transportes (e de outros serviços essenciais), através do expediente da requisição.

A recente exoneração do Director do Instituto Nacional de Sangue põe em evidência a tentativa do Governo de fazer reinar como que uma lei do silêncio em toda a administração pública que amordaçando as queixas, as reclamações e os protestos impeça a denúncia de irregularidades, atropelos e situações anómalas.

O propósito do PSD de impor à Assembleia da República a sua Lei Orgânica e o seu Regimento contra a oposição de todos os grupos e agrupamentos parlamentares sem excepção é também revelador da natureza autoritária e antidemocrática do projecto político do partido do Governo.

Assume, por isso mesmo, importante significado político a iniciativa de toda a oposição parlamentar de subscrever um projecto conjunto de Lei Orgânica.

É através da monopolização e instrumentalização dos grandes meios de comunicação social e pela intensificação da demagogia que o Governo Cavaco Silva procura contrariar a atmosfera desfavorável e recompor a sua imagem ensombreada pela perda de apoio e a crescente oposição e resistência popular. O Governo utilizou por isso o recente acordo do Conselho de Ministros da CEE, em Bruxelas, para uma colossal campanha de propaganda mistificadora.

O Primeiro-Ministro proclama que «as negociações de Bruxelas se traduziram num aumento líquido para Portugal de 500 milhões de contos», como se Portugal fosse receber um tão elevado fluxo financeiro. A realidade é que nessa soma estão compreendidas verbas que foram retiradas dos fundos estruturais, verbas que são empréstimos do BEI a pagar mais tarde, verbas que Portugal deixaria de pagar e a linha de crédito para o PEDIP. O acréscimo de ingressos a esperar resume-se a uma linha de crédito anual de 18 milhões de contos durante 5 anos e a um reforço de verbas nos fundos estruturais que não podem iludir a contrapartida da crescente entrega do nosso mercado interno às transnacionais que comandam o processo de integração.

Há que dizer que a insistência e o empolamento dado pelo Governo aos novos fluxos financeiros servem para escamotear que a atribuição e a utilização dos fluxos financeiros comunitários têm servido, no fundamental, a política contra-revolucionária do Governo e os interesses dos grandes capitalistas e dos agrários sendo acompanhada de um aumento grave da corrupção e do clientelismo. Entre outros aspectos, os crescentes défices externos com a Comunidade (2 milhões de contos antes da adesão, 98 milhões no primeiro ano e 300 milhões em 1987), bem como a crescente submissão às transnacionais e ao imperialismo comprovam os efeitos negativos da integração.

A política externa do Governo PSD confirma-se como uma política de submissão ao imperialismo norte-americano e aos círculos mais reaccionários da NATO, intervéntiva contra o processo de desarmamento e desanuviamento, contra a solução política de conflitos regionais com base no direito dos povos à autodeterminação e independência. Disso são claro exemplo a defesa aberta da «teoria da dissuasão nuclear», o seu vergonhoso comportamento na questão do acordo com os EUA acerca das Lajes, a cobertura à acção em Portugal dos fantoches da Unita e da Renamo, a nomeação de um Embaixador em Israel no preciso momento que o povo palestino dos territórios ocupados se levanta contra o ocupante israelita.

4

Por uma crescente oposição de massas Pelo reforço da unidade

O Comité Central do PCP salienta que a evolução recente da política nacional com o ascenso da luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas da população e o recrutamento da oposição à política governamental confirmam que a democracia dispõe de poderosas energias e potencialidades para fazer frente à ofensiva contra-revolucionária conduzida pelo Governo Cavaco Silva.

Desmentindo os presságios pessimistas de alguns democratas, a vida confirma plenamente a apreciação feita pelo PCP, logo a seguir ao 19 de Julho, sobre o carácter conjuntural dos resultados das eleições e confirma também exuberantemente a previsão feita pelo PCP de que o apoio eleitoral obtido pelo Governo não teria correspondência no apoio social e político à sua actuação concreta.

Estas conclusões apontam os caminhos da intensificação da luta e da procura da unidade com os que podem criar as condições para uma crescente oposição de massas à política contra-revolucionária do Governo abrindo a perspectiva de em futuras eleições colocar de novo a direita em minoria e se alcançar uma viragem democrática na vida política.

Na linha das últimas reuniões do seu Comité Central, o PCP chama todos os militantes e simpatizantes a intensificarem a sua acção e a redobramentos de iniciativa:

— **na frente institucional**, através da actividade do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, da actividade dos deputados nas Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, do trabalho nas autarquias, na preparação das eleições para as Assembleias Regionais

dos Açores e da Madeira em Outubro de 1988 e das eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais em 1989;

— **nas organizações, movimentos e organismos unitários**, visando o seu reforço e dinamização, especialmente no movimento sindical unitário e na sua central, a CGTP-IN, nas Comissões de Trabalhadores nas estruturas da Reforma Agrária, nos movimentos de pequenos e médios agricultores, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios empresários, dos reformados, dos deficientes, dos emigrantes, nas colectividades populares, no movimento da Paz;

— **na luta de massas**, contribuindo para que se consolide e desenvolva o magnífico movimento dos trabalhadores actualmente em curso com a justa definição dos objectivos e das formas de luta, reforçando e alargando a unidade alcançada, contribuindo também para impulsionar a luta de outras camadas da população de forma a conduzir à acção o descontentamento já manifestado, dinamizando a preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio;

— **na convergência e unidade dos democratas**, através do estreitamento da cooperação do PCP com os seus aliados mais próximos — «Verdes», Intervenção Democrática e democratas independentes — e da dinamização da CDU, bem como intensificando o diálogo com socialistas, renovadores democráticos e outros partidos democráticos e democratas de vários outros quadros e dinamizando iniciativas unitárias em torno das comemorações do 8 de Março, do 25 de Abril e da defesa da Constituição;

— **no reforço do Partido** e do seu papel como força insubstituível em defesa do regime democrático e para a solução dos problemas de Portugal e dos portugueses.

O Comité Central do PCP considera que constituem tarefas de grande importância as eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, a realizar ainda este ano, bem como as eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, com realização no próximo ano. O objectivo central da democracia nestas eleições não pode ser outro se não o de isolar o PSD

e bater o seu plano de hegemonia e de dominação. Vêem-se por isso com a maior surpresa e preocupação, ante os apelos do PSD para uma «santa-aliança» contra o PCP, as tendências, que se manifestam principalmente em áreas do PS para continuar ou fazer de novo alianças com a direita nas eleições para as autarquias locais. Já era tempo de se compreender que essas alianças contra-natura feitas no passado contribuíram para o espectacular avanço eleitoral do PSD. As teses defendidas no recente Congresso do PS, designadamente a insistência na estafada teoria da bipolarização e alternância, centrada na divisão das forças de esquerda e na tentativa de isolar e enfraquecer o PCP e tendo como objectivo garantir a continuidade de uma política que assegure o reforço e a consolidação do sistema capitalista, não são manifestamente susceptíveis de reforçar o campo da democracia. Nas próximas eleições a democracia defende-se com entendimentos da esquerda e estes só têm sentido e eficácia se compreenderem o PCP.

5

PCP — Força da democracia

O desenvolvimento da vida política nacional mais uma vez confirma o papel determinante do PCP na defesa do regime democrático.

Profundamente ligado aos trabalhadores e às massas populares, o PCP é o único grande partido que firme e consequentemente combate a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva, defende os direitos e interesses dos trabalhadores, as conquistas de Abril, a independência nacional.

No momento actual, desenvolve-se uma intensa e grosseira campanha contra o PCP.

Quanto mais se acentua a crise social, económica e política e o ascenso da luta dos trabalhadores, quanto mais se revela e confirma o papel determinante do Partido na defesa do regime democrático, mais se intensifica essa campanha com vistas a desorientar os membros do Partido, a denegrir a sua direcção, a quebrar a sua unidade e coesão e a enfraquecer o prestígio e influência do PCP junto dos trabalhadores e das massas populares.

Os perigos que ameaçam o regime democrático, a poderosa e grave ofensiva desencadeada pelo Governo PSD/Cavaco Silva contra as principais conquistas de Abril exigem de todos os militantes e organizações uma grande determinação na luta e no reforço e coesão do Partido.

Para o reforço do Partido é indispensável o empenhamento dos militantes na superação das deficiências, na análise colectiva dos problemas e das soluções necessárias no respeito pelos princípios orgânicos e normas estatutárias do Partido, na defesa da coesão e unidade do Partido.

A activa intervenção do PCP nos diferentes domínios da vida nacional, as múltiplas iniciativas realizadas por praticamente todas as organizações, atestam o grande dinamismo do PCP e as potencialidades do seu desenvolvimento.

O reforço do PCP é indispensável para o êxito da luta do nosso povo e das forças democráticas.

O Comité Central do PCP apela a todos os militantes para redobramentos esforços no combate às deficiências existentes, para assegurar o êxito das diversas realizações programadas para o ano em curso, designadamente a realização do XII Congresso a ter lugar de 1 a 4 de Dezembro deste ano.

O XII Congresso reveste-se de extraordinária importância para o PCP e o conjunto das forças democráticas. Os trabalhos preparatórios do XII Congresso, estreitamente vinculados às tarefas correntes do Partido, deverão ser um incentivo ao desenvolvimento e dinamização da actuação partidária.

Nesta perspectiva assumem particular importância as comemorações do 67.º aniversário do PCP (a 6 de Março) que deverão dar lugar a uma ampla acção de esclarecimento sobre a sua política e as suas propostas para a solução dos problemas nacionais, sobre o seu papel na vida democrática portuguesa, sobre os seus princípios ideológicos, funcionamento e carácter de classe, com vista ao reforço da sua coesão, ao fortalecimento da sua organização e ao alargamento da sua influência junto das massas populares, como força imprescindível para a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses.

Resolução do Comité Central sobre o 67.º Aniversário do PCP

67 ANOS DE LUTA AO SERVIÇO DO POVO E DO PAÍS

1

Criado em 6 de Março de 1921 como resultado do desenvolvimento do movimento operário português e sob a influência do triunfo da Revolução Socialista de Outubro, o PCP orientou-se sempre pelos princípios revolucionários do marxismo-leninismo, manteve-se indefectivelmente fiel às suas origens de classe e aos seus ideais libertadores, deles recebendo a inspiração e a força que animaram gerações de comunistas e trabalhadores sem partido ao longo dos duros, difíceis mas exaltantes combates travados nos 67 anos da sua existência.

Tomando desde os primeiros dias, firmemente, posição na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e das massas laboriosas da cidade e do campo, o PCP afirmou-se vitoriosamente como sua vanguarda, apesar da hostilidade, primeiro, das forças políticas dominantes à época da sua formação, e resistindo depois corajosamente à feroz e violenta repressão da ditadura fascista estabelecida em Maio de 1926. Nestas duras condições, o PCP forjou laços indestrutíveis com as massas, tornou-se um grande partido nacional, afirmou-se na teoria e na prática como o partido da classe operária e dos trabalhadores. A sua contribuição para a revolução libertadora do 25 de Abril foi determinante, como determinante tem sido a sua acção na defesa das suas conquistas.

A história do PCP é inseparável da história da luta da classe operária e do povo português ao longo dos últimos 67 anos. Na luta contra o fascismo e o colonialismo, pela liberdade, a democracia e a paz; na luta contra a exploração capitalista e latifundista e as guerras coloniais; na luta pelo avanço do processo revolucionário e em defesa das suas realizações; em defesa da independência nacional, contra a submissão de Portugal ao imperialismo; na luta pelo futuro socialista de Portugal — os comunistas portugueses estiveram sempre nas primeiras linhas de combate.

A classe operária industrial e o proletariado agrícola, os camponeses, os trabalhadores manuais e intelectuais, as mulheres e os jovens de Portugal, habituaram-se a ver no PCP e nos comunistas os mais firmes e coerentes defensores das suas mais sentidas reivindicações e aspirações. Assim continuará a ser no futuro.

2

Ao longo dos 67 anos da sua existência, o PCP acumulou um riquíssimo manancial de experiência cujo conhecimento, estudo e assimilação por todos os comunistas é da mais alta importância para o sucesso da luta em que estão hoje empenhados. E o melhor modo de celebrar o 67.º Aniversário do Partido, o melhor modo de honrar e prosseguir as suas tradições combativas e revolucionárias é reforçando o trabalho virado para as massas, para a organização da luta da classe operária e dos outros trabalhadores, para a defesa dos interesses do povo português e das conquistas da Revolução de Abril.

O processo da revolução portuguesa entrou numa fase crucial. Em torno das conquistas da Revolução e da Constituição da República que as consagra, entre as forças que visam a sua destruição e a restauração do

capitalismo monopolista e do latifúndio e as forças fiéis aos ideais de Abril, trava-se uma difícil e dura luta para o futuro da democracia portuguesa. Numa tal situação o papel do PCP ganha uma importância ainda maior.

Da justeza da sua orientação política, do empenhamento dos seus militantes na organização da resistência e da luta popular contra a ofensiva contra-revolucionária do Governo do PSD, da sua intervenção corajosa e combativa no plano das instituições, da sua persistência em tornar realidade a convergência e unidade das forças democráticas, depende em parte decisiva o resultado desta luta.

Perante a perigosa situação criada com a vitória do PSD nas eleições legislativas de 19 de Julho de 1987, o PCP foi o único partido democrático a fazer uma avaliação objectiva da situação, a sublinhar o carácter conjuntural dos resultados, a manter inalterada a sua confiança nos trabalhadores e no povo, a apontar o caminho da luta contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo de Cavaco Silva, a confiar na possibilidade de derrotar o seu projecto de subversão do regime democrático.

A confirmar a justeza da posição do PCP aí está o vigoroso ascenso da luta da classe operária industrial, dos trabalhadores da Reforma Agrária, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos trabalhadores da Função Pública, da juventude, das populações, aí está o amplo movimento de greves; aí estão as grandes manifestações de massas realizadas no corrente mês contra o «Pacote Laboral»; aí estão as contradições e conflitos no seio das forças reaccionárias, a queda crescente da credibilidade do Governo PSD/Cavaco Silva e o nervosismo que patenteia.

Mantendo-se firmemente na linha das suas tradições revolucionárias, o PCP fará tudo o que dele depender para defender as conquistas da Revolução e impedir a destruição da Constituição da República. O PCP confia nos trabalhadores e no povo; os trabalhadores e o povo português podem confiar no PCP.

3

Celebrar dignamente o 67.º Aniversário do PCP é necessariamente prestar ainda maior atenção e empregar ainda mais energias para que o Partido esteja cada vez mais à altura das suas responsabilidades históricas.

Como a própria experiência indica, a construção do Partido deve ser considerada como tarefa permanente e inseparável da acção prática. A palavra de ordem «organizar e lutar, lutar e organizar» continua hoje inteiramente válida.

Celebrando o 67.º Aniversário é necessário trabalhar permanentemente para que o Partido seja ainda mais forte, mais unido, melhor organizado e estruturado, mais capacitado para integrar num trabalho regular cada um dos elementos do grande colectivo partidário.

Celebrando o 67.º Aniversário é necessário ligar ainda mais estreitamente o Partido com a classe operária e as massas laboriosas do País, enraizá-lo ainda mais profundamente nas fábricas, nos campos, nas escolas, por toda a parte onde trabalham, vivem e lutam os trabalhadores.

Celebrando o 67.º Aniversário é necessário zelar atentamente pela natureza de classe revolucionária do Partido, na sua ideologia, nos seus objectivos, na sua política, na composição de classe dos seus efectivos e da sua Direcção e rejeitar firmemente quaisquer pres-

sões e campanhas que visem o seu abandono e a transformação do PCP num Partido conformado com o poder dos monopólios que a reacção e o imperialismo pretendem restaurar em Portugal.

Celebrando o 67.º Aniversário é necessário preservar e fortalecer características do nosso Partido que consideramos capitais para o acerto na elaboração da linha política, a coesão e a capacidade de intervenção do PCP: o trabalho colectivo, a profunda democracia interna, a compreensão do marxismo-leninismo como doutrina viva indispensável à análise dos novos fenómenos e realidades e à intervenção transformadora.

A defesa e prosseguimento do Portugal de Abril é inseparável da existência e actividade de um PCP cada vez mais forte, mais combativo, gozando de crescente influência e prestígio entre as massas. Da própria experiência do Partido retiramos preciosíssimos ensinamentos para cumprir com êxito esta tarefa.

4

Partido da classe operária e dos trabalhadores, partido nacional e patriótico, o PCP, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, sempre foi, e será um partido internacionalista.

A solidariedade com a luta dos trabalhadores e povos de todo o mundo, a consideração dos países socialistas como principal factor de progresso social e de paz, a acção em prol da unidade do movimento comunista internacional e da amizade e cooperação entre todas as forças do progresso social, a luta contra a política agressiva do imperialismo e em defesa da paz, continuarão a ser direcções da sua actividade.

Ao longo dos 67 anos da sua existência, mesmo nos momentos mais duros e nas batalhas mais difíceis, o PCP jamais perdeu de vista o objectivo revolucionário final da sua luta: a construção em Portugal de uma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

O futuro socialista e comunista de Portugal, por que luta o PCP, resultará necessariamente da realidade concreta do nosso país, nascerá das tradições da cultura, do trabalho e da luta dos portugueses. Simultaneamente o processo da revolução portuguesa insere-se no processo mundial de emancipação dos trabalhadores e dos povos da exploração capitalista e da opressão imperialista. Ao longo dos 67 anos que nos separam da data de fundação do Partido, e sob o impulso sempre renovado da primeira revolução socialista vitoriosa, este processo traduziu-se em êxitos históricos no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

Eles confirmam o carácter irreversível do processo revolucionário e o papel que nele exerce a classe operária e o movimento comunista internacional, fortalecem a nossa convicção e determinação revolucionária, armam-nos com a certeza de que o ideal comunista por que lutamos triunfará necessariamente em Portugal.

Sempre atentos às experiências do passado, às realidades do presente, às perspectivas do futuro — é com inteira confiança que comemoramos os 67 anos de vida e luta do PCP.

Resolução do Comité Central

SOBRE A PREPARAÇÃO

DO XII CONGRESSO

O Comité Central prosseguiu o exame das questões relativas à preparação e realização do XII Congresso do Partido, tendo em conta três aspectos essenciais: a urgência da sua realização, as incertezas acerca da revisão da Constituição e as inadiáveis e decisivas tarefas do Partido na conjuntura política actual.

1.

A urgência da realização do XII Congresso

O Comité Central sublinha a urgência da realização do XII Congresso, não só pelo seu atraso em termos estatutários, como pela necessidade de análise da evolução da situação nacional e internacional desde o último Congresso ordinário e da definição de adequada orientação partidária em todas as esferas da sua actuação.

O último Congresso ordinário do Partido realizou-se em Dezembro de 1983. Nos quatro anos decorridos, a situação económica, social e política do País sofreu importantes alterações que, no seguimento das análises feitas, importa submeter a um exame mais aprofundado.

Importa designadamente discernir a amplitude, a profundidade e o significado dessas alterações e de fenómenos novos no que respeita às estruturas socioeconómicas do País, ao desenvolvimento, ao regime político, à exploração dos trabalhadores, às condições da vida material e cultural do povo, às classes sociais, à política de alianças, às consequências da entrada de Portugal para a CEE, à independência e soberania nacionais.

Importa fazer o ponto da situação no que respeita ao conflito central da sociedade portuguesa entre as forças que querem subverter o regime democrático liquidando as suas principais conquistas e restaurando o capitalismo monopolista de Estado, e as forças que defendem o regime democrático alcançado com a revolução de Abril e consagrado na Constituição da República.

Importa fazer um balanço da actividade do Partido nos anos decorridos, da sua orientação e da sua acção, colhendo experiências e lições, tanto dos êxitos como das insuficiências e erros eventuais.

Importa definir os objectivos políticos, as medidas programáticas, as orientações do Partido na actual situação e na perspectiva a médio e a longo prazo, bem como alterações dos Estatutos de acordo com a rica experiência partidária e medidas relativas ao reforço do Partido em todas as esferas da sua actuação, designadamente no que respeita à Direcção, à Organização, aos Quadros, à Informação e Propaganda, à luta ideológica.

Importa finalmente realizar uma renovação mais profunda da Direcção, com as alterações que se revelam necessárias, fundindo o núcleo mais experimentado e provado com quadros que revelam preencher as condições necessárias para maiores responsabilidades.

A par destas tarefas relativas à situação nacional e ao Partido, caberá ao Congresso proceder a uma análise circunstanciada da situação internacional, de alterações verificadas no mundo, da comunidade socialista, da política em curso nos países socialistas, da evolução do capitalismo e seus processos de integração, do processo de libertação dos trabalhadores e dos povos, da luta anti-imperialista, dos perigos da guerra e da luta pela paz.

A própria natureza, extensão e complexidade das matérias, cujo estudo é aliás parte integrante da actividade diária do Partido, indica a necessidade e importância da realização do XII Congresso.

2.

Implicações da revisão da Constituição

O Comité Central confirma a sua apreciação, constante da resolução política da sua reunião plenária de 10 e 11 de Dezembro passado, segundo a qual a incerteza quanto ao calendário da revisão e quanto ao que dela resultará criam uma dificuldade real à fixação com rigor da data para a realização do XII Congresso.

A revisão da Constituição insere um factor de grande incerteza quanto às perspectivas de evolução da situação económica, social e política nos anos próximos. A situação será necessariamente diferente se o PSD e as forças reacçãoárias conseguirem ou se não conseguirem subverter o regime democrático instaurado com a revolução de Abril, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores, o Poder Local democrático, o princípio da proporcionalidade na representação na Assembleia da República e nos órgãos autárquicos.

O Comité Central considera que a realização do XII Congresso num momento político marcado pela incerteza acerca da revisão da Constituição, constitui uma dificuldade real para que o Congresso possa definir em todos os aspectos a orientação para os anos próximos.

Tendo porém em conta os graves inconvenientes de, pelas razões atrás apontadas, se protelar a realização do Congresso, o Comité Central entende necessário encontrar uma solução que permita ultrapassar tais dificuldades.

3.

Inadiáveis e decisivas tarefas do Partido na grave conjuntura actual

Dado o grau adiantado do processo contra-revolucionário, as novas condições alcançadas pela direita com as eleições de 19 de Julho para intensificar a sua ofensiva e os perigos reais que pairam sobre o regime democrático e a independência nacional, a acção do Partido assume um papel determinante na defesa dos interesses do povo, do País e do regime democrático instaurado com a revolução de Abril.

Ao contrário daqueles que proclamam que «Abril morreu em 19 de Julho» e que com os resultados das eleições de 19 de Julho desapareceram as possibilidades de resistir à contra-revolução e de defender as conquistas democráticas do povo português, o Comité Central insiste em que, apesar dos novos e graves perigos para o regime democrático resultantes da existência de um Governo de direita assente numa maioria de deputados, o regime democrático consagrado na Constituição continua a corresponder aos interesses vitais do povo e do País, impõe-se continuar a luta na sua defesa, e é possível impedir que a direita instalada no poder alcance os seus objectivos.

O poderoso surto de luta dos trabalhadores, as amplas movimentações de agricultores, de jovens, de intelectuais confirmam as conclusões do Comité Central na sua reunião de 21 de Julho, segundo as quais, o

apoio eleitoral alcançado pelo PSD e Cavaco Silva nas eleições de 19 de Julho foi extraordinariamente mais vasto do que a base de apoio social e político à sua política no Governo, e a base de apoio social a uma alternativa democrática é extraordinariamente mais vasta do que o apoio eleitoral obtido pelos partidos democráticos nas mesmas eleições.

Não basta porém verificar esta situação. O Partido é a principal força motora da luta popular e democrática. Cabem-lhe responsabilidades únicas na actual conjuntura.

A direita e todas as forças anticomunistas desenvolvem uma intensa campanha para desviar o Partido destas suas tarefas essenciais, para diminuir a capacidade de resistência do Partido, dos trabalhadores, do povo com o Partido, à ofensiva e aos planos subversivos do PSD, para impedir o reforço da ligação do Partido com a classe operária e as massas que se está verificando dia a dia com o poderoso desenvolvimento da luta popular.

O Comité Central considerou incorrectas e tendentes a imobilizar a acção política fundamental do Partido num momento crucial do regime democrático, as opiniões que subestimam a força, os êxitos e a capacidade de intervenção do Partido, sobrestimar as suas dificuldades e deficiências e defendem que o Partido deveria concentrar o grosso das suas energias no debate interno relativo à sua estratégia, ao programa e à análise da actividade ao longo dos anos com vistas à realização do XII Congresso.

Em tais opiniões está subjacente a ideia de que com o 19 de Julho a contra-revolução alcançou os seus objectivos essenciais, que deixou de ter sentido continuar a luta em defesa do regime democrático e das suas conquistas e que o PCP, desistindo de defender as conquistas da revolução de Abril, deveria aceitar desde já como consumada a liquidação do regime democrático instaurado com a revolução de Abril e a instauração subversiva de um novo regime caracterizado pela restauração do capitalismo monopolista de Estado e graves limitações às liberdades e direitos dos cidadãos.

O Comité Central sublinha que parte fundamental das energias do Partido tem objectivamente que ser consagrada à luta em todas as frentes sociais contra a política do Governo do PSD, ao esclarecimento e mobilização das massas populares, à organização e dinamização das lutas de massas, à acção institucional (em particular na Assembleia da República), ao reforço e melhoramento do Poder Local democrático, à preparação de importantes batalhas políticas, designadamente as eleições para as Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores e para as autarquias e o Parlamento Europeu.

A preparação e realização do XII Congresso não podem nem devem constituir obstáculo à realização destas tarefas, antes devem constituir um estímulo à sua execução.

4.

A preparação e realização do XII Congresso e a intensa actividade do Partido

A partir da consideração destes três aspectos essenciais — a necessidade e urgência de realização do XII Congresso, as implicações da revisão da Constituição e as inadiáveis e determinantes tarefas do Partido na conjuntura actual — o Comité Central decide:

1. Fixar para os dias 1 a 4 de Dezembro a realização do XII Congresso, admitindo desde já, caso

buscas alterações na situação política (positivas ou negativas) o imponham, a necessidade da realização ulterior de um Congresso Extraordinário.

2. **Dinamizar e calendarizar os trabalhos preparatórios do XII Congresso**, de forma a que sejam publicados e distribuídos com tempo bastante a todas as Organizações do Partido para apreciação e debate os projectos de Teses ou de Resolução Política e de alterações aos Estatutos apresentados pelo Comité Central.

3. **Harmonizar a preparação do Congresso com a intensa actividade e luta do Partido na actual conjuntura nacional** considerando para o efeito a distribuição de forças e de tarefas.

4. **Inserir simultaneamente na actividade corrente do Partido, como contribuição à preparação do Congresso grandes iniciativas políticas do Partido**, para o que, no prosseguimento de iniciativas realizadas e paralelamente à realização de Assembleias de Organizações Regionais, Distritais, Concelhias, de Freguesia e de célula e de muitas outras actividades programadas, desde já se increvem na acção do Partido as seguintes: Encontro Nacional de Saúde; Comemorações do 67.º Aniversário do Partido; Encontro sobre a Segurança Social; Encontro Nacional sobre a Agricultura; Encontro sobre Portugal na CEE; Encontro Nacional sobre o Ensino; Encontro sobre Cultura, Desenvolvimento e Património; Encontros sobre o Sector Empresarial do Estado; Encontro Nacional sobre o Sector Automóvel; Encontro Nacional sobre o Poder Local; Encontro sobre a Independência Nacional.

5. **Realizar a Festa do Avante nos dias 9 a 11 de Setembro**, inserindo a preparação do XII Congresso como tema político central da Festa.

A Comissão Política calendarizará o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios do Congresso e a realização das grandes iniciativas políticas do Partido.

5. Recomendações para o Regulamento do Congresso

Segundo as decisões tomadas na reunião plenária de 10/11 de Dezembro de 1987, o XII Congresso culminará três fases preparatórias: 1.ª — a elaboração de documentos preparatórios (estudos, propostas e sugestões) como base do trabalho do Comité Central; 2.ª — a elaboração pelo Comité Central das Teses ou projecto de Resolução Política do XII Congresso, procurando para tal a contribuição o mais larga possível de organizações, militantes e especialistas não membros do PCP; 3.ª — a apresentação pelo Comité Central das Teses ou projecto de Resolução Política às Organizações do Partido para debate e propostas de emendas (de que resultará a redacção final do projecto de Documento ou Documentos a levar ao Congresso) e a eleição de delegados ao Congresso.

Dando desde já andamento ao trabalho preparatório, o Comité Central apela a todos os organismos e militantes para que, além do que é solicitado, dêem a sua contribuição para a recolha de dados, enviando ao Comité Central (Secretariado Político Permanente) preferencialmente através da sua organização, todas as informações de carácter objectivo que considerem úteis, bem como sugestões e opiniões, se o entenderem, em relação a quaisquer aspectos da situação nacional e internacional e da actividade do Partido.

O Comité Central aprovará o Regulamento relativo à terceira fase preparatória e o projecto de Regulamento do Congresso a ser votado pelo próprio Congresso.



Entretanto, o Comité Central aprova desde já um conjunto de recomendações relativas às diferentes fases preparatórias do Congresso, bem como algumas normas que deverão ser tidas em conta pela Comissão Política quando da elaboração dos Projectos dos regulamentos referidos:

1.ª — Deverá ser consagrada a ligação e complementaridade das três fases preparatórias e do Congresso propriamente dito.

2.ª — Devem assegurar-se métodos de trabalho de forma a que a elaboração pelo Comité Central das Teses ou projecto de Resolução Política, alterações dos Estatutos e outros documentos a levar ao Congresso assente numa ampla consulta, participação e intervenção dos organismos e dos membros do Partido.

3.ª — O debate no Partido das Teses ou projecto de Resolução Política do Comité Central (3.ª fase dos trabalhos preparatórios) deverá realizar-se em todas as Organizações do Partido (em Plenários ou Assembleias), assegurando-se a intervenção, participação e contribuição dos militantes.

4.ª — É de considerar a possibilidade de votação na generalidade pelas Organizações do Partido das Teses, ou projecto de Resolução Política e alterações dos Estatutos apresentadas pelo Comité Central, devendo as propostas de emendas na especialidade ser transmitidas à Comissão ou Comissões de Redacção a formar.

5.ª — Os Plenários e Assembleias deverão eleger os seus delegados ao Congresso de entre os mem-

bros do Partido que pertençam às organizações respectivas. Poderão ser eleitos nos Plenários e Assembleias membros do Partido que desempenhem directamente em relação às organizações respectivas funções de responsabilidade.

6.ª — Deve assegurar-se a democraticidade da eleição, considerando a rica experiência do Partido, examinando as situações concretas e encarando necessários aperfeiçoamentos.

7.ª — Sem prejuízo do direito dos delegados expressarem no Congresso as suas opiniões próprias e fazerem as propostas que entenderem, eles devem obrigatoriamente transmitir, em eventuais intervenções, a opinião das Organizações que os elegeram, em matérias que tenham por estas sido consideradas.

8.ª — Todas as sessões do Congresso serão realizadas em Plenário.

9.ª — Nos termos dos Estatutos em vigor, a eleição do novo Comité Central pelo Congresso será feita na base de proposta a apresentar pelo Comité Central cessante que, para a sua elaboração, procederá (através do Secretariado do Comité Central) a ampla recolha de informações e opiniões acerca dos quadros.

Na situação social e política presente a actividade do Partido, estreitamente ligado à classe operária e às massas populares, constitui um extraordinário factor para conferir à preparação e à realização do Congresso uma dinâmica de luta e de confiança.

Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 739

26 de Fevereiro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

2.º ENCONTRO NACIONAL de SAÚDE

Sábado e domingo na Junta de Freguesia de Alcântara

Lisboa

com a presença do camarada **Álvaro Cunhal**

na Saúde Também Temos Alternativa

Sexta 26

• TORTOSENDO

Plenário de militantes, com a presença do camarada **António Gervásio**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• MIRANDA DO CORVO

Reunião plenária da Comissão Concelhia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• ARGANIL

Reunião da Comissão Concelhia, às 21.00 no Centro de Trabalho.

• FIGUEIRA DA FOZ

Plenário de militantes do concelho, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **Vasco Paiva**, membro do CC do PCP.

• LARANJEIRO

Plenário da Organização, para eleição de delegados à 5.ª Assembleia do Concelho de Almada, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **Raimundo Narciso**, membro do CC.

• ALMADA

Debate sobre Comunicação Social, às 21.00, no Centro de Trabalho concelho, com a presença do camarada **Armando Pereira da Silva**.

• ALGUEIRÃO

Plenário de militantes de células de empresas, às 18.30, no Centro de Trabalho; às 21.30, projecção do filme «O Ano do Dragão».

• MONTELAVAR

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

Sábado 27

• BARREIRO

Convívio da Organização da Função Pública, às 15.30 no Centro de Trabalho concelho.

• CHARNECA DA CAPARICA

Reunião plenária para eleição de delegados à 5.ª Assembleia de Almada, às 15.30, na sala do Centro de Reformados ao **Mário Casimiro**.

• COVILHÃ

Plenário de militantes, com a presença do camarada **António Gervásio**, membro da CP do CC do PCP.

• COIMBRA

Reunião Plenária da Comissão Distrital, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• CONDEIXA-A-NOVA

Comemoração do 67.º Aniversário do Partido, a partir das 13.00, na Escola, com matança de porco, convívio, música popular com o grupo «Rodina» e fados.

• PORTO

Segunda Assembleia da Organização de Freguesia do Bonfim, às 15.00 no salão da Junta de Freguesia; às 19.00, jantar-convívio seguido de noite de fado.

• SEIXAL

Plenário concelho de propaganda, às 15.00, no Independente Futebol Clube Torrense, com a presença do camarada **Vitor Neto**, membro do CC.

• BARREIRO

Plenário de Quadros, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• LISBOA

«Encontro Distrital do Partido sobre a acção dos comunistas no movimento das Comissões de Trabalhadores», durante todo o dia, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença do camarada **Octávio Pato**, membro da CP do CC do PCP.

• RIO DE MOURO

Plenário de militantes, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• SINTRA

Plenário de Célula da CMS, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• MARVILA

Jantar, às 20.00, no Salão do Vale Formoso Futebol Clube, para comemorar o 67.º Aniversário do Partido.

• SANTARÉM

Encontro de eleitos e activistas da CDU do concelho, às 15.00, no Centro de Trabalho da DORSA.

• FAJARDA/CORUCHE

Reunião de eleitos CDU, às 15.00.

• LAMAROSA

Reunião de eleitos da CDU, às 15.00, na Junta de Freguesia.

sença do camarada **Joaquim Miranda**.

• FIGUEIRA DA FOZ

Encontro concelho de eleitos nas autarquias e activistas da CDU, às 10.00, no salão da Junta de Freguesia de Vila Verde.

• CASTELO BRANCO

Almoço, nas Minas da Panasqueira, com a presença do camarada **António Gervásio**.

• SANTARÉM

Reunião da DORSA, às 10.00.

• BRAGA

Reunião de Quadros do Distrito, às 10.00, na Escola Preparatória André Soares, com a presença do camarada **Blanqui Telxeira**, membro da CP do CC do PCP.

Domingo 28

• SINES

Sessão, sobre «As Pescas e a CEE», às 10.00, no Salão Nobre da CMS, com a pre-

Segunda 29

• PENACOVA

Reunião de eleitos autárquicos do concelho, às 21.00, no lugar da Ronqueira.

• PORTO

Conferência-debate subordinado ao tema: «As Novas Tecnologias e a Luta de Classes, Hoje, em Portugal», às 21.30, com a presença do camarada **Franklim Pereira**.

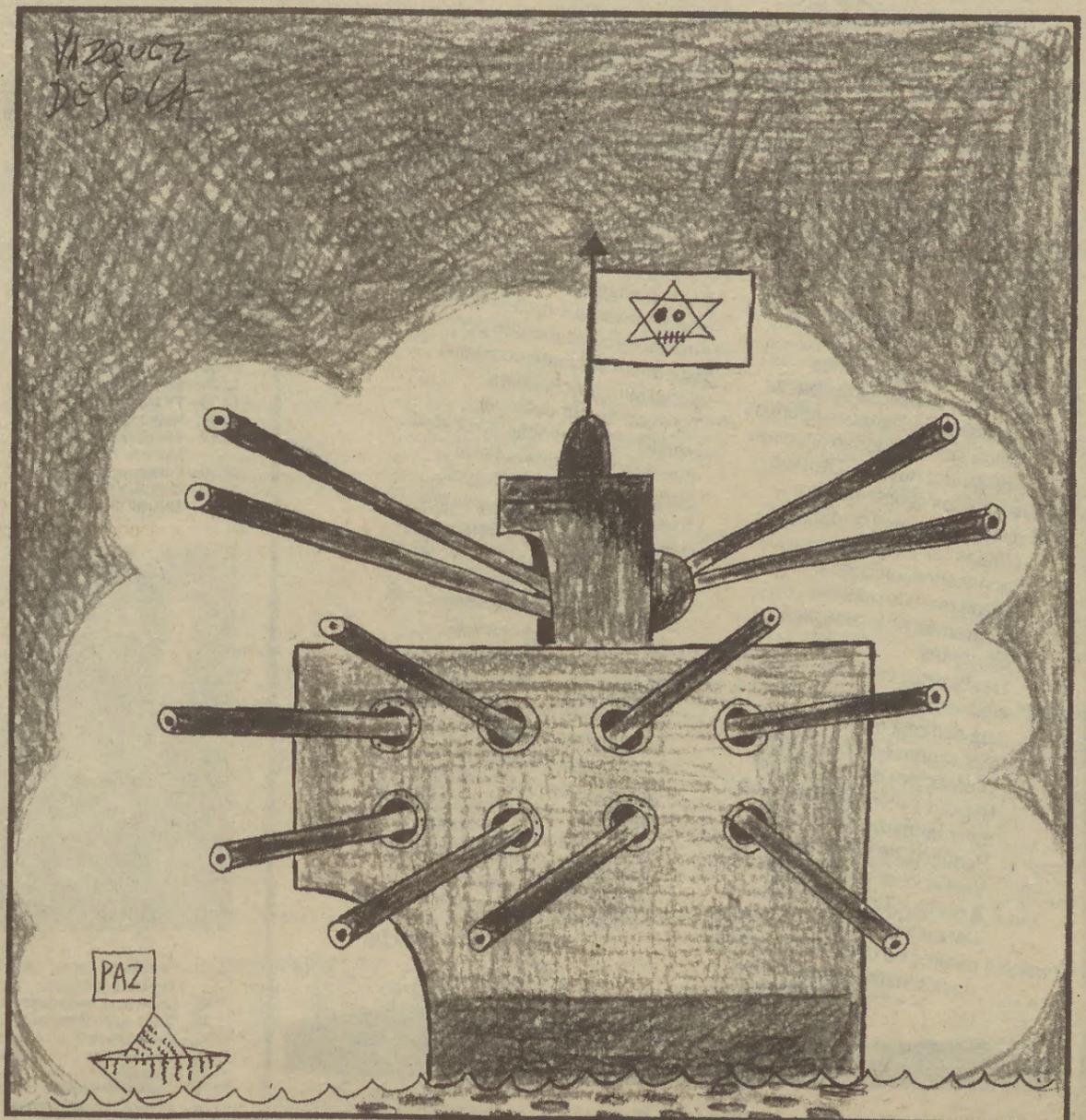
• SINTRA

Plenário de Quadros, às 20.30, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro, com a presença do camarada **José Casanova**, membro da CP do CC do PCP.

Quarta 2

• TORRES NOVAS

Reunião de bancários, às 17.30, no Centro de Trabalho.



VAZQUEZ DE SOLA — Espanha. in «Mundo Obrero» n.º 477 de Fevereiro de 1988

plenário concelho



sobre informação e propaganda

Torre da Marinha

Sábado

27 de Fevereiro de 1988
15 Horas

INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE TORRENSE

com a participação do camarada **VITOR NETO** do C. Central

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES
comissão concelho do seixal

MELHORAR O TRABALHO
REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO



Neste número do **Contraponto:**

- a revisão constitucional
- o pacote agrário
- as recentes lutas e manifestações dos trabalhadores
- o 67.º aniversário do PCP
- reportagem em Constança, um dos mais recentes exemplos da gestão CDU nas autarquias

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Antó,** de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **O Destino Morreu de Repente,** de Alves Redol, enc. de João Mota.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile,** adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's,** de Georges Feydeau,

pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço (até 28/2).

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado,** de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.

Teatro Nacional, Sala Garrett. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino,** de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, As Duas Cartas, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom., às 20.30 e

23.00, dom., às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque,** de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço,** enc. Armando Cortez.

• ESTORIL

Teatro Mirta Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baicão,** de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e

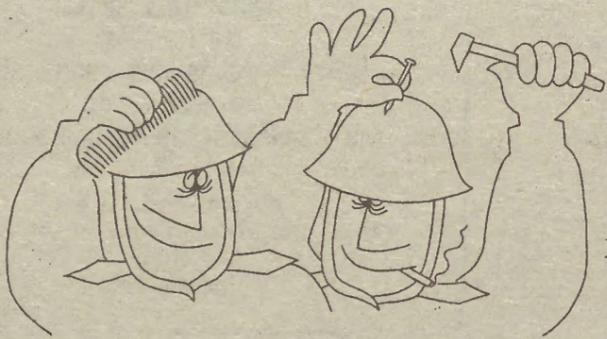
dom., às 16.00. **O Médico à Força,** de Moïse, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. **A Moda da Minha Avó,** pelo Teatro de Animação os Pape-Léguas.

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico,** de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.



a noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear.

Um alerta dos cientistas

Direcção de **Evgueni Velikhov,** vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

Nunca será de mais sublinhar o impacto sensacional das conclusões de eminentes cientistas soviéticos baseadas nas suas investigações sobre os efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear. Os seus resultados concordaram plenamente com os dados obtidos por cientistas americanos, embora tenham usado metodologias e programas de investigação diferentes.

Destacados cientistas soviéticos e americanos apresentaram a sua sombria e perturbadora mensagem em conferências internacionais realizadas em Moscovo e Washington e num seminário na Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano, em Janeiro de 1984. A conclusão dos cientistas é clara e inequívoca: o emprego mesmo de uma pequena parte do arsenal nuclear que hoje

existe no mundo resultaria numa «noite nuclear» e num «Inverno nuclear» que acabariam por causar um desastre ecológico global sem precedentes. Tal «bomba atmosférica» significaria a extinção de tudo o que de vivo existe na Terra. Este livro cobre as principais investigações sobre o assunto realizadas pelos cientistas soviéticos sob os auspícios da Comissão de Cientistas Soviéticos para a Defesa da Paz contra a Ameaça Nuclear. Os destacados cientistas soviéticos que contribuíram para esta colectânea descrevem de maneira acessível, mas com um nível científico elevado, a essência dessas investigações vitais, que podem vir a tornar-se o ponto de viragem nesta insensata e extremamente perigosa corrida aos armamentos nucleares.

edição ilustrada
182 págs. — 950\$00

edições **Avante!**

A diferença de uma visão científica do mundo

TV

O Programa

Sexta 26

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada», 124.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.25 - Série - «Os Anos Não Contam»
18.55 - Série - «O Império de Carson», 97.º epis.
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela - «Roque Santeiro», 97.º epis.
21.15 - Série - «Sonhos de Ontem», 4.º epis.
22.15 - O Programa das Festas
22.40 - Richard Clydesman
23.10 - 24 Horas
23.40 - Remate



23.50 - Pela Noite Dentro - «Perry Mason - O Caso de um amor Antigo», real. Ron Satlof (EUA/1987).

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha
15.40 - Série - «O Século Americano», 1.º epis.
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes», 197.º epis.
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Clube de Jornalistas
22.00 - Série - «Fontamara», 2.º epis.
22.55 - Troféu.

Sábado 27

RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.05 - Série - «A Água e a Vida»
12.30 - TV Mulher
13.00 - Notícias
13.10 - Série - «A Vida e o Mundo»
14.00 - Parlamento
14.30 - Concurso: «Sobe e Desce»



15.40 - Sessão da Tarde: «Amor em Terra Estranha»
17.25 - Desenhos Animados
17.40 - Quem Cala Consente
18.10 - ViváMúsica
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.00 - Boletim Meteorológico
21.05 - Série: «Cobardias»
22.00 - Espectáculo: «Ibiza/92»
23.00 - Cinema da Meia-Noite: «Exorcista II - O Herege», Real. John Boorman (EUA/1977).

RTP2

09.00 - Compacto Totally Live
13.00 - Compacto Tudo ou Nada
16.00 - Troféu
20.00 - Som da Surpresa
21.00 - Uma Boa Ideia (1.º epis.)
21.30 - Série: «Melba» (1.º epis.)
22.25 - Concordo ou Talvez Não - «O Humor».

Domingo 28

RTP1

09.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.00 - 70 x 7
13.00 - Notícias
13.10 - Série: «Pequenas e Médias Empresas - Uma Aposta no Futuro»
13.40 - Série: «Casa de Irene»
14.05 - Série: «A Sombra do Monte Fuji»
14.55 - Desenhos Animados
15.20 - Primeira Matinée: «Casamento Real», Real. Stanley Donen (EUA/1951)
17.00 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «Um Anjo na Terra»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Eu, Show Nico
21.30 - Série: «Pais e Filhos»
22.30 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - A Infância Antes dos 5 Anos
13.00 - Music Box Especial: «Paul Young»
14.00 - Caminhos
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
17.05 - Série: «A Cura em Causa»
18.00 - Série: «5.ª Dimensão»
18.55 - Plano Bar
20.00 - Série: «Quem Sai aos Seus»
20.25 - Artes e Letras: «Turner e o Deus Sol»



21.30 - CineClube: «A Mulher Fantoche», Real. Josef von Sternberg (EUA/1935).

Segunda 29

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Um Certo Sorriso
18.55 - Série - «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.10 - Concurso - «Com Pés e Cabeça»
22.50 - 24 Horas
23.20 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.35 - Um Retrato de Glenn Gould
16.40 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto

19.00 - Fórmula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.55 - Teatro Estrangeiro - «Os Abençoados»

Terça 1

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.25 - Série - «Passeio Taurino»
18.55 - Série - «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola



20.25 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.20 - Programação da Direcção de Informação
22.15 - Série - «Acção em Miami»
23.10 - 24 Horas
23.40 - Especial Rally de Portugal
00.05 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Dois Dedos de Conversa
15.30 - Rally de Portugal
16.30 - Série - «Dallas»
17.20 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Série - «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 - Cinemadols - «A Mulher do Aviador», real. Eric Rohmer (França/1980)

Quarta 2

RTP1

10.00 - Às Dez
11.25 - Rally de Portugal
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.25 - Série - «Espeleologia»
18.55 - Série - «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.05 - Lotação Esgotada - «O 4 Cavaleiros do Apocalipse», Vincente Minnelli (EUA/1961)
23.45 - 24 Horas
00.15 - Especial Rally de Portugal

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Plano Bar
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
20.00 - Série - «Cidade Nua»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Fantasia e Realidade
22.00 - Clube de Imprensa
22.45 - Série - «O Firm do Império Britânico»

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
C	Debalxo de Olho	—	—	★★	—	—
D	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	Os Rapazes da Noite	—	—	★★★	—	—
F	Sem Eira nem Belra	—	—	★★★	★★★	★★★

Classificação de * a *****

A — Real. Adrian Lyne — *Alfa/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Mundial/1* (14.00, 1.30, 19.00, 21.30), *S. Jorge/1* (15.30, 18.30, 21.30), *Star* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

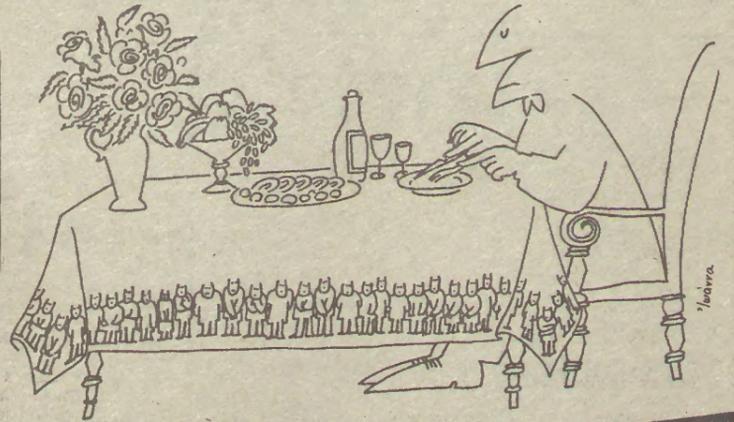
B — Real. Wim Wenders — *Quarteto/3* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

C — Real. John Badham — *Alfa/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Amoreiras/6* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Berna* (14.00, 16.30, 19.00, 21.00); *Mundial/2* (14.00, 16.45, 19.00, 21.45); *Tivoli* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

D — Real. Bernardo Bertolucci — *S. Jorge/3* (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.

E — Real. Joel Schumacher — *Alfa/4* (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.45); *Xenon* (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

F — Real. Agnès Varda — *Quarteto/1* (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.



...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Aula Magna — Dias 26, 27 e 28, concerto com Nuno da Câmara Pereira. São convidados especiais os seus irmãos Domingos, Gonçalo e Francisca e ainda o Grupo de Cantares de Portel.

Forum Picoas — Preço: 200\$00

(100\$00 até aos 25 anos). Dia 27, às 12, concerto com o violoncelista Andrzej Michalczyk e o Quinteto de Sopros da Orquestra Gulbenkian. Obras de Bach e Hindemith.

Fundação Gulbenkian — Grande Auditório, dia 26, às 18.30, concerto pela Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Stephen Bishop-Kovacevich. Obras de Beethoven e Mozart; dia 27 às 15.00 e dias 28 às 12.00, no Atrio da Biblioteca e Museu, dois concertos com a colaboração do Serviço de Música, entrada livre. Obras de Telemann, Haydn e Beethoven no primeiro concerto e de Mozart e Schumann no segundo; dia 29, às 18.30, recital com Marie Leonhardt (violino), Ana Castro (cravo) e Luísa Vasconcelos (violoncelo); dia 1, às 18.30, recital de piano com Barry Douglas que interpreta obras de Tchaikovsky, Chostakovitch e Brahms.

Hot Clube de Portugal — As 23 e 00.30. Dias 26 e 27, Jazz com o Quinteto de Nana Sousa Dias formado por Nana Sousa Dias (sax), João Palma (teclas), António Pinto (guitarra), Paulo Jorge (baixo) e Henry Sousa (bateria).

Teatro S. Luiz — Dia 28, às 17.00, concerto com o Trio da Vincl formado por Elizabeth Allen, Max Rabinovits e Donald McCall. Obras de Mozart, Beethoven e Brahms; dia 28, às 11.00, recital com Beata Halska (violino) e Isabel Rocha (piano). Obras de Beethoven; dia 1, às 18.30, concerto com a pianista Cremilde Rosado Fernandes e um quarteto de cordas formado por Vasco Barbosa e Paulo Vieira (violinos), Teresa Abreu (viola) e Kenneth Frazer (violoncelo). Comentários pelo maestro José Atalaya.

ESTREIA DO GRUPO DE TEATRO A PAPOILA

COM A PEÇA A CASA DE BERNARDA ALBA ALPIARÇA

27 DE FEVEREIRO 1988 às 20h. NO C.T. DO P.C.P.



ABERTURA DE UMA EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS

ESTARÁ PRESENTE A CAMARADA ALDA NOGUEIRA QUE FALARÁ SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER

Walter Lassaly e David Sylvester, Sean Hudson e Lutz Becker (dia 29, às 21.30).

Tribunais e Cinema: Daniel (Passado sem Resgate/1983), de Sidney Lumet, com Timothy Hutton e Mandy Patinkin (dia 26, às 18.30, leg. em port.).

Filmes de Souleyman Cissé: Finyé (O Vento/1982), dia 27, às 18.30; *Yeelen* (Luz/1985-87), dia 27, às 21.30. Ambos em versão original.

Forum Picoas — As 19.00 e 22.00. Preço: 200\$00 (150\$00 com cartão jovem). Cópia legendada em português.

1941 — Ano Louco em Hollywood (comédia/1979), de Steven Spielberg (dia 26).

Dezembro de 1941. Alguém tempo após o ataque a Pearl Harbor, um submarino japonês assola a costa nordeste da Califórnia. O seu objectivo é atingir um alvo que baixe o moral aos americanos, recaído a escolha em Hollywood.

Encontros Imediatos do Terceiro Grau (ficção científica/1977), de Steven Spielberg (dias 27 e 28).

A fantástica aventura de uma equipa de cientistas que consegue entrar em contacto com seres extraterrestres. Uma verdadeira obra-prima.

Louca (Nuts), de Martin Ritt (antestrela dia 29).

Porto

Auditório Carlos Alberto — Dia 27, às 18.00, concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP/Porto com a violoncelista Gisela Neves, sob a direcção do maestro Günther Arglebe. Obras de El-

gar, Mozart e Schubert; dia 29, às 21.30, recital de violoncelo e piano com José Augusto Pereira de Sousa e Frank Reich.

Viseu

Auditório Gulbenkian — Contos da Loucura Normal (1981), de Marco Ferreri (dia 26, às 21.30).

Um escritor alcoólico sobrevive com o dinheiro da ex-mulher que se dedica à prostituição. Durante esse período vai tendo várias ligações, uma das quais com uma prostituta masoquista que acaba no suicídio. Baseado no romance «Erections, Ejaculations, Exhibitions and General Tales of Ordinary Madness», do escritor norte-americano Charles Bukowski.

Mostra de Dança Brasileira

Por iniciativa do Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte (ACARTE), da Fundação Gulbenkian, vai realizar-se, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, a «Mostra de Dança Brasileira Contemporânea», que decorrerá de 26 do corrente a 19 de Março.

Dias 26 e 27, às 21.30 e dia 28 às 16.00, «Under Skin», espectáculo com interpretação de poemas, textos e gravações de Garcia Lorca e Artaud, corporizando as palavras simbolicamente.

Bailado

No Teatro Municipal de S. Luiz apresenta-se a Companhia Nacional de Bailado do Teatro de S. Carlos. Dias 26 de Fevereiro e 2 de Março às 21.30, dia 27 de Fevereiro às 16.00. Programa: Variações Paganini e Carmina Burana.

Debate

Debate sobre a actual fase de construção da sociedade socialista na RDA, com o camarada Heinz Puder, vice-chefe da secção de propaganda do CC do PSUA. Hoje, visita e conferência no distrito de Évora; amanhã, às 15.30, em Olhão no salão do Sindicato das Conservas.

Exposições

LISBOA

Ana Leonor e Luís França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença. Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

Alda Nobre — Pintura. Galeria Monumental, Campo dos Mártires da Pátria.

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG. Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Artur Bual — Pintura. Galeria Santa Justa, Rua de St.ª Justa, 93-2.ª. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 29/2).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menz, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarde — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Caboverdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Colecção da Livraria Buchholz, Lda. — Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Artex, Rua Nova do Almada, 85-87. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00 (até 5/3).

Estêvão Soares — Aquarelas e óleos. Espaço do Pintor, Rua de S. Nicolau, 119-2.ª. Dt.º. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00 (até 26/2).

Fernando Curado de Matos e Sérgio Eloy — Fotografia «Texturas». Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00.

Fernando Lanhas — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 40 (até 29/2).

Helena Sá e Dulce Farinha — Tapeçaria. Museu Nacional do Traje (ao Lumiar).

«Humor na Transição do Século» — Livraria Bertrand, Rua Garrett, 83. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 19.00 (até final de Fevereiro).



Tulio Pericoli em Lisboa

Inácio Matsinhe — Pintura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38.

João Branco — Cerâmica. Galeria Da Vinci, Rua de Belém, 77. Sáb. e dom. das 13.00 às 19.00.

João Vieira — Museu de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes. Diariamente das 10.00 às 17.00, excepto 2.ª e feriados.

José Afonso Furtaido — Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Solitre, 146. De 2.ª a 6.ª das 09.30 às 13.00 e das 15.30 às 20.00 (até final de Fevereiro).

José Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.ª. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

Luís Gonçalves — Óleos. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 5/3).

Mário Rita — Pintura. SNBA. Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00.

Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Rui Cunha — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00 (até 12/3).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.ª. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Tullio Pericoli — Desenhos. Instituto Italiano de Cultura, Rua do Salitre, 146. De 2.ª a 6.ª das 09.30 às 13.00 e das 15.30 às 20.00 (até 1/3).

Vagner de Marchi — Pintura. Adeias, Rua do Norte, 23 de 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 16.00 (até 4/3).

Triluz — Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 21/2).

PORTO

Colectiva — Galeria Antiqua, Rua do Salgueiral, 62. Diariamente das 6.00 às 22.00 (até 7/3).

Domingos Pinho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Fernando Távora — Desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 8/3).

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Julien Chaves — Pintura. Galeria Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Manuel Botelho — Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 17/3).

«O Nuclear Aquil Tão Preto» — Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Modernistas Portugueses (anos 30/40) — Galeria Roma e Pavia, Rua D. Manuel III, De 2.ª a sáb. das 14.30 a 22.00.

Teresa Magalhães — Pintura. Sala Atlântica, Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até final de Fevereiro).

«Do Tear à Moda» — Centro Regional de Artes Tradicionais, Rua da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.30 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Zulmiro de Carvalho — Escultura. Galeria JN, Rua Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.



... Maria Antónia Santos em Braga

OUTRAS LOCALIDADES

Ward Janssen — Pintura e desenho. Centro Cultural São Lourenço (até 18/3) ALMANSIL.

Gravuras da Colecção Calouste Gulbenkian — (Museu (até 6/3) AVEIRO.

«As Festas» — Convento de Verdereira. Aossáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

Maria Antónia Santos — Tapeçarias. Galeria da Universidade (até 9/3) BRAGA.

Luís Rodrigues — Pintura e desenho. Sala do Castelo da Ass. de Artes Plásticas (até 28/2) CAMPO MAIOR.

Arqueologia — Galeria da JF de Cascais (até ao fim de Fevereiro). CASCAIS.

Cláudia Lima — Pintura. Galeria do Teatro Municipal Mirta Casimiro. De 3.ª a sáb. das 18.00 às 24.00, dom. das 15.00 às 20.00 (até 11/3) CASCAIS.

Colectiva — Galeria Viragem, Associação de Artes Plásticas, Avenida Marechal Carmona, 6-B. Diariamente das 15.00 às 19.00. CASCAIS.

Vasco Elói — Desenho. Teatro Municipal Mirta Casimiro. CASCAIS.

Avelino Sá — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Mus. Nac Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Paulo Frade — Pintura. Círculo de Artes Plásticas. COIMBRA.

Cristina Ataíde e Pedro Croft — Objecto em pedra. Galeria de

Colares, Rua Fria, 2. De 6.ª a dom. das 15.00 às 20.00. COLARES.

Contrapontos — Arcada. Arcadas do Parque, 18. Diariamente DAS 11.00 às 20.00 (excepto à 3.ª) ESTORIL.

Zé Penicheiro — Pintura. Palácio D. Manuel. ÉVORA.

Vitorino de Sousa — Escultura. Casa do Adro, Museu Municipal. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 6/3) LOURES.

Manuel Filipe — Pintura. Galeria Municipal do Palácio dos Anjos. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 11/3) OELRAS.

João Orvalho — Pintura e desenho. Galeria de Arte da Pousada do Castelo (até 29/2). PALMELA.

Augusto Grácio — Aquarelas. Galeria, Rua Elias Garcia, 43. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.00, sáb. e dom. das 15.00 às 20.00 (até 27/2). PAREDE.

Colectiva — Centro de Arte, Rua Alão de Moraes, 473. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 23.00, dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/3). S. JOÃO DA MADEIRA.

Sérgio Eloy — Fotografia. Forum do Centro Cultural Regional, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16. SANTARÉM.

Colectiva — Catá-

lia. Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe (até 4/3). SETÚBAL.

Helder Cerqueira — Casa do Bocado/Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00.

Manuela Cardoso — Pintura. Catéria, Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe (até 4/3). SETÚBAL.

Pereira de Sousa — Fotografias. Casa do Bocado, Rua Edmond Bartisol. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30 (até 27/2). SETÚBAL.

Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional. SINTRA.

Manuela Portelinha — Fotografia. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada da Galeria, 12. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00. TAVIRA.

Colectiva — Galeria Neupergama, Rua Miguel Bombarda, 15, 35 e 37. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 18.00, dom., das 16.00 às 18.00 (até 28/2) TORRES NOVAS.

Pedro Tudela — Pintura/Instalação. Forum/Visu, Casa Museu Almeida Moreira (até 6/3) VISEU.

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento moderado de leste e geada.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

A «alegada» repressão...

A informação na RTP divide-se em dois grandes núcleos: a informação para os amigos e a informação para os outros.

No primeiro cabe tudo o que diz respeito aos americanos, aos israelitas, aos brancos da África do Sul. No segundo metem-se os soviéticos, as novas nações africanas e, no plano nacional, a oposição do Governo. Para os amigos da UGT (a presença de Torres Couto está a tornar-se uma obsessão diária, ao nível de todos os blocos informativos!) são mãos rotas. Mas se se tratar da CGTP, restam umas migalhinhas mal situadas e mal aproveitadas.

Para os amigos, a informação confunde-se com a promoção, se a notícia é favorável. Mas se os casos são nefastos, **Telejornal** (para só referir o mais importante bloco) diminui, minimiza, empobrece.

Dois exemplos apenas. A infâmia dos quatro jovens palestinianos enterrados vivos pelos israelitas, passou de raspão. Falaram frouxamente no assunto e depois esqueceu.

Em Gaza e na Cisjordânia, os palestinianos nunca são assassinados: são mortos que resultaram dos confrontos...

Atinge-se o clima de pura anedota. Recordemos: o locutor de um **Jornal da Tarde**, ao domingo classificou de «alegada» a repressão israelita!!!

Querem melhor?...

A clivagem

Isto não significa que a informação na RTP silencie totalmente todos os problemas. Há, por vezes, maneira criteriosa de informar como é o caso, digamos, da presença de Santos Pereira, do «**Expresso**», e de Alberto Vilaverde Cabral, de «**o diário**». Tal presença justificava-se dada a notícia infeliz enviada por Vasco Lourinho, a propósito do Congresso do Partido Comunista Espanhol. Notícia altamente ideológica, sem a necessária base de objectividade, com algumas contradições evidentes.

Segundo o Lourinho, o PCE não tinha valor nenhum, e repare-se nos seus poucos deputados... Mas logo acrescenta que é enorme a sua influência social, se repararmos o apoio que lhe dão as «Comissões Obreras» capazes, só por si, de «paralisar a Espanha». Então em que ficamos?...

Voltando aos critérios de informação. Se, por vezes, não silenciam, procedem a uma clivagem especial. Recordemos a presença de Perez de Cuellar em Angola.

De facto, o **Telejornal** referiu o assunto. Deu algumas imagens. Mas não «puxou» pela matéria com a importância que ela apresentava. Mais e melhor se fez no «**Jornal das Nove**», em que ouvimos Perez de Cuellar dizer coisas assim: «Encontrei neste país a vontade política de achar uma solução».

Por quê se ouviu no **Jornal das Nove** aquilo que não se ouviu e viu no **Telejornal**? Pela razão simples da audiência ser menor...

Compreende-se o sentido da clivagem...

A batota

Vem o Primeiro-Ministro de Bruxelas eufórico, exuberante. Ah, agora sim, agora é que vai ser, Portugal está feliz, saiu-lhe a sorte grande, nada mais nada menos de quinhentos milhões de contos que a CEE nos oferece para desbravar os caminhos da modernidade, blá-blá, blá-blá...

Mas será assim? Não será? Serão mesmo os quinhentos milhões de contos? Não há nada a deduzir? E como pagará Portugal essa factura?

Também temos o pacote laboral, de consequências escondidas pelo Governo.

E temos o «pacote de Justiça» ao de leve, levemente tratado na TV.

E as greves? Afinal os culpados são os trabalhadores, como disse o ministro Oliveira Martins?

Afinal também como disse o tal ministro, o salário médio de um trabalhador da Carris é mesmo de 98 contos?

E os escândalos e os problemas no Ministério da Saúde? É legítimo que deles tenhamos conhecimento apenas através de Leonor Beleza?

A subida de Cavaco ao poder transformou radicalmente os dados da nossa democracia ao nível da informação, como a tantos outros níveis. Na televisão desapareceram os debates, os confrontos. Cavaco diz, ninguém desdiz. E se ao povo português lhe sonegam a discussão dos assuntos, como pode ele, depois, resolver em liberdade? Que liberdade de julgar é essa aonde falta a liberdade de saber?

Informação não há, na RTP, com algumas excepções. Há propaganda. Ou seja: há batota.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A «vitória pessoal» de Cavaco Silva em Bruxelas, «à revelia ou mesmo contra» a delegação que o acompanhava, «vencendo a resistência da Comunidade» e «arrancando» uma linha especial de apoio para a indústria portuguesa — a propalada «vitória» não é a dádiva do céu que apregoa... e parece que nem foi dele!

Foi, por outro lado, efémera: largamente publicitada nos diários, não chegou em beleza sequer aos semanários... Críticas, objecções, as primeiras revelações acerca do que no acordo põe em causa o desenvolvimento e a soberania de Portugal, surgem inclusive da pena de dilectos filhos da família PSD. Os mesmíssimos que aproveitam as suas habituais sondagens para ir avisando publicamente o Governo da curva descendente da sua popularidade... Não estão, esses, entre os «descontentes» — mas talvez se sintam enteados...

Cavaco em Bruxelas: «um espectáculo ridículo»

«O espectáculo das verbas dos fundos estruturais da CEE foi ridículo. As «exigências portuguesas» — «todas» ainda por cima — não existiram. Foi decidido — isso sim — pela CEE aceitar a proposta alemã, secundada pela França, e destinar a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda verbas muito maiores das que, em regra, seriam destinadas a regiões deprimidas e não a Estados. (...)

A RFA pôs todo o seu peso na cimeira de Bruxelas. O objectivo alemão é o de criar um mercado único — *free-trade* — na Europa Ocidental o mais cedo possível. Bona quer um mercado homogéneo na CEE com padrões e *standards* semelhantes em todos os países porque é com esse bloco que pretende enfrentar o Japão e os EUA. A CEE parte com atraso para a luta económica com as potências do Pacífico. Por isso os alemães desejam-na homogénea e alargada aos países da EFTA — Austria e Noruega em primeiro lugar. Por isso os alemães, secundados pelos franceses, se empenharam em que os países mais carentes da CEE fossem ajudados com verbas duplicadas. Portugal receberá, naturalmente, esse dinheiro com o destino, primordial, da indústria.

Esse foi o resultado da vontade alemã na Cimeira de Bruxelas. Portugal saiu favorecido? Sem dúvida. Porque assim constava do projecto de liderança europeia da RFA. Tal como, a partir de 1992, o destino português dependerá desse mesmo projecto, dessa vez, no entanto, também no domínio político...

O resto — das declarações de Delors às de Cavaco Silva — é propaganda em proveito próprio.»

(Cunha Rego, «Semanário», 20. Fev.)

Trocar terra das UCPs por prémios da CEE

«O Governo português poderá vir a aceitar a directiva da CEE que obrigará cada Estado-membro a aplicar o regime de pousio a determinado número de terras agrícolas. Apesar de o Estado português ter ficado isento dessa aplicação obrigatória, como o ficam os restantes países da CEE, depois

da Cimeira extraordinária de Bruxelas realizada no passado fim-de-semana, o Governo de Cavaco Silva, ao que apurámos, poderá vir a aceitá-la.

Conforme nos confidenciou um membro do Executivo, o Governo poderá pedir autorização à Comissão Europeia para aplicar essa directiva e colocar, durante pelo menos cinco anos, em pousio, alguns hectares de terra explorados pelas Unidades Colectivas de Produção (UCPs) cuja propriedade é do Estado.

Essa medida permite que, por um lado, o Governo tenha menos contestações in-

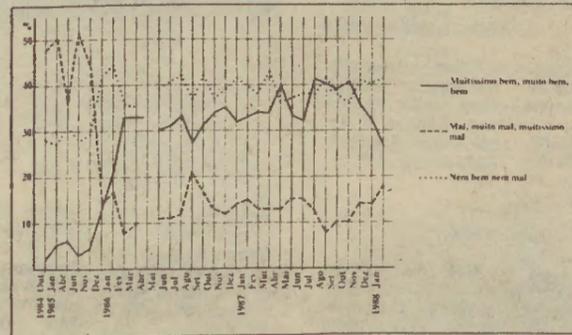


Gráfico de popularidade dos Governos, desde Outubro de 1984. A partir de Novembro de 1985 (primeiro Governo de Cavaco Silva) os dados são mensais, exceptuando Abril de 1986.

termas quando apresentar as suas propostas sobre a reforma agrária, dado que se trata de uma directiva da CEE e, por outro, vir a receber os prémios que a Comunidade irá conceder pela aplicação do regime de pousio. Conforme o acordo celebrado pelos chefes de Estado e de Governo da CEE na Cimeira de Bruxelas, com vista à redução dos excedentes agrícolas e à estabilização da produção agrícola, os produtores que decidam congelar pelo menos 20 por cento das suas terras aráveis, por um período não inferior a cinco anos, terão um prémio mínimo de 100 ecus (16 contos)/hectare e um máximo de 600 ecus (96 contos)/hect. dependendo dessa avaliação do rendimento das propriedades.»

«Semanário», 20 Fev.)

«Acresce que a circunstância de Portugal ser hoje o único Estado-membro a dispor «exclusivamente do seu critério» quanto à utilização do pousio, incluindo a escolha de terras para caça, floresta ou pecuária, suscita sérias interrogações. Note-se que este capítulo, sem dúvida complexo, tem sido objecto de grande controvérsia e reclama especial ponderação, porque se encontra estreitamente ligado ao equilíbrio ecológico do País. A confiança, neste aspecto, depositada pela CEE, terá muito de desvanecedor para Lisboa, mas representa uma

enorme responsabilidade para os nossos centros de decisão.»

(«Diário de Notícias», 21 Fev.)

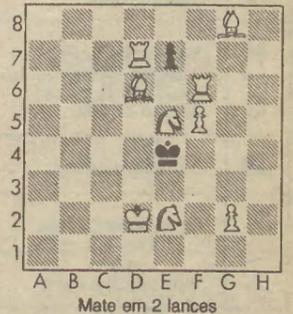
«Quem está contente com o Governo?»

«A partir dos dados obtidos pela NORMA em Janeiro, vamos à caça — jornalística, entenda-se — dos têm uma opinião concreta, (...) e tracemos o retrato-robot do «*senhor satisfeito*» para começar. Vamos encontrá-lo no grande Porto, com ramificações familiares pelo litoral, de uma forma geral em aglomerações com 100 a 500 mil habitantes. É do sexo masculino, pertence às classes altas e tem mais de 54 anos de idade.

Este cavalheiro tem poucas probabilidades de travar uma acesa discussão sobre a política governamental, pois o «*senhor descontente*» nada tem a ver com ele, sobre o facto de também ser do sexo masculino: mora na Grande Lisboa, anda pelo interior sul, tem entre 35 a 44 anos de idade e não frequenta os mesmos meios, pois pertence ao estrato social mais baixo.

Xadrez

CXLII
— 26 de Fevereiro de 1988
Proposição N.º 142
Por: Walther Jorgensen
«Arbejder-Skak», 1951
Pr.: [2]: P67-R64
Br.: [9]: Ps.f5, g2-Cs.é2, e5-Bs.d6-g8-Ts.d7, f6-Rd2



(Note que a chave ameaça 4 mates, mas que o peão negro em cada um dos seus 4 movimentos elimina 3 dessas ameaças... E, todavia, cada ameaça, sem dual, transformar-se-á em mate!!!)

Jogo N.º 142
Br.: Jakobsen Aarhus, 1983
Pr.: Van der Wiel

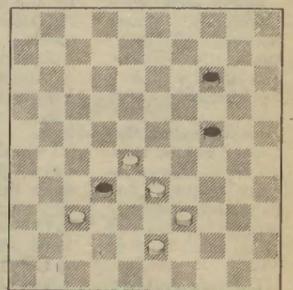
1. c4,ç5; 2. g3,g6; 3. Bg2,Bg7; 4. Cç3,Cç6; 5. é3,Ch6; 6. Cg1é2,Cf5; 7. 0-0,b6; 8. d4,çd4; 9. C:d4,C:d4; 10. é:d4,B:d4; 11. Bh6,B:ç3; 12. b:ç3,Bb7; 13. ç5,Dç7; 14. Té1,b:5; 15. Tb1,a6; 16. Bf4,Dç8; 17. T:é7+ e as pretas abandonam.

Solução do N.º 142
Chave: 1. Cf3! Ameaça:
A-2. Cç3
B-2. Cç3
C-2. Cç5
D-2. Té7
1., é7:f6; 2. Cg3++[B]
1., é7:d6; 2. Té7++[D]
1., é6; 2. Cç3++[A]
1., é5; 2. Cg5++[C]

■ A. de M. M.

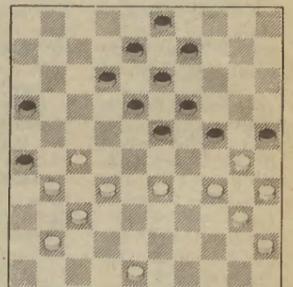
Damas

CXLII — 26 de Fevereiro de 1988
Proposição N.º 142
Por: Pieter Bergsma «Leer Spelenderwijs Dammen» — Dordrecht (NL), 1975
Pr. [5]: 12-13-14-24-32
Br. [5]: 28-33-37-39-43



Jogam as brancas e ganham
Golpe N.º 142
Campeonato do Mundo
Zona Europa Oeste — Itália, 1980

Pr. [12]: Van der Wal: 3-8-9-12-13-16-18-19-23-24-25-26
Br. [12] Jansen: 27-30-31-32-33-34-35-37-40-41-45-48



As pretas jogam e fazem Dama
Soluções do N.º CXLII
N.º 142 (PB): 33-29
se: (32x34); 39x17+
se: (24x22); 37x10+
se: (24x44); 43-39 (44x22); 37x10+
Golpe N.º 142 (V. der W.): (23-29; 34x14 (25x34) 40x20 (16-21) 27x16 (13-19) 14x23 (18x47) = D!!

A. de M. M.

(«Semanário» 20. Fev.)